



Documento referencial

**DIRETRIZES COMUNS
DA AVALIAÇÃO DE PERMANÊNCIA
DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
*STRICTO SENSU***

Ciclo avaliativo 2025-2028

Avaliação Quadrienal 2029

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Diretoria de Avaliação
Diretrizes comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. - Brasília: CAPES, 2025.

79 p. : il.
DOI: 10.21713/Diretrizescomuns

1. Pós-Graduação. 2. Processos avaliativos. 3. Ficha de avaliação.
4. Dimensões. 5. Ações afirmativas. I. Diretoria de Avaliação II. Título.

CDU 378
CDD 378

Ficha elaborada pela bibliotecária Priscila Rodrigues dos Santos CRB1/3381

EXPEDIENTE

PRESIDÊNCIA E DIRETORIAS

Presidente

Denise Pires de Carvalho

Diretor de Programas e Bolsas no País (DPB)

Luiz Antonio Pessan

Diretor de Avaliação (DAV)

Antonio Gomes de Souza Filho

Diretor de Relações Internacionais (DRI)

Rui Vicente Oppermann

Diretora de Educação a Distância (DED)

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

Diretora de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)

Marcia Serra Ferreira

Diretor de Gestão (DGES)

Luciana Mendonça Gottschall

Diretor de Tecnologia da Informação (DTI)

Gustavo Jardim Portella

CONSOLIDAÇÃO DO CONTEÚDO

Diretor de Avaliação (DAV)

Antonio Gomes de Souza Filho

Coordenação-Geral de Processos de Suporte à Avaliação

Talita Moreira de Oliveira

Janaina de Cássia Carvalho

Coordenação-Geral de Normatização, Informações e Estudos sobre a Avaliação

Maria de Lourdes Fernandes Neto

Soraia de Queiroz Costa

Walner Mamede Júnior

Coordenação-Geral da Avaliação e Acompanhamento da Pós-Graduação

Priscila Albertasse Dutra da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Miguel Araújo da Cunha

ENDEREÇO

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06
Edifício CAPES

CEP 70040-031 – Brasília/DF

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	4	QUESITOS DA FICHA DE AVALIAÇÃO.....	23
PRINCÍPIOS E PROCESSOS DA AVALIAÇÃO DE PERMANÊNCIA DO SNPG.....	5	Quesito 1. Programa.....	24
A Avaliação da Pós-Graduação.....	5	Quesito 2. Formação e produção intelectual.....	35
Processos avaliativos.....	6	Quesito 3. Impacto.....	44
Unidade de análise.....	8	DIMENSÕES.....	55
Objetivos da avaliação.....	9	Análise Multidimensional.....	55
Princípios da avaliação.....	9	Ações afirmativas, de inclusão, permanência e acessibilidade.....	59
Instâncias e atores.....	10	Solidariedade e Nucleação.....	61
Diretrizes comuns e normatização.....	13	Interação com a sociedade (Extensão).....	62
Diretrizes específicas das áreas de avaliação.....	13	Ciência aberta e boas práticas de formação, pesquisa e disseminação científica.....	64
Ficha de Avaliação.....	14	Interdisciplinaridade.....	65
Metodologia de avaliação.....	15	Internacionalização.....	67
Aplicação das diretrizes específicas durante a Avaliação Quadrienal.....	18	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	73
Atividades do ciclo avaliativo.....	21	EXCELÊNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	75
Etapas e procedimentos da Avaliação Quadrienal.....	22	Introdução.....	75
		Atribuição das Notas 6 e 7.....	77
		REFERÊNCIAS.....	78

PREÂMBULO

Considerando a necessidade de regular e consolidar o processo e os procedimentos da Avaliação de Permanência da pós-graduação brasileira, a CAPES publicou a [Portaria 109/2025](#), que Disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, contendo suas normas gerais estabelecidas pela CAPES. Complementarmente, este Documento Referencial apresenta a sistematização da metodologia da Avaliação de Permanência, estabelecendo uma sequência lógica de procedimentos e orientações gerais à comunidade da pós-graduação, de forma a promover transparência. Representa a referência às diretrizes comuns para a Avaliação de Permanência ciclo 2025-2028 e Avaliação Quadrienal 2029.

As diretrizes comuns são aquelas que devem ser seguidas por todas as Áreas de Avaliação, definidas em colaboração com a comunidade acadêmico-científica, aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), e publicadas no início do ciclo avaliativo. As diretrizes específicas são aquelas próprias de cada Área de Avaliação, garantindo que se respeite as particularidades de cada uma, e publicadas no início do ciclo avaliativo por meio dos documentos denominados “Documento de Área” e “Ficha de Avaliação” (publicados no [site da CAPES](#)).

Durante a Avaliação Quadrienal, essas diretrizes orientam a atribuição de notas aos programas, após a análise dos dados e das informações enviadas pelo PPG ao longo dos quatro anos do ciclo e consolidados pela CAPES.

Esse processo considera uma abordagem multidimensional, permitindo diferentes perspectivas sobre a identidade do programa, suas estratégias e resultados, de forma transversal. Assim, faz-se necessário o uso de indicadores de diversas fontes, permitindo que cada Área utilize aqueles que melhor se adequam à sua realidade.

A construção do documento se baseou nos relatórios dos Grupos de Trabalho, realizados nos quadriênios passado e atual, e na literatura nacional e internacional sobre ciência da avaliação.

Ao estabelecer e apresentar as diretrizes, espera-se que este material contribua para o fortalecimento da pós-graduação, promovendo transparência e confiabilidade ao processo avaliativo.

1. PRINCÍPIOS E PROCESSOS DA AVALIAÇÃO DE PERMANÊNCIA DO SNPG

A Avaliação da Pós-Graduação

Desde 1976, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realiza a avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG) brasileiros, compostos por cursos de mestrado e de doutorado. Esse processo é fundamental para promover a qualidade da formação de recursos humanos, a geração de conhecimento e o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

A avaliação permite estabelecer as condições mínimas para início dos cursos de mestrado e doutorado (Avaliação de Entrada) e para assegurar e estimular a qualidade dos cursos existentes (Avaliação de Permanência). Ela possibilita também a identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas para o desenvolvimento da pesquisa no país, orientando a criação de programas e a expansão da pós-graduação em todo o território nacional.

Promovida e coordenada pela CAPES, a avaliação dos PPG conta com participação ativa de representantes da comunidade acadêmica de todas as áreas do conhecimento. Esses atuam na discussão e priorização de temas estratégicos para o desenvolvimento da pós-graduação, na elaboração de documentos orientadores, de manuais e de outros instrumentos de avaliação, bem como na atribuição de notas aos PPG após cada ciclo avaliativo.

O processo é constantemente atualizado e aprimorado, acompanhando os avanços da produção de conhecimento e da ciência da avaliação.

Os resultados do processo avaliativo são apresentados por meio de um parecer de uma comissão avaliadora, o qual contém análise de desempenho do PPG, bem como a nota atribuída na escala avaliativa indicativa do nível de qualidade. Tais resultados permitem a regulação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, subsidiando os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado. Ademais, possibilitam que os PPG identifiquem oportunidades de melhoria de sua qualidade.

Dessa maneira, os resultados da avaliação subsidiam a formulação de políticas públicas para as áreas de ciência, tecnologia, inovação, cultura e educação, orientando a distribuição de recursos e o desenvolvimento de ações voltadas para temas identificados como estratégicos para o país. Também auxiliam, entre outros, na identificação de assimetrias, permitindo organizar a expansão e distribuição geográfica dos programas com base em evidências.

Processos avaliativos

A avaliação da pós-graduação está dividida em dois processos:

I. **Avaliação de Entrada** – compreende a Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN). A proposta de curso novo pode abranger apenas um nível (mestrado ou doutorado) ou ambos. Alterações nos cursos já em funcionamento, que impliquem reconfiguração da proposta original, também passam pelo processo de Avaliação de Entrada. Cursos aprovados se tornam programas aptos a funcionar no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

II. **Avaliação de Permanência** – é um processo estruturado em ciclos avaliativos periódicos, atualmente de quatro anos, que tem como finalidade avaliar, de forma comparativa, o desempenho e os resultados dos programas de pós-graduação, compostos pelos cursos de mestrado e/ou doutorado regulares e em funcionamento.

- A **Avaliação Quadrienal**, etapa do processo de Avaliação de Permanência, que ocorre no ano subsequente ao término do ciclo avaliativo e resulta na atribuição de notas aos programas.

- O processo de Avaliação de Permanência constitui etapa prévia à renovação de reconhecimento dos PPG, realizada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), com posterior homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Neste documento, o foco será dado ao processo da Avaliação de Permanência. A Avaliação de Entrada será detalhada em outro documento.



Figura 1: Processos de avaliação coordenados pela CAPES e detalhamento do processo de avaliação de permanência.

O processo da Avaliação de Permanência

Considerando que a Avaliação de Permanência é um processo complexo, que possui normatização e instrumentos próprios e metodologia de análise que envolve diversos atores, apresentamos a seguir um quadro geral, com todos os elementos dessa avaliação, os quais serão detalhados nas seções subsequentes.



Figura 2. Quadro geral do processo de Avaliação de Permanência

Unidade de análise

A avaliação de permanência é destinada a aferir o desempenho dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) brasileiro, em ciclos avaliativos, atualmente de 4 anos.

O que é o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)?

O SNPG é o conjunto formado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e demais instituições que oferecem programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, os indivíduos (atores) que fazem parte da pós-graduação (docentes, discentes, coordenadores de programa, pró-reitores, participantes externos), o marco regulatório que estabelece regras e diretrizes, a infraestrutura oferecida pelos programas que permite o relacionamento entre os atores e suas atividades na pós-graduação, e os indutores do sistema, incluindo a avaliação e o fomento*.

O que é um programa de pós-graduação (PPG)?

O programa de pós-graduação é a unidade básica do SNPG. Pode ser estruturado como um único curso (mestrado ou doutorado) ou dois, na modalidade acadêmica ou profissional.

A modalidade acadêmica ou profissional de um PPG é definida conforme a natureza do perfil de formação de seus egressos. Os PPG acadêmicos se propõem a formar pesquisadores com perfil direcionado à atuação em universidades e institutos de pesquisa, formando novos docentes para a educação superior e novos pesquisadores. Os PPG profissionais focalizam a formação de pesquisadores com perfil de atuação no desenvolvimento de práticas avançadas e impulsionadoras de inovações, produtividade e desenvolvimento econômico-social para diferentes setores e ramos de atuação. Em ambos os casos, os egressos são formados em alto nível como pesquisadores e podem atuar no mercado de trabalho em qualquer uma das vertentes (profissional ou acadêmica), sem quaisquer restrições quanto aos títulos de mestrado e de doutorado emitidos pelos PPG.

Além disso, a oferta de cursos pelos PPG pode ser configurada de forma singular, quando sob a responsabilidade de uma única instituição, ou em de forma associativa, dentro de uma mesma instituição ou entre instituições diferentes. A forma de ensino ocorre tanto nas modalidades a distância quanto presencial, conforme especificado e aprovado no processo de regulação do PPG.



Figura 3: Características e atores de um Programa de Pós-Graduação

* Definição adaptada do [GT Sistemas de Informações para a Pós-Graduação](#), páginas 9 e 10.

Objetivos da avaliação

- I. aferir a qualidade de cada PPG por meio da avaliação comparativa de seu desempenho e de seus resultados ao longo do ciclo avaliativo;
- II. diagnosticar a situação da pós-graduação no país, para fornecer subsídios à definição de políticas públicas
- III. induzir o aprimoramento da pós-graduação, considerando os diferentes estágios de desenvolvimento de cada área de avaliação, bem como eventuais assimetrias e diversidade entre os programas;
- IV. retratar a situação da pós-graduação *stricto sensu*, por meio da disseminação da informação.

Princípios da avaliação

- I. avaliação por pares: que reflita o resultado de análises de especialistas, atendidas as especificidades de cada área de avaliação;
- II. comparabilidade: adoção de critérios de comparabilidade que permitam a análise do desempenho de um programa em relação aos demais programas da área de avaliação;
- III. análise retrospectiva: análise *a posteriori* do desempenho dos programas, tendo como referência os dados coletados pela CAPES durante o ciclo avaliativo;
- IV. classificação: distinção dos programas em diferentes níveis de desempenho, por meio de uma escala classificatória.
- V. colaborativo: participação efetiva da comunidade acadêmico-científica e especialistas convidados; e
- VI. transparência: divulgação das informações coletadas dos PPG ao longo do ciclo de referência, assegurando a transparência e o controle social do processo.



Figura 4: Princípios da avaliação

Instâncias e atores

A Avaliação de Permanência decorre do modelo baseado na participação da comunidade acadêmico-científica em diferentes níveis, seja diretamente nas coordenações de área e nas comissões *ad hoc*, ou indiretamente, por meio de seus representantes nos Colégios e nos Conselhos.

Essa diversidade respeita os princípios de transparência e revisão por pares que guiam os processos avaliativos, garantindo a participação de diversos atores na definição de diretrizes pelas instâncias superiores da CAPES, bem como na concretização das ações avaliativas.

A Diretoria de Avaliação, por meio de sua direção e corpo técnico, é responsável por conduzir o processo de avaliação, propondo a normatização e as regras comuns a serem seguidas por todas as áreas de avaliação e se responsabilizando pela concretização das ações avaliativas pré-estabelecidas em calendário anual.

Áreas de Avaliação

O conceito de áreas de avaliação tem duas aplicações no contexto do processo avaliativo.

A primeira aplicação é o agrupamento temático. A classificação em áreas tem como objetivo organizar campos de conhecimento reconhecidos pelas agências de fomento e pela comunidade acadêmico-científica de acordo com a afinidade de objetos de pesquisa que apresentam entre si.

A CAPES organiza os campos do conhecimento em uma [Tabela](#), que segue a perspectiva de hierarquização em níveis, do mais geral ao mais específico. Assim, de acordo com essa tabela, as **áreas básicas de conhecimento** se subdividem em **subáreas** e, na sequência, em **especialidades**, de modo a detalhar o conhecimento em suas granularidades.

Com base nesta Tabela e de forma a organizar administrativamente as atividades de avaliação e de fomento, existem atualmente **50 Áreas de Avaliação**, que agrupam áreas básicas do conhecimento e as quais, por sua vez, são agregadas em **9 Grandes Áreas**, considerando a afinidade de seus temas.

A CAPES organiza o trabalho das Áreas de Avaliação a partir de **3 Colégios**, a saber: Colégio de Ciências da Vida, Colégio de Humanidades e Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Esses Colégios refletem o agrupamento das Grandes Áreas, de modo a preservar a coerência dos critérios avaliativos e sua aplicação entre os PPG que produzem conhecimentos articulados entre si.

Dessa organização administrativa, decorre a segunda aplicação, já que as Áreas de Avaliação também podem ser consideradas instâncias que participam da execução dos processos avaliativos e que envolvem importantes atores do processo.

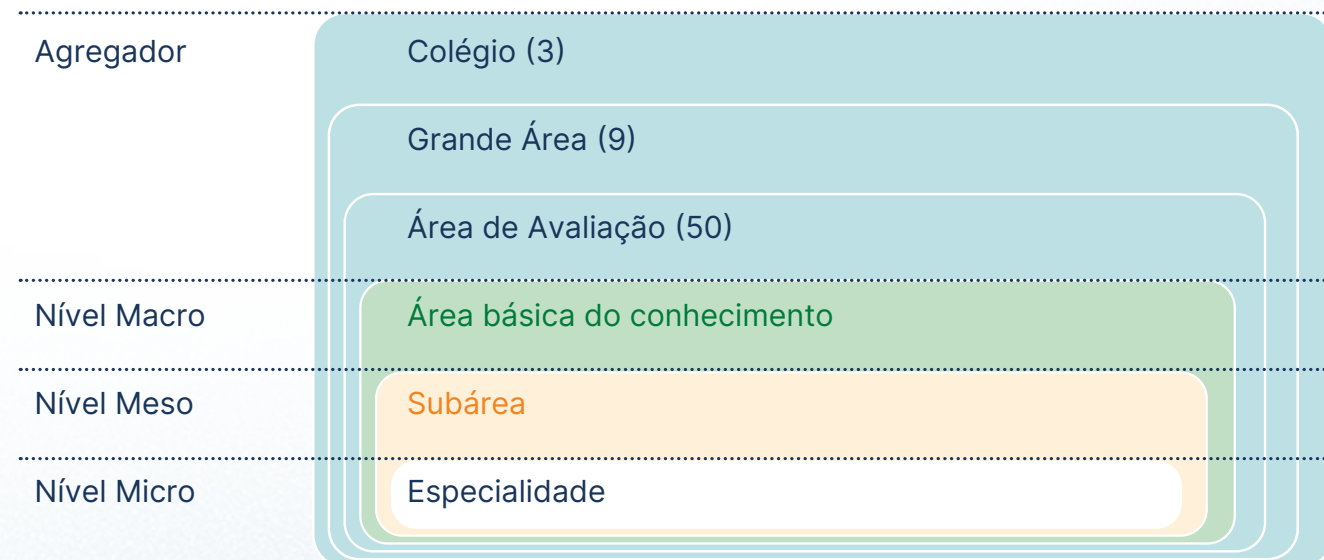


Figura 5: Organização administrativa e hierárquica de áreas utilizadas na avaliação

Coordenadores de Área de Avaliação

Cada Área de Avaliação é composta por um coordenador de área (titular), um coordenador adjunto de programas profissionais e um coordenador adjunto de programas acadêmicos. Esses são representantes da comunidade acadêmico-científica na interlocução com a CAPES, originários dos quadros docentes e de pesquisadores atuantes nas variadas instituições de ensino superior e de pesquisa localizadas nas diferentes regiões do país.

Os Coordenadores de Área titulares são escolhidos a partir de consultas realizadas pela CAPES aos PPG, associações e sociedades científicas e de pós-graduação de âmbito nacional. A Diretoria de Avaliação da CAPES (DAV) verifica se os indicados cumprem os requisitos definidos em normativa específica ([Portaria 24/2025](#)) e encaminha seus nomes ao Conselho Superior (CS) para análise e confecção de lista tríplice. A designação do coordenador titular é feita pela presidência da CAPES, com base na referida lista tríplice, para o exercício de mandato de quatro anos. O coordenador designado nomeia os coordenadores adjuntos.

Colégios

Atualmente, os três Colégios são instituídos pela [Portaria CAPES 336/2024](#) e possuem competência para participar do processo de avaliação subsidiando discussões e deliberações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES). Todos os Coordenadores de Área, titulares e adjuntos, fazem parte dos Colégios.

Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES)

O CTC-ES faz parte da estrutura organizacional da CAPES, previsto em seu estatuto ([Decreto Nº 11.238, de 18 de outubro de 2017](#)), e tem dentre as suas competências: propor parâmetros e procedimentos para a avaliação da pós-graduação, e deliberar sobre propostas de cursos novos e notas atribuídas durante a avaliação dos programas de pós-graduação. O CTC-ES é composto por representantes da CAPES, por meio de 3 Diretorias, por 6 representantes de cada Colégio (total de 18), 1 representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e 1 representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP).

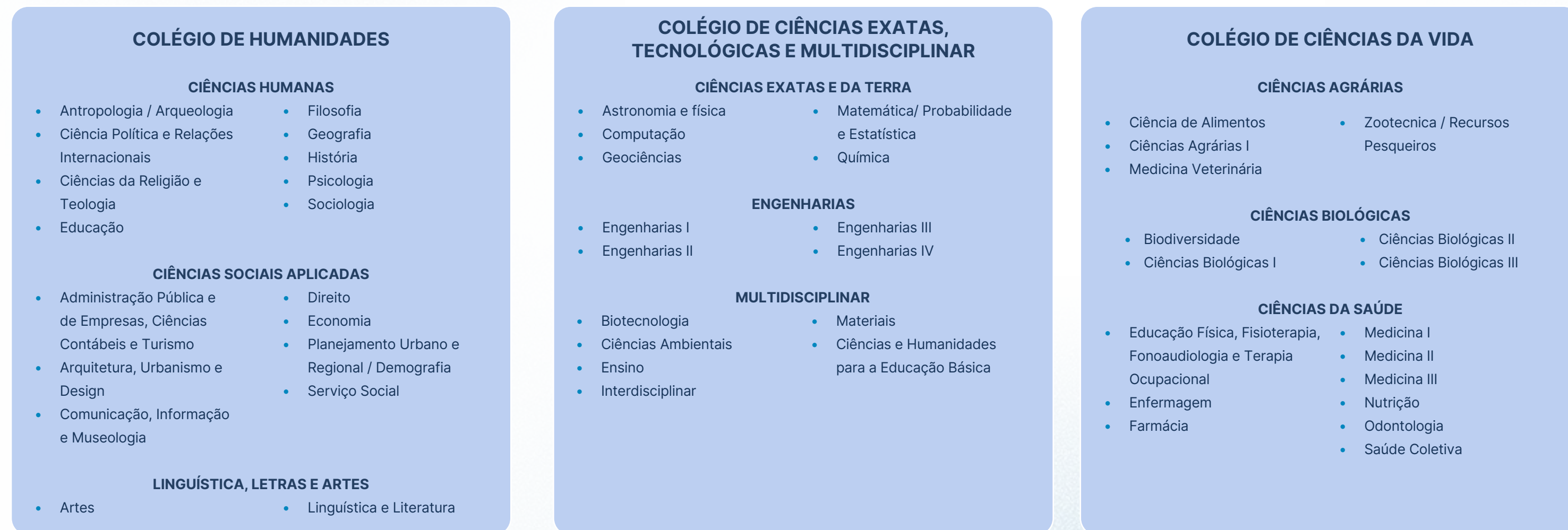


Figura 6: Colégios, Grandes Áreas e Áreas de Avaliação

Atribuições

Como interlocutores da comunidade acadêmico-científica, os coordenadores de área exercem o papel de líderes e de interlocutores entre a CAPES, por meio da Diretoria de Avaliação, e o conjunto de PPG de suas áreas de avaliação. Atuam em três instâncias formais: a própria coordenação de área, além de representação nos Colégios e no CTC-ES, de modo a imprimir um caráter participativo e transparente a todo o processo avaliativo.

- I. **Coordenações de Áreas de Avaliação:** Condução e supervisão técnica das atividades dos consultores científicos no acompanhamento e na avaliação dos programas. Nas matérias afetas à respectiva área, prover o assessoramento técnico-científico das atividades legalmente atribuídas à CAPES e a elaboração de pareceres e proposições destinados a subsidiar políticas públicas relacionadas à pós-graduação.
- II. **Colégios:** Atuação conjunta dos Coordenadores cujas áreas pertencem ao respectivo Colégio, de modo a subsidiar as decisões do CTC-ES.
- III. **CTC-ES:** Atuação conjunta de Coordenadores de Área indicados para compor o Conselho nas competências legais previstas.

As reuniões das comissões de Área de Avaliação, dos Colégios e do CTC-ES ocorrem sob a administração, o suporte técnico e o custeio da CAPES, com a incumbência de desenvolver as ações necessárias à realização das avaliações do SNPG.

Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa

Cada PPG possui um coordenador, designado pela instituição responsável, que responde pela interlocução do programa com a CAPES, pelo preenchimento anual das informações no módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira e pela elaboração do relatório do ciclo avaliativo, além de outras ações demandadas pela CAPES.

O pró-reitor de pós-graduação da instituição, ou perfil equivalente, é responsável pela interlocução institucional com a CAPES e por homologar anualmente as informações preenchidas pela coordenação do PPG, bem como outras ações dos processos avaliativos do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG.



Figura 7: Instâncias e atores envolvidos na Avaliação de Permanência

Diretrizes comuns e normatização

A CAPES estabelece as diretrizes para a avaliação por meio de normas e documentos que orientam a comunidade da pós-graduação. As diretrizes comuns giram em torno de temáticas centrais e devem ser seguidas por todas as áreas de avaliação. São elas:

Atos normativos da CAPES
(calendário, regras, fases e etapas)

Estrutura comum dos Documentos de Área

Estrutura comum da Ficha de Avaliação

Conjunto de indicadores comuns

Figura 8: Normas e documentos utilizados no processo de avaliação

A base legal dos processos de avaliação está organizada por tema e pode ser consultada por meio do portal da CAPES na Internet. As informações contidas nela foram as fontes utilizadas para a construção deste documento.

[Encontre aqui a normatização da avaliação](#)

Diretrizes específicas das áreas de avaliação

Documento de Área

As 50 áreas de avaliação, por meio de seus coordenadores e ouvida a comunidade, elaboram documentos orientadores contendo diretrizes específicas que irão nortear as instituições sobre a avaliação e o acompanhamento dos PPG.

Tais diretrizes são divulgadas no **Documento de Área**, que são disponíveis na página da CAPES, no espaço destinado a cada área, e possuem uma estrutura de tópicos padrão.

ESTRUTURA DO DOCUMENTO DE ÁREA

- 1. Estado da arte:** diagnóstico da área e perspectivas;
- 2. Organização e funcionamento dos programas:** inovações, transformações e propostas, planejamento dos programas, autoavaliação, atuação e experiência do corpo docente, visão da área sobre modalidade de ensino à distância, sobre modalidade profissional e sobre formas associativas, interdisciplinaridade;
- 3. Formação e produção intelectual:** Perspectivas sobre formação e perfil de egressos, perspectivas na avaliação da produção intelectual; perspectivas quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta;
- 4. Impacto:** perspectivas de impacto dos programas na sociedade, perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade os programas, medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade;
- 5. Considerações sobre a excelência na área;**
- 6. Equidade, redução de assimetrias e diversidade:** perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais, visão da área sobre mecanismos de solidariedade, visão da área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade;
- 7. Alterações nos programas:** Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração;
- 8. Outras considerações.**

[Acesse as páginas das áreas](#)

Ficha de Avaliação

A Ficha de Avaliação é o instrumento central de avaliação dos programas, que possui diretrizes comuns a todas as áreas, composta de **Quesitos, Itens e Pesos** mínimos, mas que também expressa as diretrizes específicas de cada uma.

Quesito

É o principal elemento avaliativo na Ficha de Avaliação e expressa as grandes dimensões do que se pretende avaliar. O uso dos três Quesitos se baseia em modelo de avaliação internacionalmente reconhecido e aplicado, que tem como base conceitual os (1) insumos, (2) processos e produtos e (3) resultados.

Item

O Item é o elemento avaliativo que define o que se pretende avaliar em cada um dos Quesitos.

Os Quesitos e Itens são definidos pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), previamente ao início de cada ciclo avaliativo, e são utilizados como diretriz comum a todas as áreas de avaliação.

A Ficha de Avaliação, a ser utilizada na Avaliação Quadrienal 2029 (ciclo 2025-2028), aprovada na [227ª Reunião do CTC-ES, de fevereiro de 2024](#), é composta por 3 Quesitos e seus respectivos Itens.

Os insumos são contemplados pelo Quesito 1, Programa, que refletem as condições asseguradas pelo programa para permitir ou dar condições mínimas para a formação de mestres e doutores. Dentro do Quesito Programa, existem três Itens que expressam a qualidade a partir da análise da identidade e das condições de funcionamento do PPG, bem como de suas políticas de autoavaliação e de seu planejamento estratégico, em que está contemplada também a avaliação das políticas de ações afirmativas e de promoção de equidade desenvolvidas pelo programa.

Os processos, produtos e resultados são abordados no Quesito 2, Formação e Produção Intelectual, que se volta para a avaliação dos processos mais importantes no contexto do PPG: a formação de mestres e doutores e o desenvolvimento de pesquisa e sua consequente produção intelectual. Neste Quesito, os quatro Itens direcionam a análise sobre a qualidade dos trabalhos de conclusão e do destino dos egressos, bem como da produção intelectual de discentes, egressos e docentes.

O Quesito 3 representa o Impacto do programa na sociedade e seu alcance a nível local, regional, nacional e internacional. Os três Itens direcionam a análise para os impactos na sociedade, a inovação e a transferência e compartilhamento de conhecimento, bem como para a inserção social do PPG, sua visibilidade e sua contribuição para a popularização da ciência.

Para cada Item, são definidos pesos mínimos a serem respeitados por todas as áreas. O peso expressa a importância de cada Item na avaliação final do programa.

O peso mínimo para cada Item é definido pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) previamente ao início de cada ciclo avaliativo e é utilizado como diretriz comum a todas as áreas de avaliação. Contudo, respeitando-se os valores mínimos, cada área deve estabelecer o peso exato que irá adotar, detalhando em suas orientações próprias da Ficha.

A soma dos pesos deve totalizar 100%, dentre os Itens de cada Quesito.

QUESITO	ITEM	PESO
1. Programa	1.1. Identidade e condições de funcionamento do Programa: missão, corpo docente, infraestrutura, articulação entre áreas de concentração, linhas/projetos de pesquisa e estrutura curricular.	≥ 40
	1.2. Princípios, procedimentos e usos dos resultados da autoavaliação alinhados ao planejamento estratégico do Programa.	≥ 20
	1.3. Planejamento estratégico do Programa em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional ou equivalente, incluindo as políticas afirmativas e de promoção de equidade.	≥ 20
2. Formação e produção intelectual	2.1. Qualidade das teses, dissertações ou equivalentes e adequação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa.	≥ 20
	2.2. Destino e atuação dos egressos do Programa em relação à formação recebida.	≥ 20
	2.3. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos do Programa.	≥ 20
	2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente do Programa.	≥ 20
3. Impacto (local, regional, nacional, internacional)	3.1. Inserção, visibilidade, popularização da ciência.	≥ 25
	3.2. Inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento.	≥ 25
	3.3. Impactos do Programa para a sociedade.	≥ 25

Figura 9. Ficha de avaliação a ser utilizada na avaliação do ciclo 2025-2028.

Metodologia de avaliação

A partir da definição de Quesitos, Itens e Pesos mínimos como diretrizes comuns, derivam-se as diretrizes específicas das áreas, que especificam as suas particularidades. Para que se possa explicar a metodologia de avaliação, serão trazidos a seguir alguns conceitos dos elementos avaliativos, bem como sua sequência lógica e operacional dentro do processo.

Indicador

Indicador é uma variável que indica um fenômeno de estudo de forma operacional, que na avaliação da pós-graduação está sempre associado a uma escala de classificação.

Para que se possa mensurar a qualidade de qualquer um dos Itens da Ficha de Avaliação, são necessárias perguntas que orientem o fornecimento dos dados pelos avaliados e a leitura das informações pelo avaliador.

Os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos. Eventualmente, é possível se ter indicadores qualiquantitativos.

Usualmente, indicadores quantitativos operam numa perspectiva de avaliação à norma (ou normativa), isto é, na busca pela análise comparativa entre os sujeitos (PPG) avaliados.

Os indicadores qualitativos, por outro lado, tendem a uma avaliação a critério (ou criterial), vale dizer, à verificação e julgamento do comportamento do avaliado diante de um critério pré-estabelecido e não comparativo entre os sujeitos avaliados.

Os indicadores são definidos por cada área de avaliação, como diretrizes específicas e expressos nas respectivas Fichas de Avaliação divulgadas no início do ciclo avaliativo.

Fatores

Expressam o detalhamento dos aspectos que serão avaliados nos indicadores, especialmente nos qualitativos.

Permitem ao avaliado entender o alcance do indicador e conhecer quais aspectos serão considerados na sua avaliação.

Os Fatores são definidos por cada área de avaliação, como diretrizes específicas e expressos para cada indicador, nas respectivas Fichas de Avaliação divulgadas no início do ciclo avaliativo.

Metodologias de análise dos indicadores avaliativos e definição dos critérios

Esse documento se propõe a explicitar as possíveis metodologias de análise dos indicadores, que podem ser qualitativas ou quantitativas, e serve como referência para que as Áreas de Avaliação possam designar em seus documentos orientadores qual metodologia será utilizada para cada indicador. A aplicação da metodologia de fato se dá ao final do processo, quando todos os dados estão consolidados.

Tanto indicadores quantitativos quanto qualitativos permitem operacionalizar, objetivamente, análises comparativas do desempenho dos PPG. Além disso, ambos os tipos de indicadores permitem uma estratificação desse desempenho *a posteriori*, a partir da análise de distribuição dos dados observados ao longo dos quatro anos do ciclo avaliativo.

No entanto, em função de diferenças nas métricas, a estrutura dos valores de referência para estabelecer os diversos conceitos de avaliação com base no desempenho do PPG se modificam.

Para indicadores qualitativos

A avaliação qualitativa deve estar associada a um dos seguintes tipos de metodologias, de modo a expressar, objetivamente, as definições para a escala envolvida na apuração do indicador. A aplicação das metodologias deve ser feita sobre os **Indicadores** e seus **Fatores** definidos pela área de avaliação, em seus documentos orientadores e Fichas de Avaliação.

I. Conceitual ou Interpretativo: Atribui um nível na escala qualitativa de acordo com a interpretação do grau de atendimento dos Fatores.

Exemplo: “Muito Bom” se as informações atendem aos Fatores do indicador de forma plenamente adequada; “Bom” se as informações atendem de forma adequada etc.

Classificação	Critério Conceitual
Muito Bom	Atende de forma plenamente adequada
Bom	Atende de forma adequada
Regular	Atende de forma parcial
Fraco	Atende minimamente
Insuficiente	Não atende

II. Numérico ou numericamente quantitativo: a metodologia qualitativa apresenta um valor numérico ou implicitamente numérico que representa um diferente nível da escala

Exemplo: “Muito Bom” se atende a 100% do Fator; “Bom” se atende pelo menos 80%, ou a maioria etc.

Classificação	Critério Numérico
Muito Bom	100% de atendimento
Bom	Pelo menos 80% de atendimento
Regular	Pelo menos 50% de atendimento
Fraco	Pelo menos 20% de atendimento
Insuficiente	Não atende

Para indicadores quantitativos

Metodologia quantitativa de análise de indicadores com estratificação a partir da análise de distribuição dos dados observados ao longo dos quatro anos do ciclo avaliativo.

Diversas formas de análises podem ser usadas pelas áreas, por exemplo quartis, tercis, mediana, desvio-padrão sobre a média, dentre outros que a área considere pertinente e adequado para cada tipo de indicador.

III. Implicitamente numérico ou Implicitamente quantitativo: A metodologia “Implicitamente Numérico” utiliza expressões como “totalidade”, “maioria”, “metade”, “minoridade” para representar os níveis da escala, substituindo o uso de números explícitos.

Exemplo: “Muito Bom” se a “Totalidade” dos Fatores do indicador foram apresentados; “Bom” se a “Maioria” dos Fatores do indicador foram apresentados etc.

Classificação	Critério implicitamente numérico
Muito Bom	A totalidade atende
Bom	A maioria atende
Regular	Em torno da metade atende
Fraco	Uma minoria atende
Insuficiente	Não atende

Exemplo de uma Ficha de Avaliação

Para facilitar a compreensão dos elementos avaliativos e da metodologia dentro da Ficha, apresenta-se um exemplo. A coluna da esquerda traz o Item 1.1, que é comum a todas as áreas; a coluna do meio traz o peso escolhido pela área, a partir do mínimo comum definido. A coluna da direita traz o detalhamento de como a área vai avaliar esse Item, contendo Indicadores e Fatores. A metodologia qualitativa ou quantitativa é determinada para cada indicador.

Esse documento completo contendo as diretrizes específicas da área, denominado **Ficha de Avaliação da Área** é publicado no site da CAPES, [na página das áreas de avaliação](#), no início do ciclo avaliativo.

1. Programa		
Item	Peso	Indicadores e Fatores
1.1 Identidade e condições de funcionamento do Programa: missão, corpo docente, infraestrutura, articulação entre áreas de concentração, linhas/projetos de pesquisa e estrutura curricular	40%	<p>Indicador (Qualitativo)</p> <p>1.1.1. Articulação, coerência e coesão da proposta do Programa de Pós-Graduação (PPG), observando: (20%)</p> <p>Fatores</p> <p>a. a relação entre Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, Projetos de Pesquisa e Estrutura Curricular;</p> <p>b. o desenho pedagógico e organizacional do(s) curso(s) ofertado(s), analisando inclusive se o PPG faz uso de Processos Híbridos de Ensino-Aprendizagem (PHEA) e como os utiliza para o alcance dos objetivos formativos;</p> <p>c. a conexão dos elementos acima com a identidade e com os Objetivos do PPG;</p> <p>d. a compatibilidade dos aspectos anteriores com o perfil do ingressante e do egresso.</p> <p><u>Metodologia Conceitual ou Interpretativa.</u></p>
		<p>Indicador (Quantitativo)</p> <p>1.1.2. Percentual do corpo docente permanente com bolsa de produtividade do CNPq (20%)</p> <p>Metodologia: desvio-padrão sobre a média, dentre outros que a área considere pertinente e adequado para cada tipo de indicador.</p>

Aplicação das diretrizes específicas durante a Avaliação Quadrienal

Primeiramente, é importante esclarecer que a avaliação da pós-graduação se baseia em dados e informações referentes ao ciclo avaliativo, que atualmente é de quatro anos. O provimento dessas informações é feito pelos programas de pós-graduação a cada ano, coletadas por meio da Plataforma Sucupira. Contudo, somente ao final do ciclo, com todos os dados coletados, é possível gerar os indicadores e consolidar todas as informações para análise das comissões de avaliação, permitindo a definição de seus critérios para atribuição de conceitos e notas, a partir do desempenho do conjunto de programas da área.

Durante a Avaliação Quadrienal, as áreas aplicam as diretrizes estabelecidas no início do ciclo, analisando o desempenho dos PPG por meio dos dados e informações providos. Nesse momento, outros elementos avaliativos são utilizados.

Métrica

A métrica é a medida do Indicador a partir dos dados do ciclo avaliativo. Ela implica a existência de informações consistentes sobre o avaliado.

Os pontos de corte das métricas utilizadas em relação aos conceitos de qualidade (as faixas de referência do valor do indicador) são definidos à posteriori, quando todos os dados do ciclo avaliativo estiverem disponíveis. Por isso se diz que a avaliação é comparativa. A partir dos dados de todos os programas, é possível fazer a análise da distribuição e da dispersão dos valores dos indicadores para os programas de uma dada área da avaliação, de modo a permitir que seja feita uma diferenciação entre os programas a partir da distribuição da mensuração dos indicadores. No caso dos indicadores qualitativos, em geral as áreas verificam se, dentre as características solicitadas previamente, os programas as possuem em sua totalidade, parcialmente ou não possuem.

Critérios classificatórios e escala de conceitos

O critério classificatório é operacional, visa a objetividade do processo e se traduz como o elemento avaliativo voltado à classificação, à estratificação e à pontuação dos indicadores. É a partir dos critérios que se distingue/diferencia um programa dos outros em cinco níveis de uma escala de conceitos, a saber:



Cada conceito é resultado da classificação do indicador ou da combinação de indicadores e é atribuído para cada Item da Ficha.

Os critérios utilizados na avaliação de indicadores devem ser explicitados por cada área nos respectivos relatórios de avaliação, que são divulgados ao final do processo avaliativo.

Para os indicadores quantitativos, os aspectos a serem observados e os procedimentos para o cálculo dos dados devem ser definidos *a priori*, ainda que a atribuição de nota/classificação/definição dos valores de corte só possa ser realizada *a posteriori*, uma vez que tal definição depende da comparação entre os programas avaliados.

Isso ocorre em decorrência dos princípios de comparabilidade, classificação, revisão por pares e transparência dos processos de avaliação do SNPG, que, para serem cumpridos, justificam a necessidade de uma visão completa do desempenho dos PPG para uma definição desses pontos de corte. Do contrário, o estabelecimento de pontos de corte arbitrários e antecipados prejudicariam a busca pela inovação e evolução do SNPG, bem como o desenvolvimento acadêmico das áreas.

É importante ressaltar que os Documentos de Área trazem referências ao indicador, sua forma de mensuração, bem como ao tipo e aos fatores de observação que orientarão o processo avaliativo. Independentemente do ponto de corte, obtido a partir do desempenho do conjunto de programas da mesma área de avaliação, para estratificação do conceito avaliativo, o fator de observação do indicador já é capaz, por si só, de detalhar os aspectos que serão avaliados, sem que haja prejuízos ao entendimento e à transparência das diretrizes avaliativas.

Nota

Da combinação de conceitos e pesos, derivará a nota final do programa, atribuída em uma escala numérica de 1 a 7. Os programas que recebem notas 1 e 2 não atendem aos padrões mínimos exigidos para a continuidade da oferta de pós-graduação, acarretando sua desativação. Programas regulares são aqueles com nota mínima de 3.

Notas 6 e 7 são consideradas de excelência, por meio de análise do desempenho superior e destacado aos programas nota 5, em uma perspectiva multidimensional ([Veja o capítulo sobre Excelência](#)).

7	Programas de excelência
6	
5	Programas credenciados em nível crescente de qualidade
4	
3	
2	Descredenciamento
1	

Ao final da Avaliação Quadrienal, cada PPG terá acesso ao resultado com o conceito que recebeu em cada Quesito, sua respectiva justificativa e Nota final, por meio do **Parecer de Avaliação**. Isso dá transparência ao processo avaliativo para os programas e os auxilia a pensar estratégias de melhorias para o próximo ciclo avaliativo.

A nota atribuída ao PPG deve observar as seguintes regras:

- I. o programa receberá nota 1 quando tiver recebido conceito "Insuficiente" nos Quesitos 1 ou 2, independentemente dos conceitos recebidos no Quesito 3;
- II. o programa receberá nota 2 quando tiver recebido conceito "Fraco" no Quesito 2, independentemente dos conceitos recebidos nos Quesitos 1 e 3; ou quando tiver recebido conceito "Insuficiente" apenas no Quesito 3 ou quando tiver recebido conceito "Fraco" simultaneamente nos Quesitos 1 e 3;
- III. o programa receberá nota 3 quando tiver recebido conceito "Regular" no Quesito 2 e pelo menos mais um conceito "Regular" em um dos demais quesitos, não podendo ter recebido conceito "Insuficiente" em qualquer dos Quesitos nem "Fraco" em mais de um Quesito ou nos casos com conceitos "Bom" ou "Muito Bom" que não forem elegíveis para nota 4 ou 5;
- IV. o programa receberá nota 4 quando tiver recebido conceito "Bom" no Quesito 2 e pelo menos mais um conceito "Bom" em um dos demais Quesitos (1 ou 3), não podendo ter recebido conceito "Fraco" ou "Insuficiente" em qualquer dos Quesitos ou nos casos de combinações apenas de conceitos "Bom" e "Muito Bom" que não forem suficientes para nota 5; e
- V. o programa receberá nota 5 quando tiver recebido conceito "Muito Bom" no Quesito 2 e pelo menos mais um conceito "Muito Bom" em um dos demais Quesitos (1 ou 3), não podendo ter recebido conceito "Regular", "Fraco" ou "Insuficiente" em qualquer dos Quesitos.

Considerando as regras mencionadas para a atribuição de notas, é mostrado na Tabela 1 as possibilidades de combinação de conceitos em cada Quesito e as respectivas notas que podem ser atribuídas aos programas.

Quesito 1	Quesito 2	Quesito 3	Nota
I / F / R / B / MB	I	I / F / R / B / MB	1
I	F / R / B / MB	I	1
F / R / B / MB	F	I / F / R / B / MB	2
I / F / R / B / MB	F	F / R / B / MB	2
I	R / B / MB	F / R / B / MB	2
F / R / B / MB	R / B / MB	I	2
F	R / B / MB	F	2
R / B / MB	R	F / R / B / MB	3
F / R / B / MB	R	R / B / MB	3
F	B / MB	R / B / MB	3
R / B / MB	B / MB	F	3
R	B / MB	R	3
R / B / MB	B	B / MB	4
B / MB	B	R / B / MB	4
R	MB	B / MB	4
B / MB	MB	R	4
B	MB	B	4
B	MB	MB	5
MB	MB	B	5
MB	MB	MB	5 (elegível para 6 ou 7)

MB - Muito bom, B - Bom, R - Regular, F - Fraco, I - Insuficiente

Quadro resumo			
Momento da Avaliação de Permanência	Elemento avaliativo	Descrição	Onde estará descrito
Diretrizes (no início do ciclo avaliativo)	Quesito	Diretriz comum	Ficha de Avaliação da Área
	Item	Diretriz comum	
	Peso	Diretriz comum: peso mínimo para cada Item	
		Diretriz específica: peso definido pela área, respeitando-se o mínimo	
	Indicador	Diretriz específica, indicando qual metodologia será utilizada	
	Fator	Diretriz específica: detalhamento dos aspectos que serão avaliados em cada Indicador	
Avaliação Quadrienal	Métrica	Medida do indicador a partir dos dados do ciclo avaliativo	Relatório de Avaliação da Área
	Critérios classificatórios	Avaliação propriamente dita, indicando como a metodologia foi aplicada e a estratificação obtida	
	Conceito	Avaliação propriamente dita: registro do conceito para cada item	Parecer de Avaliação do PPG
	Nota	Avaliação propriamente dita: registro da nota para o PPG	



Atividades do ciclo avaliativo

O ciclo avaliativo é estruturado com atividades planejadas para cada ano.

Ano 1

No início do primeiro ano do ciclo, são publicados os Documentos de Área e as Fichas de Avaliação referentes ao ciclo que se inicia. A CAPES também atualiza os documentos referenciais do processo avaliativo. No mesmo ano, é realizada a Avaliação Quadrienal do ciclo anterior.



- Publicação dos Documentos de Área e Ficha de Avaliação (Diretrizes comuns e específicas para o ciclo que se inicia)
- Publicação dos documentos referenciais
- Avaliação Quadrienal do ciclo anterior

Ano 2

No segundo ano, são analisados os pedidos de reconsideração e recurso relativos a Avaliação Quadrienal. Também ocorre o Fórum de Transição de Mandatos, quando os coordenadores de área que estão encerrando seus mandatos encontram-se com seus sucessores, visando o compartilhamento de conhecimento e experiências.



- Análise de pedidos de reconsideração e de recurso da Avaliação Quadrienal
- Fórum de Transição de mandatos dos coordenadores de área de avaliação

Ano 3

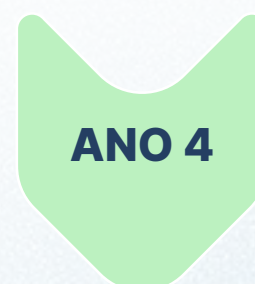
No terceiro ano há o Seminário de Meio Termo (SMT), evento que conta com a participação de coordenadores dos PPG e os coordenadores de área, destinado à mensuração das diretrizes comuns e específicas, considerando os dados coletados nos dois primeiros anos e os aprendizados da avaliação do ciclo anterior, além do compartilhamento de experiências exitosas entre os PPG. São iniciados ou aprofundados estudos e discussões para o aprimoramento das diretrizes comuns e específicas para o próximo ciclo.



- Seminário de Meio Termo
- Análise do desempenho dos PPG nos dois primeiros anos
- Compartilhamento de experiências
- Discussões para aprimoramento das diretrizes

Ano 4

No quarto ano, iniciam-se as atividades preparatórias para a Avaliação Quadrienal do ciclo em curso. Ocorrem a discussão e a revisão das diretrizes comuns e específicas para utilização no ciclo seguinte. O Regulamento da Avaliação Quadrienal do ano seguinte é publicado.



- Deliberações das diretrizes comuns e específicas para o ciclo seguinte
- Publicação do Regulamento da Avaliação Quadrienal

Etapas e procedimentos da Avaliação Quadrienal

O processo de Avaliação de Permanência é composto pelas seguintes etapas e procedimentos:

- I. Coleta e tratamento de dados;
- II. Atividades preparatórias:
 - Classificação de produções intelectuais;
 - Indicação dos destaques e análise qualitativa; e
 - Análise dos indicadores;
- III. Consolidação da Avaliação Quadrienal.

Coleta e tratamento de dados

O sistema Coleta de Dados recebe, anualmente, informações dos PPG a respeito de suas atividades acadêmicas e de pesquisa, matrículas e formação dos alunos, produções intelectuais e impacto. O coordenador do PPG é responsável por preencher os dados na [Plataforma Sucupira](#), que são homologados pelo pró-reitor da instituição. Esses dados auxiliarão as comissões avaliadoras no diagnóstico da situação dos programas e na composição dos indicadores de avaliação, além de permitirem uma análise comparativa entre os programas.

Após o recebimento dos dados, a equipe da Diretoria de Avaliação realiza o seu tratamento, para geração de indicadores que subsidiam tanto o Seminário de Meio Termo quanto a Avaliação Quadrienal. Os dados consolidados são também disponibilizados no [Observatório da Pós-Graduação](#) e no [Portal de Dados Abertos](#) da CAPES.

Atividades preparatórias

De forma a organizar os trabalhos das comissões na preparação da Avaliação Quadrienal, existem três grupos de atividades:

Grupo A: análise dos itens mais qualitativos da Ficha de Avaliação, principalmente os Quesitos 1 (Programa) e 3 (Impacto), que não dependem da classificação da produção e geração e análise de indicadores.

Grupo B: classificação da produção intelectual, podendo ser de livros, artigos, eventos, produtos técnico-tecnológicos e produtos artísticos.

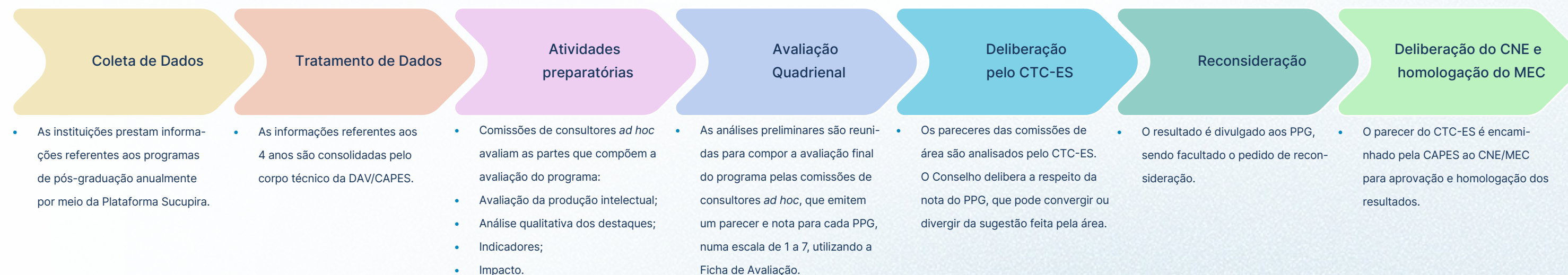
Grupo C: geração e análise de indicadores quantitativos.

Avaliação Quadrienal

A Avaliação Quadrienal é o momento de aplicação das diretrizes comuns e específicas, quando as comissões de avaliação se reúnem para emitir um parecer e atribuir uma nota ao PPG. Após a avaliação pela área, o CTC-ES se reúne para apreciar os pareceres e deliberar a respeito da nota, podendo convergir ou divergir da sugestão feita pela área.

Os Pareceres de Avaliação são publicados pela CAPES, facultando aos PPG o direito de solicitar reconsideração. Neste caso, o PPG faz o pedido à CAPES, com o aval da IES, a comissão de área volta a se reunir, renovando-se os consultores, e nova deliberação do CTC-ES é feita.

O resultado final da avaliação é submetido à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e à respectiva homologação da renovação do reconhecimento do PPG pelo Ministro da Educação.



2. QUESITOS DA FICHA DE AVALIAÇÃO

QUESITO	ITEM	PESO
1. Programa	1.1. Identidade e condições de funcionamento do Programa: missão, corpo docente, infraestrutura, articulação entre áreas de concentração, linhas/projetos de pesquisa e estrutura curricular.	≥ 40
	1.2. Princípios, procedimentos e usos dos resultados da autoavaliação alinhados ao planejamento estratégico do Programa.	≥ 20
	1.3. Planejamento estratégico do Programa em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional ou equivalente, incluindo as políticas afirmativas e de promoção de equidade.	≥ 20
2. Formação e produção intelectual	2.1. Qualidade das teses, dissertações ou equivalentes e adequação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa.	≥ 20
	2.2. Destino e atuação dos egressos do Programa em relação à formação recebida.	≥ 20
	2.3. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos do Programa.	≥ 20
	2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente do Programa.	≥ 20
3. Impacto (local, regional, nacional, internacional)	3.1. Inserção, visibilidade, popularização da ciência.	≥ 25
	3.2. Inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento.	≥ 25
	3.3. Impactos do Programa para a sociedade.	≥ 25

Figura 10. Ficha de avaliação a ser utilizada na avaliação do ciclo 2025-2028.

Quesito 1. Programa

Identidade e condições de funcionamento do programa

O propósito fundamental da pós-graduação *stricto sensu* é formar recursos humanos altamente qualificados. Arelados diretamente e de forma indissociável à **formação**, estão a **geração do conhecimento**, por meio da pesquisa e a **transferência ou compartilhamento do conhecimento** para além do programa, de forma a ser percebido e incorporado pela sociedade em seus diversos processos sociais.

Como parte deste processo, é importante analisar o envolvimento com a pesquisa, a produção intelectual resultante, e os impactos que se espera dos trabalhos resultantes do processo de formação, seja diretamente e a curto prazo ou indiretamente com a evolução do conhecimento e a produção de resultados palpáveis para a sociedade.

A identidade do programa deriva do propósito da pós-graduação, incluindo também sua visão, seus valores, seus objetivos e sua cultura, tornando-o único, reconhecido e reconhecível pelos demais e englobando todos os aspectos que constroem a sua personalidade.

A identidade é essencial para guiar suas ações, para comunicar seu propósito aos futuros mestrandos e doutorandos e para garantir que as atividades de ensino e pesquisa estejam orientadas a alcançar resultados relevantes para o cumprimento de seu propósito.

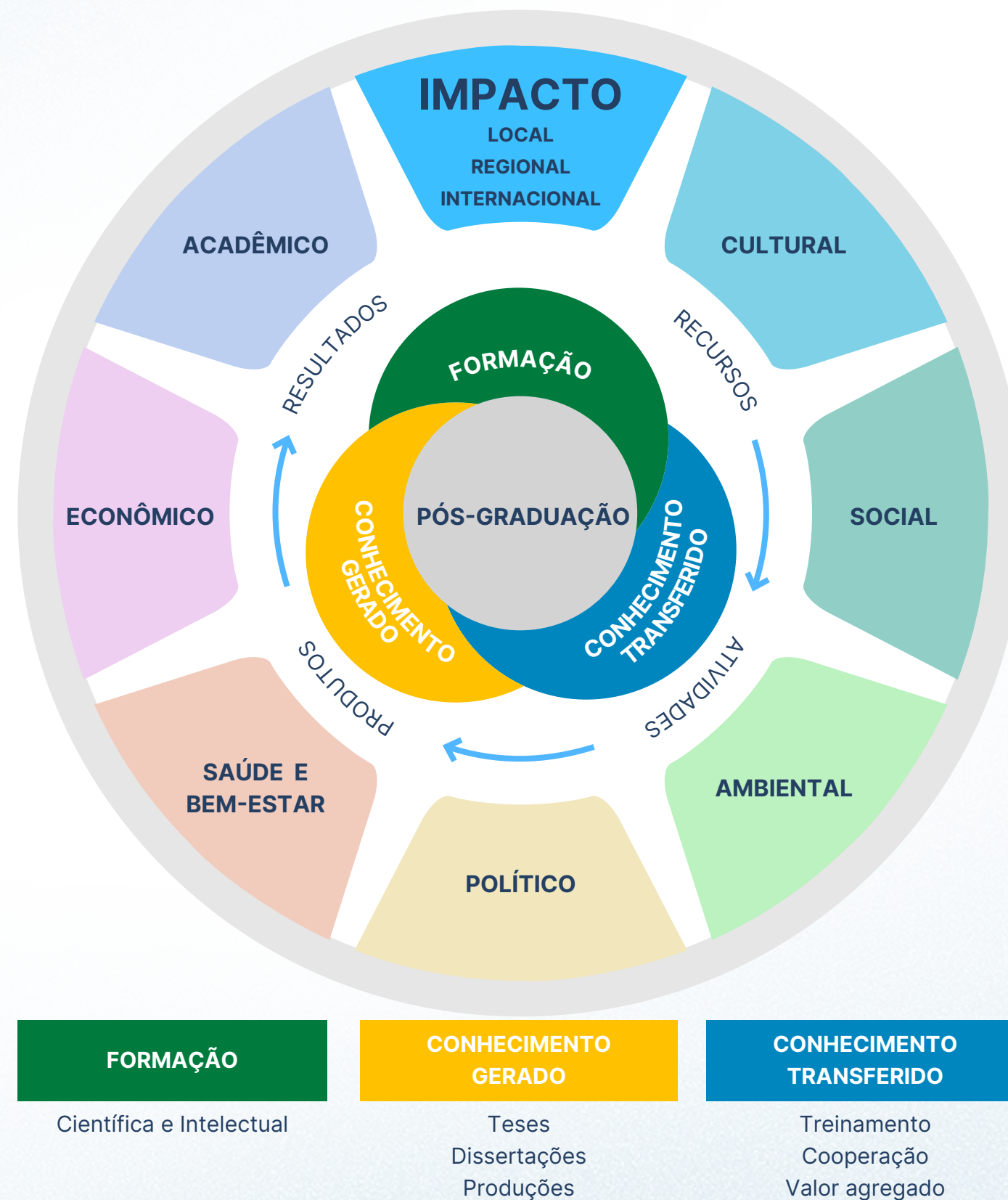


Figura 11. Mapa conceitual do propósito da pós-graduação *stricto sensu*

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

O ciclo de planejamento dentro da estrutura do programa de pós-graduação

A estrutura de um programa de pós-graduação envolve seu corpo docente, a infraestrutura oferecida aos alunos, articulação entre áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa e a sua estrutura curricular.

Atrelando o ciclo de planejamento a essa estrutura e condições de funcionamento, pode-se adotar a ideia de um modelo lógico de avaliação*, que permite relacionar atividades, processos e princípios com os resultados de curto e longo prazos, possibilitando identificar o impacto das intervenções, bem como áreas para melhoria.

Baseado nessa ideia, pode-se fazer uma correlação com a estrutura do PPG, considerando as relações entre:

- *INPUTS*, ou seja, os RECURSOS disponíveis para operar o programa, tanto em termos de pessoas envolvidas, quanto de fomento e infraestrutura e as ATIVIDADES desenvolvidas: disciplinas, projetos de pesquisa, atividades de extensão, dentre outras.

- *OUTPUTS*, ou os produtos diretos obtidos, tanto considerando a formação dos alunos, que é a missão fundamental da pós-graduação, quanto os resultados da pesquisa desenvolvida e a produção intelectual publicada.

- *OUTCOMES* e *IMPACT*, ou resultados e impactos obtidos com as ações do programa.

As estratégias, políticas e diretrizes para atingir os objetivos podem ser transversais e envolver, por exemplo, questões relacionadas a regionalização ou inserção local, regional e internacional, colaboração entre grupos e instituições, de forma disciplinar ou interdisciplinar.



* <https://wkkf.issuelab.org/resource/logic-model-development-guide.html>

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Possibilidades para traçar a identidade do programa

A identidade do PPG pode aparecer em suas estratégias de formação, de pesquisa, de possíveis formas de transferência e compartilhamento de conhecimento e na expectativa de Impactos a serem gerados.

Formação	Acadêmica	Formação de professores e de pesquisadores
	Profissional	Formação mais aplicada
Pesquisa	Básica	Exploratória, geração de novo conhecimento
	Aplicada	Solução de problemas, aplicação prática
Transferência e compartilhamento de conhecimento	Pessoas treinadas	Consultorias, cursos, educação continuada
	Cooperação institucional em pesquisa e desenvolvimento	Colaboração, contratos
	Comercialização	Patentes, licenciamento, produtos de inovação
Impacto	Acadêmico	Capacitação (desenvolvimento de currículo, ferramentas pedagógicas, melhorar a capacitação de pessoas)
		Contribuição para o avanço acadêmico (conhecimento, métodos, teoria e aplicação)
	Econômico	Benefícios monetários (economia de recursos, lucro, financiamento)
	Saúde e bem-estar	Melhoria da saúde de indivíduos ou da saúde pública, qualidade de vida
	Político	Impacto em políticas públicas, gestão pública, ações não governamentais
	Ambiental	Gestão ambiental, recursos naturais, benefícios para o ecossistema ambiental
	Social	Impacto para indivíduos, comunidades, organizações, melhoria de condições sociais
	Cultural	Contribuição para o entendimento de ideias, realidade, valores e crenças

26

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Em resumo, os principais Fatores para análise da Identidade e funcionamento do programa são:

Fatores	<p>F1 - Identidade</p> <p>A identidade do PPG deve aparecer em suas estratégias e diretrizes e dentro das ações, o que pode variar conforme características de cada um.</p> <p>A identidade pode estar relacionada ao tipo de formação pretendida, à natureza da Pesquisa, ao formato da transferência ou compartilhamento de conhecimento e ao tipo de impacto, fatores que depende primordialmente das características do programa.</p>	<p>F2 - Corpo Docente</p> <p>Nesse contexto, o perfil do corpo docente deve apresentar compatibilidade e adequação à proposta do programa, além de haver distribuição equilibrada das atividades dos docentes dentro dos projetos, disciplinas, orientações e publicações.</p>	<p>F3 - Estrutura curricular</p> <p>Demonstrar articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, em relação aos objetivos, missão e modalidade do Programa.</p> <p>É importante que este item esteja alinhado à missão do programa, ao perfil de egresso que se pretende formar e à estrutura acadêmica que dará o suporte a formação, considerando áreas de concentração, disciplinas, projetos de pesquisa e infraestrutura disponível.</p>	<p>F4 - Infraestrutura</p> <p>A infraestrutura, em termos de bibliotecas, laboratórios, equipamentos, acesso à internet precisam estar disponíveis e devem ser pertinentes às necessidades de estudo e pesquisa.</p>
	Perguntas Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> A estrutura do PPG está alinhada com a sua missão e com o perfil de formação de egressos? 	<ul style="list-style-type: none"> Qual é o grau de compatibilidade entre a formação do quadro docente, a proposta do PPG e o perfil do egresso? Como está a distribuição da participação dos docentes do PPG nas atividades acadêmicas? 	<ul style="list-style-type: none"> Como está a estrutura acadêmica do Programa, segundo suas áreas e linhas de pesquisa (i.e., total de disciplinas, docentes, alunos, projetos, teses e dissertações e produção intelectual por área e por linha de pesquisa)? Como esta estrutura se alinha com a missão do PPG?

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Autoavaliação

EM 2018, a CAPES instituiu uma Comissão com a missão de Implantar uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, que possa também ser componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES (Portaria CAPES nº 148/2018). Nesse sentido e considerando o item 1.2. da Ficha de Avaliação, cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e a suas escolhas científicas específicas.

O GT propôs um Roteiro para elaboração do plano de autoavaliação, procedimentos e instrumentos para sua implementação e acompanhamento de seus resultados.

O que deve constar no Plano de Autoavaliação:

- Definição dos princípios da autoavaliação adotados pelo Programa;
- Definição dos aspectos a serem avaliados para representar a qualidade do Programa;
- Vínculo com o Planejamento da Instituição;
- Definição das abordagens de avaliação;
- Definição dos critérios de avaliação e a escala a ser adotada;
- Definição dos usos dos resultados;
- Definição da periodicidade da coleta dos dados.

[Acesse aqui o relatório do GT sobre Autoavaliação de PPG](#)

GT AUTOAVALIAÇÃO - Roteiro de etapas de Autoavaliação (AA) – um exemplo

30 09 2018 Sub Grupo GT AVAL

POLÍTICA E PROPOSTAS	1) Criação de comissão de auto avaliação (CAA): coordenador do PPG indica e submete à aprovação do colegiado nomes de docente, discente e técnico/TAE (e possivelmente egresso e/ou empregador) para compor a comissão que coordenará o processo de auto avaliação.
	2) Elaboração de pré-proposta de plano de auto avaliação: CAA elabora pré-proposta de plano de AA com base: (2.1) na missão do PPG e no PDI institucional; (2.2) resultados que vem obtendo em avaliação Capes (2.3) monitoria da qualidade do programa e do seu processo de formação.
	3) Aprovação do plano de auto avaliação: Assembleia e/ou colegiado do PPG realiza discussão, negociação para especificação da AA com vistas a. Aprovação de um plano de AA que deve ser publicizado na página do programa.
PROCEDIMENTOS e INSTRUMENTOS	4) Implementação do plano de auto avaliação (a) CAA especifica autoavaliação –O que? Quem? Como? Quando?; (b) CAA orienta procedimentos AA - observação e coleta de dados por meio de grupos focais, entrevistas, questionários, reuniões, debates, oficinas; (c) CAA sistematiza dados mediante análise qualiquantitativa: fragilidades, potencialidades, desafios estratégicos- melhorias, desenvolvimentos futuros que emergiram da etapa anterior; (d) CAA apresenta observações à assembleia do PPG (docentes, discentes, técnicos) estimula reflexão, problematização em termos do diagnóstico feito e de aspectos a serem qualificados e do PPG tendo como referencial à avaliação da CAPES, aderência ao PPI/PDI institucional e sua missão e objetivos.
RESULTADOS	5) Elaboração do relatório parcial: CAA elabora relatório parcial do processo de auto avaliação implementado, destacando especialmente potencialidades e fragilidades evidenciadas e elenco de possíveis ações futuras.
FUTUROS	6) Realização de seminário integrador: Docentes, discentes e técnicos participam de assembleia para análise do relatório parcial com vistas e ajustar e aprovar as medidas a serem tomadas para melhoria institucional, proposições de ações e traçado de metas futuras. 7) Coordenação preenche fichas a serem enviadas a Capes sobre os procedimentos de auto avaliação.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Planejamento estratégico

Para a elaboração de um planejamento estratégico bem estruturado, o PPG necessita entender-se como uma intervenção que visa propor caminhos para a solução de problemas sociais com impactos científicos. Nesse sentido, o planejamento estratégico orienta as ações do PPG, aumenta sua eficiência e eficácia e permite a avaliação de seus resultados, por atores externos (heteroavaliação) ou internos (autoavaliação). O planejamento estratégico deve levar em conta as necessidades, interesses, crenças e valores dos atores envolvidos na implantação e implementação do PPG. Para isso, o diálogo e a negociação, de maneira democrática e ampliada, são fundamentais para construir um plano legítimo e alinhado com as expectativas de todos.

Apesar de, tradicionalmente, planejamentos estratégicos iniciarem pela análise de contexto, sugere-se a antecipação de outras etapas, em função das especificidades de um PPG: seus resultados estão atrelados à busca de soluções a questões de relevância científica, mas que reverberam em questões de relevância social. Assim, ao se olhar primeiramente para o problema a ser explorado, para a identidade que se pretende criar/aprimorar e para os objetivos que se pretende alcançar, reforça-se a vinculação do PPG com seu compromisso com questões de relevância social. Posteriormente, na análise de contexto mais ampla, existe a possibilidade de ser realizada a verificação de necessidades de adequação nesses elementos (problema inicial, missão, visão e objetivos), tomando-se o cuidado para que não se percam as duas dimensões essenciais do problema: social e técnica.

O passo inicial para o planejamento estratégico de programas de pós-graduação, portanto, seria identificar o problema que o PPG busca mitigar, considerando as demandas científicas e sociais, como uma justificativa para sua existência. O problema deve ser amplo (para permitir o desenvolvimento de diversos subprojetos sob sua guarda, em uma perspectiva multidimensional); complexo (para demandar abordagens epistemológicas por meio de metodologias de pesquisa próprias da área de conhecimento na qual se insere); relevante para o contexto local, regional ou nacional (para que sua solução se converta em melhoria da qualidade de vida da população dentro do contexto ao qual se relaciona; dialogar com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e outras demandas internacionais (para garantir a inserção internacional do conhecimento produzido a partir das pesquisas do PPG), e derivar de lacunas de conhecimento próprias da área de avaliação e de conhecimento na qual o PPG se localiza (a fim de garantir o avanço das fronteiras do conhecimento científico e tecnológico dentro dessa área).

A construção da identidade do PPG é feita a seguir, com a definição da missão, da visão e dos valores. A missão é a razão de ser do PPG, sua contribuição, para a sociedade, agregada como valor final em seus resultados. A visão é a imagem do futuro que o PPG deseja construir por meio de suas ações. Os valores são os princípios inalienáveis que norteiam as ações internas e externas do PPG e moldam, inclusive, seus egressos.

Os horizontes do PPG são definidos por seus objetivos e metas. Os objetivos expressam os resultados que o PPG

deseja alcançar. As metas são delimitações quantitativas e temporais dos objetivos que auxiliam a construção de indicadores de desempenho intermediário e final e permitem medir o progresso das ações, processos, procedimentos e atividades em direção ao resultado que foi estabelecido.

A análise de contexto servirá para estabelecer as capacidades e limitações do PPG, ao identificar as variáveis internas (recursos humanos, financeiros e materiais, a infraestrutura, a cultura organizacional e os processos de gestão) e externas que podem afetar o programa, mas também funcionará para validar, reformular e lapidar o problema, os elementos que compõem a identidade e os objetivos, e modo a auxiliar na priorização e na definição de estratégias. As variáveis externas incluem o mercado de trabalho, as políticas públicas, as demandas sociais, as tendências científicas tecnológicas e a concorrência colaborativa entre os diferentes PPG. A análise de contexto pode ser feita por meio de ferramentas como a Matriz SWOT, o Diagrama de Ishikawa, a Matriz GUT ou qualquer outra ferramenta já existente ou criada pelo próprio PPG, segundo suas diretrizes, necessidades e competências. Interessante notar que sendo a definição do problema uma pré-análise do contexto, a ser validada ou ajustada na análise de contexto propriamente dita, as mesmas ferramentas utilizáveis nesta são também naquela, a fim de auxiliar nas priorizações (Matriz SWOT e Matriz GUT) e na identificação de causas (Diagrama de Ishikawa).

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

A estratégia do PPG define como o programa pretende alcançar seus objetivos e metas, devendo ser coerente com sua identidade, o contexto em que ele se insere e os recursos disponíveis. A estratégia pode envolver ações como a criação de novas linhas de pesquisa, a oferta de novas disciplinas, a ampliação da infraestrutura, a internacionalização, a captação de recursos, o investimento na extensão, a modificação de modalidade e a melhoria da gestão, entre inúmeras outras ações possíveis, capazes de aprimorar o desempenho e garantir o alcance dos objetivos.

A implementação da estratégia envolve a execução das ações planejadas, o monitoramento dos processos e resultados intermediários e a avaliação dos resultados finais (imediatos e tardios) do PPG, no curto, médio e longo prazos. A implementação deve ser flexível e adaptável às mudanças no contexto e a avaliação deve ser contínua e participativa, envolvendo todos os atores do PPG por meio da autoavaliação.

Entre as estratégias de avaliação do PPG, deve estar inclusa a avaliação do próprio plano estratégico. Ao se verificar se os objetivos e metas foram alcançados, se a estratégia foi eficaz e se o PPG está cumprindo sua missão, deve-se visitar o plano estratégico (documento final resultado da atividade de planejamento estratégico), a fim de ajustá-lo às mudanças no contexto e aos resultados da avaliação. A revisão do plano estratégico deve ser realizada periodicamente, em um ciclo contínuo de melhoria, buscando identificar as transformações do contexto, causadas ou não pela intervenção do PPG e elucidadas pela avaliação, conforme Figura 12.



Figura 12. Ciclo de planejamento do PPG

1. Quais são os objetivos e as metas do PPG?
2. Que estratégias ou políticas são adotadas pelo PPG para atingir seus objetivos e como serão implementadas?
3. Quais são as ações adotadas para atingir os objetivos?
4. Essas estratégias e ações geraram resultados e impacto?
5. Formas de mensuração e de utilização dos resultados da autoavaliação (para diagnóstico e aprimoramento do novo planejamento).

Sugere-se a leitura do documento "Planejamento Estratégico: um roteiro operacional para programas de pós-graduação", disponível em: <https://dx.doi.org/10.21713/planejamentoppg>.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

O planejamento estratégico pode ser considerado como a tentativa de manifestação de um ideal de PPG no mundo, sendo sua avaliação o caminho pelo qual se torna possível corrigir as discrepâncias em relação a esse ideal. É fundamental que esteja alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição (PDI) a qual o programa faz parte. Ao construir o seu planejamento estratégico, o programa deve abordar minimamente os aspectos que ilustramos a seguir, onde sugerimos algumas problematizações estratégicas a serem feitas pelo PPG durante a construção do seu plano, sempre levando-se em conta a sua identidade.

Missão

A missão (porque o programa existe) deve expressar claramente a razão da existência do programa, o propósito, as diretrizes, os limites de atuação e o diferencial do programa, considerando a sua identidade e a necessidade da sociedade.

Perguntas estratégicas

- Qual a razão de existir do PPG, considerando a necessidade da sociedade?
- Qual o diferencial do PPG em relação a outros programas existentes?
- Como a missão do PPG demonstra um compromisso com uma formação científica de alta qualidade?

Visão

A visão (onde o programa quer chegar) deve expressar os anseios e as expectativas do grupo em relação ao futuro e como esses desejos serão convertidos em realidade. Trata-se da projeção de oportunidades futuras e da concentração de esforços para a sua consecução, estabelecendo a direção a seguir e o foco do programa para aquilo que busca reconhecimento e para o que deseja alcançar.

Perguntas estratégicas

- Quais avanços científicos, tecnológicos, educacionais, artísticos, econômicos ou culturais o PPG almeja promover?
- Como a visão de futuro expressa o compromisso do PPG com a responsabilidade social?

Valores (princípios norteadores)

Os valores (aquilo no qual o programa acredita) são os princípios norteadores e compromissos que serão assumidos pelo programa, que representam as convicções, a conduta e o comportamento dominante dos seus integrantes. Servem tanto como motivadores das ações do grupo e da sua busca pela excelência, como estabelecem os limites éticos para estas ações e seus executores no exercício de suas responsabilidades.

Perguntas estratégicas

- Quais são os princípios éticos e morais que guiam as ações e decisões do PPG?
- Como esses valores se refletem nos processos acadêmicos e administrativos do PPG?
- Os valores expressam a essência do PPG e promovem uma cultura organizacional coesa e legitimidade aos resultados?

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Objetivos

Os objetivos são os fins e as situações concretas que se pretende alcançar para o cumprimento da missão do programa e o alcance de sua visão de futuro. Os objetivos podem ser classificados em três níveis: estratégicos, táticos e operacionais.

Os objetivos estratégicos são as expectativas globais do programa, diretamente relacionados a sua missão. Refletem a visão do programa e a melhor direção a ser seguida pelo grupo. Eles são definidos no longo prazo (período de um ou mais quadriênios) e orientados para o ambiente externo.

Os objetivos táticos são mais específicos e definidos a médio prazo. São formulados no âmbito da coordenação/comissão gestora e relacionam-se às atividades previstas neste âmbito e na utilização eficiente de recursos, de forma a garantir o alcance dos objetivos estratégicos.

Os objetivos operacionais são direcionados à execução das tarefas diárias/rotineiras do programa e, conseqüentemente, definidos no curto prazo pela coordenação. Devem ser formulados como projetos ou planos de ação (subitens dos objetivos táticos) de forma a garantir que os objetivos táticos sejam alcançados. Recomenda-se, ainda, que os objetivos sejam específicos (nem amplos nem genéricos), mensuráveis (passíveis de aferição), realistas (atingíveis e viáveis), relevantes (direcionados e relacionados) e temporais (limitados ao prazo; tangíveis).

Para se formular os objetivos, deve-se observar alguns princípios:

- **Especificidade:** Clareza e precisão na definição dos objetivos.
- **Mensurabilidade:** Possibilidade de avaliar o progresso e o alcance dos objetivos.
- **Realismo:** Objetivos alcançáveis e viáveis.
- **Relevância:** Alinhamento com a missão e visão do programa.
- **Temporalidade:** Definição de prazos para o alcance dos objetivos.

Pergunta estratégica

- *Quais as metas de curto, médio e longo prazos para cada ano do período do planejamento, dentro do ciclo avaliativo?*

Objetivos x identidade do PPG

No detalhamento dos objetivos, é importante deixar clara a identidade do programa quanto a:

I. Tipo de formação pretendida ou perfil de formação de pós-graduados

O perfil de formação pode ser mais voltado a formação de professores e pesquisadores, onde se enquadram principalmente os mestrados e doutorados acadêmicos; ou o perfil pode ser mais voltado a formação aplicada direcionada a demandas induzidas, o que é mais próprio dos programas profissionais.

- *Que tipo de profissional o PPG pretende formar por meio da pós-graduação?*

II. Geração de conhecimento e natureza da pesquisa

A natureza da pesquisa pode ser básica ou aplicada, a depender da identidade do programa. A pesquisa básica ou fundamental visa aumentar o conhecimento teórico sobre fenômenos, sem necessariamente se preocupar com sua aplicação prática imediata. Busca a compreensão e explicação de princípios fundamentais, com foco no avanço do saber científico. A pesquisa aplicada busca a aplicação de conhecimentos teóricos com vistas a resolver problemas concretos.

- *Qual é a natureza da pesquisa desenvolvida pelo PPG na estratégia de formação de mestres e doutores?*

III. Transferência e compartilhamento de conhecimento

Os objetivos podem enfatizar o compromisso com a formação de pessoas, a produção de conhecimento, o avanço da ciência ou a inovação tecnológica.

- *Qual o tipo e a forma de transferência de conhecimento esperada pelo PPG?*

IV. Impacto esperado

Os objetivos devem prever a contribuição para o desenvolvimento social, econômico, cultural ou ambiental, atendendo a demandas e desafios da sociedade.

- *O que o PPG espera alcançar a curto, médio e longo prazo em termos de impacto e relevância científica, econômica e / ou social?*

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Ações

As ações em um planejamento estratégico de um PPG são o alicerce para transformar objetivos em resultados tangíveis. Elas representam os passos concretos, indicando, entre outros elementos, responsáveis, recursos e prazos para o alcance das metas estabelecidas, sempre em consonância com a missão, visão e valores do programa.

Pergunta estratégica

- *Quais as ações a serem adotadas pelo PPG para atingir os objetivos?*

Ações x identidade do PPG

No detalhamento das ações, é importante deixar clara a identidade do programa quanto a condições de funcionamento e infraestrutura:

I. Estrutura acadêmica

Demonstrar articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, em relação a objetivos, missão e modalidade do Programa.

É importante que este item esteja alinhado à identidade do programa, ao perfil de egresso que se pretende formar e à estrutura acadêmica que dará suporte à formação, considerando áreas de concentração, disciplinas, projetos de pesquisa e infraestrutura disponível.

- *A estrutura do PPG está alinhada com a sua missão e com o perfil de formação de egressos?*
- *Como está a estrutura acadêmica do Programa, segundo suas áreas e linhas de pesquisa (i.e., total de disciplinas, docentes, alunos, projetos, teses e dissertações e produção intelectual por área e por linha de pesquisa)?*
- *Como esta estrutura se alinha com a missão do PPG?*

II. Corpo docente

O perfil de formação e a experiência do corpo docente devem apresentar compatibilidade e adequação à identidade do programa, além de haver distribuição equilibrada das atividades dos docentes dentro de projetos, disciplinas, orientações e publicações.

- *Qual é o grau de compatibilidade entre a formação do quadro docente, a proposta do PPG e o perfil do egresso?*
- *Como está a distribuição da participação dos docentes do PPG nas atividades acadêmicas?*

III. Infraestrutura

A infraestrutura, em termos de bibliotecas, laboratórios, equipamentos, acesso à internet de alta velocidade precisam estar disponíveis e devem ser pertinentes às necessidades de estudo e pesquisa.

Questões de acessibilidade devem ser consideradas e envolvem várias abordagens, que não devem ser restritas apenas a ações do programa isoladamente, mas incluir ações sistêmicas na esfera institucional.

- *A infraestrutura é adequada para cumprir a missão do PPG?*

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Contexto

Análise do ambiente

A análise do ambiente deve ser feita considerando os fatores que propiciam uma condição favorável ou desfavorável na organização do programa, tanto do ambiente interno (forças e fraquezas) como do ambiente externo (oportunidades e ameaças). A autoavaliação deve ser o ponto de partida da análise, principalmente, do ambiente interno.

No ambiente interno deve ser feita a análise do programa, de suas potencialidades e limitações no cumprimento de sua missão e de como isso interfere, positiva ou negativamente, na consecução dos seus objetivos. As forças ou pontos fortes, bem como as fraquezas ou pontos fracos são características intrínsecas do programa que podem ser tangíveis ou não e representam vantagens/facilidades ou desvantagem/dificuldades, respectivamente, no alcance dos objetivos.

Como exemplo da análise situacional do ambiente interno e controlável do programa pode-se citar a existência de: pesquisa inovadora ou incremental; disciplinas atuais ou defasadas; produção científica com qualidade ou em quantidade; recursos humanos, materiais e financeiros limitados ou satisfatório; habilidades e competências específicas ou gerais ausentes ou presentes, entre vários outros indicadores.

No ambiente externo, deve ser feita a análise de fatores externos e não controláveis — que poderão criar condições competitivas favoráveis (oportunidades) ou desfavoráveis (ameaças) ao programa — e da melhor forma de usufruir ou evitar estas situações. O monitoramento deste ambiente é fundamental para observar as novas tendências, novos cenários, políticas públicas etc. Como exemplo da análise situacional do ambiente externo e não controlável do programa, pode-se citar: programas próximos com missão semelhante; crise econômica e financiamento; pandemia, reposição e qualificação de docentes; mudanças no mercado de trabalho; novos conceitos e aplicações para a área; pressão social; competitividade; novos indicadores de avaliação, entre vários outros fatores.

Análise de riscos

Análise de risco é o processo de identificação e análise de possíveis problemas que podem impactar negativamente o programa. Funciona para antecipar e reduzir o efeito negativo, planejando ações de mitigação para possíveis falhas.

- *Quais são as suas forças e fraquezas?*
- *Quais fatores favorecem e quais dificultam o atingimento dos objetivos?*
- *Como o PPG aproveitará os fatores que favorecem o alcance dos objetivos e como mitigará os que o dificultam?*

Políticas afirmativas e de promoção de equidade

Adoção de ações afirmativas no sentido de promover o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas e pardas), povos originários e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência nos cursos de mestrado e doutorado. Os PPG devem indicar a existência, no âmbito da instituição ou no regulamento do programa, de políticas de ação afirmativa que busquem promover o acesso e a permanência na pós-graduação, bem como de boas práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência. Na ausência dessas políticas, recomenda-se a indicação de um plano para a sua adoção. É recomendável também que exista um compromisso com a promoção da paridade de gênero nas bancas de defesa de teses e na gestão do PPG.

[\(Veja a Dimensão específica\).](#)

- *Existe uma política de ações afirmativas na IES ou no PPG?*
- *Se não existe, qual o plano de adoção?*
- *Quais ações são de fato adotadas?*

Estratégias, políticas e diretrizes

Detalhar quais são as estratégias, políticas e diretrizes para atingir os objetivos elencados no Planejamento Estratégico. Elas podem abordar de forma transversal aspectos como (não limitado a):

- Regionalização (Local, regional, nacional, internacional)
- Formas de atuação (áreas estratégicas, demandas induzidas)
- Colaboração com outros grupos ou outras instituições
- Interdisciplinaridade.
- Infraestrutura e financiamento

Para uma abordagem da análise do PPG sob uma perspectiva transversal, consulte o [Capítulo 3 - Dimensões](#).

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Quesito 2. Formação e produção intelectual

Qualidade de Teses e Dissertações ou equivalentes e adequação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa.

A **formação de recursos humanos** na pós-graduação é fundamental para o desenvolvimento acadêmico, científico, e profissional, tanto dos indivíduos quanto das instituições de ensino. A pós-graduação, especialmente em programas de mestrado e doutorado, desempenha um papel crucial na capacitação de profissionais altamente qualificados, que podem impactar diversos setores da sociedade, incluindo pesquisa, inovação, educação e indústria.

A qualidade das teses e dissertações pode ser medida de diferentes formas, a depender das diretrizes específicas de cada área. As principais são:

Diretrizes específicas	<p>Qualidade intrínseca dos trabalhos de conclusão</p> <p>A qualidade pode ser verificada de forma direta, pela leitura das teses ou de parte delas. Os trabalhos devem estar aderentes à identidade do programa, às áreas de concentração e às linhas de pesquisa desenvolvidas pelo PPG.</p>	<p>Produtos resultantes dos trabalhos de conclusão</p> <p>A qualidade dos trabalhos também pode ser verificada de forma indireta, por meio de produtos derivados, como artigos, patentes, citações, impacto etc.</p>	<p>Banca examinadora</p> <p>Outra forma de avaliação indireta da qualidade das teses é por meio da análise da formação das bancas examinadoras. Recomenda-se que as bancas sejam compostas de forma a atuar com imparcialidade, evitando-se conflitos de interesse, que possuam membros com titulação compatível com o nível que está sendo avaliado e respeitando critérios de exogenia tanto do PPG, quanto da IES e da área.</p>
	<p>Perguntas Estratégicas</p> <ul style="list-style-type: none"> Os trabalhos de conclusão possuem aderência às áreas de concentração e linhas de pesquisa? 	<ul style="list-style-type: none"> Os trabalhos possuem produtos resultantes e estes geraram impacto? 	<ul style="list-style-type: none"> Como são as bancas examinadoras em termos de qualificação, exogenia, internacionalização, envolvimento de docentes de outras IES?

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

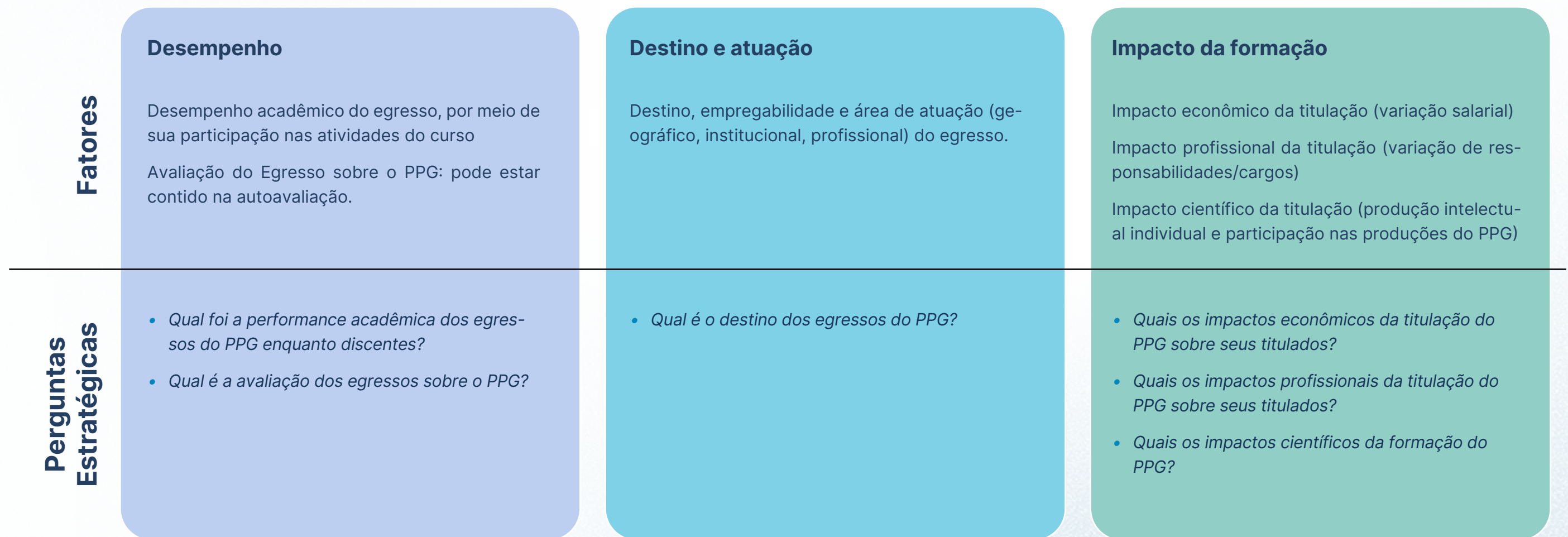
Destino e atuação dos egressos do Programa em relação à formação recebida

Esse item é importante para que se possa avaliar o impacto da formação na carreira profissional.

Algumas IES e PPG realizam pesquisas de acompanhamento de egressos para entender o destino e sucesso profissional dos seus ex-alunos, analisando em quais áreas eles atuam, a satisfação com a formação recebida e o impacto da pós-graduação em suas carreiras. Existem também redes de ex-alunos, que possibilitam o acompanhamento das trajetórias profissionais dos egressos e promovem oportunidades de networking, mentorias e parcerias.

Ações de acompanhamento de egressos devem estar previstas pelo PPG, em seu Planejamento Estratégico e o Plano de Autoavaliação pode traçar abordagens focadas na avaliação do ex-aluno quanto a formação que recebeu e o impacto na sua vida profissional.

Os principais Fatores utilizados na avaliação de egressos são:



1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Estudo de egressos

A fim de subsidiar a informação quanto à atuação dos egressos dos PPG no mercado de trabalho, a Diretoria de Avaliação realiza alguns estudos utilizando a base da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e fornece os dados para as Coordenações de Área de Avaliação.

Nesses estudos são apresentados alguns indicadores e análise quanto à atuação dos egressos, a partir dos quais cada área de avaliação pode julgar quais informações considera relevantes ou que fazem sentido para avaliar a relevância da formação de uma forma geral.

Os egressos da pós-graduação podem ser encontrados na RAIS atuando em empresas, na administração pública, na própria pós-graduação, como docente, ou podem não ser encontrados, o que significa que não possuem emprego formal ou atuam no exterior.

Nesse estudo, é possível identificar fatores como:

Fatores

Migração

Por meio da análise comparativa entre o local de estudo e o local de atuação, é possível verificar se os egressos se mantêm próximos ou distantes da região em que se formaram.

Atividade econômica

Por meio da natureza jurídica da empresa, é possível identificar em qual área de atividade econômica encontra-se o egresso (por exemplo, educação, administração pública, indústria, construção, agropecuária, comércio, serviços etc) e com qual vínculo empregatício (por exemplo, profissionais do ensino, gerentes, dirigentes, técnicos, prestadores de serviço, pesquisadores etc).

Variação salarial

Com dados de remuneração, é possível verificar a variação salarial antes e depois de cursar a pós-graduação, a fim de analisar o impacto econômico para a pessoa.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Avaliação da produção intelectual

A avaliação da produção intelectual é um dos instrumentos no processo de avaliação para fins de classificar as produções do programa quanto ao seu nível de qualidade, subsidiando as áreas com indicadores. Existem critérios para a classificação da produção artística/cultural, da produção técnico-tecnológica, classificação de eventos, classificação de livros e classificação de artigos.

As metodologias são construídas, como em todo o processo de avaliação, em conjunto com a comunidade acadêmico-científica, e a classificação final da produção intelectual só pode ocorrer após finalizado o quadriênio, quando todos os dados estiverem coletados, tratados e consolidados. A definição das metodologias se baseou em estudos e proposições feitas por [Grupos de Trabalho \(GT\)](#), instituídos por meio de Portarias da CAPES, contando com a participação de membros da comunidade. Os resul-

tados dos GT foram apresentados e aprovados pelo CTC-ES e publicizados pelo site da CAPES.

Os Itens 2.3 e 2.4 concentram a avaliação da produção intelectual, seja artigos, livros, produtos técnico-tecnológicos, produtos artísticos e eventos. Para cada um desses tipos, foi produzido um relatório de Grupo de Trabalho (GT), que estruturou fichas próprias de classificação, permitindo a padronização da avaliação. As áreas podem escolher fazer a classificação da produção total ou de parte da produção indicada como destaque pelos PPG.

Alguns dos Fatores considerados na avaliação da produção intelectual e das atividades de pesquisa são:

Fatores	Qualidade indireta da produção	Qualidade intrínseca da produção	Aderência da produção	Envolvimento de discentes e egressos	Atividades de pesquisa
Perguntas Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> Qual o impacto da produção? 	<ul style="list-style-type: none"> A produção possui qualidade? 	<ul style="list-style-type: none"> A produção demonstra articulação com as linhas de pesquisa do programa e com os trabalhos de conclusão? 	<ul style="list-style-type: none"> A produção envolve discentes e egressos como (co)autores? 	<ul style="list-style-type: none"> As atividades de pesquisa demonstram articulação com a identidade do PPG e possuem qualidade? As atividades de pesquisa envolvem os discentes?

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Classificação da Produção Técnica e Tecnológica (PTT)

O GT que discutiu esse tema propôs, em seu relatório final, o uso de uma listagem contendo 21 (vinte e um) diferentes produtos técnicos e tecnológicos, os quais foram considerados frutos dos resultados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas pelos PPG, visando o avanço científico. As Áreas de Avaliação, baseadas nessa lista, indicam, em seus Documentos de Área, os tipos de produtos que serão por ela avaliados no respectivo quadriênio.

Esses produtos podem ser: patente, tecnologia social, material didático, curso de formação profissional, produto de editoração, software/aplicativo (programa de computador), evento organizado, norma ou marco regulatório, relatório técnico conclusivo, dentre outros. Essa valorização em relação aos produtos técnico-tecnológicos é essencial para os programas profissionais que apresentam tipos variados de trabalhos de conclusão e de produções intelectuais, considerando as suas características próprias de formação.

Foi definido pelo GT uma Ficha de Avaliação própria, contendo Quesitos e Itens a serem seguidos por todas as áreas, mas com possibilidade de parametrização por cada área.

A escala de avaliação de PTT envolve 5 níveis T1 (elevada qualidade), T2, T3, T4, T5 (menor qualidade), TNC (Trabalho Não Classificado, sem pontuação)

[Conheça o relatório do GT Produção Técnica e Tecnológica](#)

Classificação de Livros

É outro instrumento importante, visto que percentual expressivo da produção bibliográfica em muitas áreas, especialmente nas de Ciências Humanas e Sociais, é difundido por meio de livros, sejam eles de autoria única ou de coletâneas envolvendo diversos PPG, docentes e discentes.

Foi definido pelo GT uma Ficha de Avaliação própria, contendo Quesitos e Itens a serem seguidos por todas as áreas, mas com possibilidade de parametrização por cada área.

A escala de avaliação dos livros envolve cinco níveis, respeitando-se a seguinte ordem: L1 (elevada Qualidade), L2, L3, L4 e L5 (menor qualidade) e LNC (não classificado, atribuído a possíveis itens incluídos pelos programas, mas que não atendem os requisitos que definem um livro, podendo ser cartilhas, material didático etc.)

[Conheça o relatório do GT Livros](#)

Classificação da Produção Artístico-Cultural

Entende-se por produção artístico-cultural os produtos e processos criativos, poéticos, interpretativos, que resultam de pesquisa acadêmica, produzida no âmbito dos PPG, expressos por meio de linguagens visuais, cênicas, musicais, literárias etc. Há um leque muito amplo de produções artístico-culturais, que podem estar presentes em múltiplas áreas, como Artes, Literatura, Design, Comunicação e Antropologia.

A classificação Artístico-Cultural busca contemplar as especificidades dessas áreas, estabelecendo uma estrutura básica, a partir da qual podem ser criados indicadores, pesos e métricas inerentes a cada uma. Para isso, é necessário que atenda a um conjunto de requisitos mínimos, avaliados periodicamente pela área correspondente, em diálogo com a comunidade científica.

Foi definido pelo GT uma Ficha de Avaliação própria, contendo Quesitos e Itens a serem seguidos por todas as áreas, mas com possibilidade de parametrização por cada área

A escala para produção Artístico-Cultural segue os estratos de A1 a A8.

[Conheça o relatório do GT Qualis Artístico/Cultural e Eventos](#)

Classificação de Eventos

O “evento científico” é uma atividade que tem como objetivo reunir especialistas e interessados em determinadas áreas do saber para discussão de temas que atendam a preocupações comuns, com vistas à atualização e ao progresso da pesquisa científica. Além disso, objetiva também a divulgação dos resultados de pesquisa, colocando os pesquisadores em debate com vistas à qualificação e validação das investigações no âmbito da comunidade científica; busca igualmente incentivar o desenvolvimento de campos de pesquisa ainda emergentes; promover a formação de pesquisadores por meio da interação de discentes, docentes, profissionais e grupos de pesquisa com interesse na área; e valorizar a interdisciplinaridade inerente à área.

Há diversos tipos de trabalhos publicados em anais de eventos científicos, a saber:

- trabalhos completos com avaliação por pares
- trabalhos completos sem avaliação por pares (selecionados por meio de resumos)
- trabalhos curtos (com ou sem validação por pares, sendo o número de páginas variável, assim como o veículo de publicação)
- trabalhos curtos sem avaliação por pares (selecionados através de resumo)
- resumos e resumos expandidos (com ou sem avaliação por pares)

Há também outros tipos de trabalhos apresentados, que não envolvem a publicação em anais, e que cumprem um papel apenas de divulgação, tais como: palestra, apresentação de trabalho (comunicação ou pôster), participação em mesa redonda, mediação de debates etc.

Cada coordenação de área estabelece, a partir da estrutura básica proposta, suas diretrizes, pesos e métricas, utilizando-se indicadores de qualificação e seus pesos.

A escala para Eventos segue os estratos de A1 a A8.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Tabela 2: Características de diferentes produtos, seus critérios e escala de avaliação			
Classificação	Características	Ficha	Escala de estratos*
Livros	<p>a. O PPG insere um conjunto de informações sobre a obra na Plataforma Sucupira;</p> <p>b. A comissão de área audita tais informações, a partir da obra completa ou de partes específicas;</p> <p>c. A comissão de área transforma um conjunto de indicadores em uma pontuação de 0 a 100 pontos que qualifica a obra;</p> <p>d. A pontuação possui uma correspondência para a escala de estratos.</p>	<p>Há três quesitos de avaliação, cada um deles composto por um conjunto de indicadores a se utilizar para a avaliação dos livros:</p> <p>I. O primeiro quesito refere-se às características formais da obra extraídas das informações prestadas pelos PPG ou extraídas dos dados bibliográficos enviados à CAPES.</p> <p>II. O segundo quesito engloba um conjunto de indicadores indiretos de qualidade decorrentes do exame da obra em si.</p> <p>III. O terceiro quesito envolve indicadores de avaliação direta de qualidade para as Áreas que, preferencialmente, mantiverem a leitura completa da obra como elemento do processo de avaliação.</p>	L1 a L5, LNC
Produção Técnica e Tecnológica	<p>a. A partir de uma listagem contendo 21 produtos técnico e tecnológicos, as Áreas de Avaliação devem indicar em seus Documentos de Área os tipos de produtos que serão por ela avaliados no respectivo quadriênio;</p> <p>b. Há uma recomendação para que cada Área de Avaliação escolha até 10 produtos como os principais para avaliação dos PPG da Área;</p> <p>c. Uma lista com as informações/subsídios necessários para a análise do produto será considerada para a avaliação dos critérios indicados na Ficha de Avaliação.</p>	<p>Aderência: vínculo a linhas e projetos de pesquisa e à áreas de concentração do PPG.</p> <p>Demanda e Impacto: tipo demanda, objetivo da pesquisa e área impactada.</p> <p>Aplicabilidade: Abrangência territorial e replicabilidade.</p> <p>Inovação: alta, média, baixa, sem inovação.</p> <p>Complexidade: alta, média e baixa.</p> <p>Critérios específicos estabelecidos por cada área de avaliação.</p>	T1 a T5, TNC
Artístico-Cultural	<p>a. Critérios obrigatórios: são aqueles que os produtos devem cumprir para virem a ser qualificados;</p> <p>b. Critérios classificatórios: são os critérios que pontuam e a partir dos quais será realizada a estratificação;</p> <p>c. Critérios indutores: são aqueles que podem ser utilizados quando o produto se mostra particularmente relevante para o desenvolvimento da Área (seja por revelar-se especialmente relevante para a formação discente, seja por situar-se em região estratégica para o desenvolvimento da Área, seja por avançar as fronteiras do conhecimento científico, seja por possuir uma especial relevância regional, nacional ou internacional de acordo com os objetivos do Programa).</p>	<p>Critérios obrigatórios: aderência à pesquisa desenvolvido no PPG, apresentação pública da produção, acesso permanente aos resultados da produção.</p> <p>Critérios classificatórios:</p> <p>I. Características do projeto artístico/cultural, reconhecimento da área.</p> <p>II. Impactos: registro e difusão, relevância cultural, social e acadêmica.</p> <p>Critérios de indução: relevância para a formação discente; Relevância para a Área em regiões estratégicas; relevância acadêmica (avanço científico-acadêmico); relevância local, regional, nacional, internacional.</p>	A1 a A8
Eventos	<p>a. Critérios obrigatórios: são aqueles que os produtos devem cumprir para virem a ser qualificados;</p> <p>b. Critérios classificatórios: são os critérios que pontuam e a partir dos quais será realizada a estratificação;</p> <p>c. Critérios indutores: são aqueles que podem ser utilizados quando o produto se mostra particularmente relevante para o desenvolvimento da Área (seja por revelar-se especialmente relevante para a formação discente, seja por situar-se em região estratégica para o desenvolvimento da Área, seja por avançar as fronteiras do conhecimento científico, seja por possuir uma especial relevância regional, nacional ou internacional de acordo com os objetivos do Programa).</p>	<p>Critérios obrigatórios: aderência à pesquisa, reconhecimento por Entidade Científica, comitê científico representativo, publicação de trabalho completo nos Anais, avaliação por pares, registro da publicação em Bibliotecas Digitais.</p> <p>Critérios classificatórios: abrangência da entidade/associação científica, composição do comitê científico, impacto dos trabalhos.</p> <p>Critérios de indução: relevância para a formação discente; Relevância para a Área em regiões estratégicas; relevância acadêmica (avanço científico-acadêmico); relevância local, regional, nacional, internacional.</p>	A1 a A8

40

Obs: Cada Área de Avaliação deve especificar suas diretrizes específicas no Documento de Área e Ficha de Avaliação.

* Há uma pontuação sugerida para cada estrato. As escalas de Artístico-cultural e Eventos foram atualizadas.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Classificação de Artigos

Os artigos científicos representam parte significativa da produção intelectual dos PPG e, para muitas áreas de avaliação, o meio mais utilizado para divulgação dos resultados obtidos na pesquisa. Como parte do processo de avaliação, um dos instrumentos utilizados é a classificação de artigos.

Para o Quadriênio 2025-2028, o processo avaliativo passará a focar na classificação dos artigos publicados e não mais no periódico onde o texto foi divulgado. Com isso, artigos diferentes publicados em um mesmo periódico poderão ter classificações diferentes, a depender do procedimento adotado pela área.

Os artigos poderão receber estratos em uma escala de 8 níveis, variando de A1 a A8. A metodologia de estratificação de artigos vem sendo amplamente debatida pela comunidade e foi objeto de alguns GT. O relatório do grupo mais recente que refletiu a respeito do assunto está [disponível aqui](#).

Contudo, após os encaminhamentos do GT, o debate foi levado ao CTC-ES, que deliberou sobre alguns aprimoramentos na metodologia, que serão explicitados a seguir.

Procedimentos para classificação de artigos

O CTC-ES aprovou três procedimentos de classificação dos artigos. Cada área tem autonomia para utilizar qualquer procedimento individualmente ou a combinação entre eles (Figura 13):

Procedimento 1: Classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos do periódico, por meio de metodologia estatística.

Procedimento 2: Classificação do artigo por meio de seus indicadores bibliométricos diretos, para a análise quantitativa em combinação com critérios qualitativos do periódico, que podem envolver critérios de indexação, valorização de periódicos nacionais, acesso aberto, dentre outros. Os Fatores e metodologias utilizados nos procedimentos serão divulgados pelas áreas de avaliação.

Procedimento 3: Análise qualitativa de artigos, baseada em Fatores e metodologias definidos pela área de avaliação, podendo abarcar, por exemplo, uma análise de relevância do tema abordado, o avanço conceitual proveniente do trabalho, a contribuição científica do estudo e outros indicadores de qualidade definidos pela área de avaliação. Os artigos a serem considerados neste Procedimento devem ser objeto de destaque na Plataforma Sucupira.

Os **Procedimentos 1 e 2** são adequados para a classificação de um grande número de artigos, enquanto que o **Procedimento 3** é apropriado para a classificação de um recorte destacado da produção.

Nas próximas páginas, está detalhada a operacionalização dos três procedimentos.

		Análise indireta do artigo por meio do periódico	Análise direta do artigo
A área pode escolher qual(is) procedimentos deseja utilizar	Procedimento 1	Classificação do artigo por indicadores bibliométricos do periódico	
	Procedimento 2	Classificação do artigo por critérios qualitativos do periódico obs: O ponto inicial da classificação do artigo por meio dos critérios qualitativos do periódico é a classificação obtida no Procedimento 1.	Classificação do artigo por meio de seus indicadores bibliométricos diretos de citação
	Procedimento 3		Análise qualitativa de artigos (Destaques)

Análise quantitativa (DAV)

Estratificação comparativa dentro de agrupamentos temáticos, a partir do uso de indicadores bibliométricos de citação.

Análise qualitativa (Área)

Fatores de análise qualitativa descritos pela área, que podem considerar: acesso aberto, valorização de periódicos nacionais e indexação em bases importantes para a área, dentre outros.

O procedimento 3 envolve análise mais detalhada de cada artigo, considerando por exemplo temática do artigo e avanço conceitual.

Figura 13. Procedimentos da classificação de artigos

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Procedimento 1

O procedimento 1 se baseia em uma metodologia estatística que calcula o estrato do artigo dentro de uma escala de 8 níveis, baseada em **indicadores bibliométricos do periódico** de divulgação científica.

Os indicadores bibliométricos se baseiam no cálculo da média de citações dos artigos dentro de um período de tempo, tendo como referência os registros que cada base de dados possui.

A estratificação se baseia no uso de percentis obtidos e comparados dentro de agrupamentos temáticos, definidos pelas bases indexadoras. Cada periódico pode pertencer a mais de um desses agrupamentos.

Na base *Scopus*, o agrupamento temático adotado é denominado *ASJC – All Science Journal Classification* e é subdividido em 334 categorias, organizadas em 27 grandes áreas, enquanto na base *Journal of Citation Report (JCR)* os periódicos são distribuídos em 236 categorias.

Considerando que dentro de cada agrupamento temático estão periódicos com similaridade de temas de pesquisa e com características próprias de citação, não é factível comparar valores absolutos de citações. Assim, adota-se a medida do percentil.

O percentil indica a posição relativa de um periódico em comparação com um conjunto de periódicos de uma mesma temática/especialidade. Ao utilizar essa medida no lugar do valor absoluto da métrica quantitativa, é possível comparar periódicos de temáticas distintas que apresentam diferentes padrões de citação. Quando o periódico está em mais de uma temática, é considerado o maior percentil entre elas.

As bases e os indicadores bibliométricos utilizados serão:

- *CiteScore* da *Scopus*;
- Fator de Impacto (*JIF*) da *Journal of Citation Reports (JCR)* – *Clarivate/Web of Science*;
- Índice h - *Open Alex, Google Scholar*

Serão possíveis duas formas de agrupamentos dos indicadores:

- uso do *CiteScore* e *JIF* como principais, utilizando-se os percentis definidos pelas respectivas bases;
- uso apenas do índice h para definição do percentil.

A determinação do estrato em que o artigo vai ser classificado no Procedimento 1 advém do percentil do periódico, segundo a seguinte distribuição:

A partir do percentil final, o estrato de referência é atribuído de acordo com a seguinte distribuição: (em classes de mesma amplitude 12,5%):

A1	percentil \geq 87,5	A5	$37,3 \leq$ percentil $<$ 50
A2	$75 \leq$ percentil $<$ 87,5	A6	$25 \leq$ percentil $<$ 37,5
A3	$62,5 \leq$ percentil $<$ 75	A7	$12,5 \leq$ percentil $<$ 25
A4	$50 \leq$ percentil $<$ 62,5	A8	$0 \leq$ percentil $<$ 12,5

O estrato C é composto pelos periódicos que não possuem qualquer dos indicadores utilizados pelo modelo e/ou não atendem às boas práticas editoriais tendo como referencial os critérios disponíveis em *Committee on Publication Ethics/COPE* (publicationethics.org).

O levantamento dos dados e a classificação dos artigos são realizados pela equipe técnica da Diretoria de Avaliação, com a colaboração das coordenações de área.

Importante mencionar que, como se trata de metodologia estatística, em alguns casos os números podem gerar classificações distorcidas (superestimar ou subestimar de forma excessiva) e, portanto, a área de avaliação e o CTC-ES tem discricionariedade técnica para contornar situações excepcionais dessa natureza.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Procedimento 2

No procedimento 2, toma-se como ponto de partida o referencial obtido no Procedimento 1 e procede com a classificação dos artigos, adicionando **critérios qualitativos** dos periódicos e **indicadores bibliométricos diretos de citação do artigo**.

Critérios qualitativos do periódico

Cada área de avaliação deverá descrever em seus Documentos de Área os Fatores e a metodologia da análise qualitativa, podendo incluir:

- Critérios formais do periódico de editoração
- Valorização de periódicos nacionais
- Acesso aberto
- Indexação em bases de dados importantes para a área

Uma diretriz comum a ser utilizada por todas as áreas para qualificar o estrato dos artigos é a indexação do periódico na [Plataforma SciELO](#).

Portanto, a classificação por critérios qualitativos do periódico poderá alterar a estratificação em 8 níveis (A1 a A8) recebida pelo periódico no Procedimento 1.

Indicadores bibliométricos de citação do artigo

Algumas bases de dados poderão ser utilizadas para a busca dos indicadores bibliométricos dos artigos, a saber: *Scopus*, *Journal of Citation Report (Web of Science)*, *Open Alex*, *Altmetrics*, *Dimensions*, *CrossRef*

Para que a busca dos indicadores seja eficiente, é fundamental que os artigos possuam DOI (*Digital Object Identifier*). Esse identificador permite identificar corretamente o artigo e contabilizar seu desempenho bibliométrico, tais como citações, impacto ponderado por área, dentre outros.

A classificação por índices de citação levará a uma estratificação em 8 níveis (A1 a A8), a partir da análise de distribuição dos artigos, dentro de um agrupamento temático.

Esse processo será realizado pela equipe técnica da Diretoria de Avaliação e disponibilizado para as áreas de avaliação.

Procedimento 3

Análise qualitativa do artigo, baseada em Fatores e metodologias definidos pela área, podendo abarcar, por exemplo, uma apreciação da relevância do tema abordado, avanço conceitual proveniente do trabalho e o valor da contribuição científica do estudo, mensurando por indicadores diretos ou indiretos.

O Procedimento 3 deve ser feito considerando os procedimentos de destaque dos melhores produtos pelo PPG ou recorte proposto pela área, dado que envolve uma análise mais aprofundada do conteúdo do artigo, o que não é viável de ser feito com a totalidade dos artigos informados pelo PPG.

O Procedimento 3 levará a uma classificação do artigo em uma escala de 5 níveis: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente.

A área que optar por realizar mais de um Procedimento deverá prever uma combinação de resultados para atribuição da escala final de estrato do artigo. Além disso, deve prever faixas de valores e pesos para cada nível da escala. Essas diretrizes específicas devem estar descritas nos Documentos de Área e Fichas de Avaliação.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Quesito 3. Impacto

Inserção, visibilidade, popularização da ciência

A inserção, visibilidade e popularização da ciência são conceitos relacionados à forma como a ciência e o conhecimento científico são acessados e compreendidos pela sociedade em geral. Cada um desses termos tem um papel fundamental para aproximar a ciência da sociedade e garantir que seus benefícios sejam mais amplamente percebidos e aplicados.

São estratégias essenciais para ampliar o impacto do que é desenvolvido na pós-graduação. As ações promovem a cultura científica e a interação mais efetiva com diversos setores da sociedade, resultando em maior valorização da pesquisa e seus resultados e no desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios sociais e globais.

Após ampla consulta feita às áreas de avaliação por um Grupo de Trabalho que discutiu o tema de Impacto, foi possível identificar alguns produtos que são mais relevantes para cada Item da Ficha de Avaliação, a seguir listados:

Inserção: local, regional, nacional, internacional

A inserção da ciência refere-se ao processo de integração e conexão com diferentes setores da sociedade, como indústria, educação, governo e comunidade em geral.

Exemplos de Inserção:

- Parcerias entre Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa com empresas e empresas para o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações.
- Consultoria científica para tomadores de decisão em políticas públicas, garantindo que decisões sejam informadas por dados e evidências científicas.
- A presença de cientistas em órgãos governamentais ou como conselheiros de políticas públicas, ajudando na formulação de políticas baseadas em pesquisas científicas.

Alguns produtos relevantes:

- atuação do PPG no desenvolvimento local, regional e nacional
- inclusão de discentes com baixo nível socioeconômico
- colaboração do PPG com empresas públicas ou privadas
- docente com bolsa de produtividade em pesquisa
- docente com participação em comitê de agência de fomento, sociedades científicas - docentes em programas, projetos, convênios oficiais
- formação de redes consolidadas de pesquisa
- recebimento de prêmios, reconhecimentos ou distinções
- atração de pós doutorandos e professores visitantes
- formação de profissionais em áreas estratégicas
- orientação de discentes de outras regiões do país
- publicação com proposição de soluções de inserção
- participação em comissão de caráter não acadêmico
- organização de eventos científicos
- projetos de extensão
- promoção de Minter, Dinter
- coprodução de pesquisas
- palestras em congressos e eventos
- edição de periódicos nacionais e internacionais
- oferta de disciplinas para outros programas

A abrangência da inserção pode ser local, regional, nacional ou internacional.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Visibilidade

A visibilidade da ciência diz respeito à forma como os resultados da pesquisa científica e o trabalho dos cientistas são apresentados e reconhecidos pela sociedade, pela mídia, pelos governos e pelos profissionais da área. A visibilidade é essencial para que a produção científica seja reconhecida e valorizada.

Exemplos de Visibilidade

- Publicação de artigos científicos em revistas de grande circulação e impacto, aumentando a visibilidade dos pesquisadores e seus resultados.
- A presença de cientistas em eventos públicos, como conferências, seminários e programas de TV, onde podem discutir suas descobertas e explicar sua importância para o público em geral.
- O uso de mídias sociais, como Twitter, YouTube e blogs científicos, para divulgar pesquisas de forma acessível e interativa.

Alguns produtos relevantes

- acesso a teses, dissertações e TCC
- criação de grupos de pesquisa
- divulgação dos resultados da autoavaliação
- estratégia de divulgação e atração de discentes
- informações completas do PPG na página na web
- página web em outros idiomas
- política de transparência nos atos administrativos do PPG
- presença do PPG nas mídias sociais
- visibilidade do PPG (página web)

Popularização da ciência

A popularização da ciência envolve torná-la acessível e compreensível para o público em geral, especialmente para aqueles que não têm formação científica. O objetivo é engajar a sociedade, estimulando o interesse pela ciência e suas descobertas, além de educar sobre seu valor e impacto no cotidiano.

Exemplos de Popularização

- Museus de ciência, exposições interativas e centros de ciência que promovem a educação científica de forma divertida e acessível para todas as idades.
- Programas de rádio, podcasts e vídeos voltados para um público amplo, explicando conceitos científicos de maneira simples e envolvente.
- Eventos como a "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia" ou "Festa da Ciência", que organizam atividades, palestras e demonstrações para envolver o público em geral com temas científicos.

Alguns produtos relevantes

- ações de divulgação científica para sociedade com linguagem acessível
- atividades relacionadas a educação básica para popularização da ciência
- canais em Plataformas Digitais
- criação de canais de comunicação com a sociedade em geral
- democratização do acesso à informação científica
- disseminação dos resultados das pesquisas nas redes sociais
- elaboração, participação em políticas públicas e popularização da ciência
- elaboração de vídeos e conteúdos informativos
- feiras científicas
- incentivo a divulgação da ciência
- jornalismo científico
- palestras
- parcerias entre instituições e organismos para popularização e conhecimento de ações financiadas
- participação em encontros de divulgação de atividades do PPG
- podcasts
- programas de televisão
- realização de rodas de conversas, debates e oficinas
- seminários e palestras abertos a comunidade

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento

Em 2019, um Grupo de Trabalho intitulado [Inovação e transferência de conhecimento](#) foi instituído para formular propostas e recomendações a CAPES quanto aos processos de avaliação relativos à temática em questão. Esse GT trouxe conceitos importantes, reproduzidos abaixo:

Inovação: consiste na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características à produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. A Inovação pode ser classificada em Inovação radical ou disruptiva, Inovação incremental e Inovação em Tecnologia Social. A Inovação radical ou disruptiva é a que causa um impacto significativo em um mercado e na atividade econômica das empresas nesse mercado. No caso da Inovação Incremental, o novo produto incorpora novos elementos ao produto anterior, sem que, no entanto, sejam alteradas suas funções. A Inovação em Tecnologias Sociais refere-se à criação de novas tecnologias sociais e resgate de técnicas e práticas tradicionais, assim como a introdução de melhorias, avanços e aperfeiçoamentos em tecnologias sociais existentes.

Transferência de conhecimento: A transferência do conhecimento é definida como transmissão, absorção e uso do conhecimento entre organizações públicas e/ou privadas. No contexto da pós-graduação, refere-se à transferência de conhecimento da instituição de ensino para organizações públicas ou privadas. O objetivo da transferência do conhecimento é melhorar a capacidade de realizar atividades, aumentar seu valor, aumentar a produtividade e competência. Ainda que a transmissão e absorção aconteçam não trará resultado se isso não gerar uma mudança, não gerar ações. Ou seja, a transferência de conhecimento necessariamente resulta em novos produtos, processos ou serviços, ou ainda no aperfeiçoamento de produtos, processos ou serviços já existentes.

Há época da realização do GT, não houve menção a compartilhamento de conhecimento, termo que foi incluído posteriormente na Ficha de Avaliação por deliberação do CTC-ES. Apesar de parecerem semelhantes, são conceitos que envolvem processos diferentes de troca de informações e aprendizados entre o ambiente acadêmico e outros setores da sociedade.

A **transferência de conhecimento** é o processo pelo qual o conhecimento de uma pessoa, organização ou área específica é movido ou transferido para outra. Normalmente, isso envolve uma ação intencional de quem possui o conhecimento (o emissor) para quem vai receber ou aplicar esse conhecimento (o receptor). A transferência de conhecimento pode ser unidirecional ou bilateral, dependendo do contexto.

O **compartilhamento de conhecimento**, por outro lado, envolve o ato de dividir o conhecimento entre duas ou mais pessoas, grupos ou organizações. O compartilhamento é mais colaborativo e frequentemente envolve a troca de ideias e informações para enriquecer o aprendizado de todos os envolvidos. O objetivo não é necessariamente aplicar o conhecimento diretamente, mas sim promovê-lo de forma mais aberta e interativa.

Embora alguns autores atribuam o compartilhamento de conhecimento ao nível dos indivíduos e a transferência de conhecimento ao nível das organizações, isso não é consenso, sendo aceita a possibilidade de transferência de conhecimento também entre indivíduos, como mostram os estudos de revisão de literatura de Tangaraja et al.(2016) e Anand et al.(2021).

A Comissão Europeia criou, em 2011, uma comissão de especialistas para estudar e propor indicadores apropriados para se medir a transferência de conhecimento. Os indicadores propostos foram organizados em três grupos, que são: a transferência de conhecimento por meio da formação de pessoas; a cooperação institucional em pesquisa e desenvolvimento e inovação; e a comercialização da pesquisa.

Dentre os produtos e resultados que os programas podem relatar relacionados a inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento, são propostos alguns conjuntos, não exaustivos, com base no GT e na literatura especializada.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELCTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

1. Formação de pessoas e organização de eventos de extensão envolvendo comunidade externa à academia

Organização de cursos de formação continuada e capacitação de profissionais ligados a instituições públicas e privadas não acadêmicas (por exemplo, cursos de treinamento de técnicos de uma fábrica, de atualização de assistentes sociais etc.).

Produtos vinculados

Curso de formação profissional, evento organizado.

Evidências:

Lista de inscritos/presença e avaliação do curso ou evento pelos participantes.

Relatos de impacto do curso ou evento na atuação profissional.

2. Organização de conhecimento para produção de textos e bases

Produtos que envolvem a organização de conhecimento e produção de textos e bases de conhecimento. Esses produtos serão considerados apenas se efetivamente usados pelo mercado/governo/ONG. Por exemplo, texto didático sendo aplicado em algum nível de ensino ou texto bibliográfico publicado em revista de algum setor de mercado (não acadêmico).

Produtos vinculados

Produto bibliográfico, produto de editoração, material didático, relatório técnico conclusivo, manual/protocolo, tradução, acervo, base de dados técnico-científica, produto de comunicação, carta, mapa ou similar, taxonomia, ontologias e tesouros.

Evidências:

Declaração da instituição usuária sobre o uso e o alcance do produto.

3. Licenciamento de ativos intangíveis com ou sem registro

Transferência de know-how e ativos intangíveis com registro junto ao INPI que efetivamente foram licenciados para instituições públicas ou privadas via contratos. Esses produtos técnicos serão considerados apenas se efetivamente geraram produtos, processos ou serviços inovadores. Por exemplo, cultivar sendo usado na agricultura, circuito integrado usado em algum hardware, organização de cooperativa de artesãos com produto com denominação de origem etc.

Produtos vinculados

Ativos de propriedade intelectual, tecnologia social, software/aplicativo de computador, norma ou marco regulatório, cultivar, produtos/processos em sigilo; processo ou tecnologia não patenteável.

Evidências:

Contrato de licenciamento

Declaração emitida pela organização social sobre impacto do licenciamento para as pessoas envolvidas.

4. Criação de novas empresas/organizações sociais com geração de emprego e renda.

Empresa ou organização social oriunda de ativos intangíveis efetivamente ativa no mercado. Esses produtos serão considerados apenas se efetivamente geraram emprego e renda. Por exemplo, cooperativa de catadores que passa a produzir uma vassoura com garrafa pet a partir de um processo desenvolvido para transformar garrafas PET em fios, empresa de biotecnologia produzindo um novo fármaco por processo biotecnológico, etc.

Produtos vinculados

Empresa ou organização social inovadora.

Evidências:

Contrato Social da Empresa / Estatuto social da organização

Registro em Junta Comercial

Declaração da empresa ou NIT com faturamento e número de funcionários

Contrato de licenciamento com a ICT de know-how ou ativo intangível registrado

Declaração emitida pelo Núcleo de Inovação Tecnológica sobre recebimento de royalties (geração de renda pode entrar em todos).

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Impactos do Programa para a sociedade

O impacto do programa de pós-graduação para a sociedade é um aspecto fundamental que reflete a relevância da formação e das pesquisas realizadas. A pós-graduação *stricto sensu*, por sua natureza de gerar conhecimento avançado, inovações e formação de especialistas, tem um papel crucial não só na educação de futuros líderes, mas também na transformação de diversos setores da sociedade, como o acadêmico, o científico, o tecnológico, o econômico, o artístico-cultural e o social. Assim, medir e compreender o impacto é essencial para avaliar a qualidade e a efetividade dos programas em cumprir sua missão de gerar conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, tem se discutido e proposto formas de aperfeiçoar a mensuração, no processo de avaliação, do impacto dos PPG. Na Ficha de Avaliação do Quadriênio 2025-2028, o Impacto é abordado no Quesito 3.

Ponto importante que merece atenção é a distinção entre produtos da pós-graduação e o impacto dos processos e produtos. Embora ambos os termos possam estar relacionados, eles se

referem a aspectos e abrangência distintos. Entender a diferença entre eles é fundamental para a avaliação.

Em 2019, o Grupo de Trabalho “Impacto e Relevância Econômica e Social” definiu Impacto como “medida de quanto uma saída da pós-graduação é capaz de gerar efeitos positivos para uma coletividade quando a solução estiver disponível para uso”. Entendeu-se como “saída (ou resultados) da PG os produtos gerados pelas atividades do PPG quantificados para um determinado período de tempo (p. ex. nº de titulados, nº de teses, nº de livros, nº de patentes, nº de artigos, nº de laudos periciais elaborados; nº de consultorias desenvolvidas; nº de avaliações de políticas institucionais; nº de eventos de dança organizados; nº de exposições científicas e artísticas organizadas; nº de produtos audiovisuais etc.), bem como cuja qualidade possa ser avaliada a partir de parâmetros compartilhados.”

Assim, o impacto deve ser entendido como os efeitos percebidos na (e pela) sociedade a partir das ações e resultados globais do programa. Ele não se restringe a descrição do produto em si, pois este deve entrar como evidência.

Os principais fatores a serem considerados na avaliação do impacto dos PPG são: casualidade, tipo de impacto, duração prevista, classe do impacto, setor beneficiado, vínculo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, tipo de aplicação, disponibilidade, setor beneficiado e abrangência territorial.

Além desses fatores, considera-se também o período mínimo necessário para que os produtos comecem a gerar benefícios mensuráveis, o que pode, inclusive, perpassar mais de um quadriênio.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Descrição do Impacto pelos programas

O impacto será relatado pelos programas por meio de **Caso de Impacto**, que contempla:

1. Descrição do impacto

O programa deverá descrever o impacto gerado e perceptível extramuros da academia, sendo passível de validação e averiguação durante o processo de avaliação dos PPG. É importante demonstrar o vínculo deste impacto com o Plano de Desenvolvimento Institucional, de forma alinhada à missão da instituição.

2. Casualidade

A “Casualidade” estabelece se o impacto foi planejado ou casual.

I. Planejado: O impacto foi previsto ou esperado pelo programa antes de ser efetivamente percebido pela sociedade. Nesse caso, os resultados foram previamente definidos durante o processo de planejamento, com base em objetivos específicos, metas mensuráveis e estratégias claras.

II. Casual: O impacto casual refere-se aos efeitos não intencionais ou imprevisíveis, como mudanças nas condições externas ou do contexto, respostas não antecipadas.

3. Tipo de aplicação

O “Tipo de Aplicação” define se o impacto envolve caráter sigiloso ou não.

4. Tipo de impacto

O “Tipo de impacto” pode ser potencial ou real, direto ou indireto.

I. Impacto potencial: o impacto potencial refere-se aos efeitos que uma ação tem a capacidade de gerar, ou seja, o impacto que se espera que ocorra caso as condições ideais se realizem. Esse tipo de impacto é frequentemente baseado em previsões ou estimativas, levando em consideração os objetivos, os recursos disponíveis, as estratégias adotadas e as condições do contexto em que está sendo implementada a ação.

II. Impacto real: efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade, ou seja, as mudanças diretamente atribuíveis a um produto ou vários. Impactos reais podem ser quantificados com evidências documentadas e auditáveis. Para impactos reais ou realizados, o declarante deve anexar documentos demonstrativos ou comprobatórios das informações prestadas. Este aspecto é essencial para o rastreamento e a auditoria pelo processo avaliativo.

III. Impacto direto: é o efeito primário esperado quando o produto de um PPG é disponibilizado para o uso por um público-alvo específico (p. ex. uso de uma vacina para prevenir a infecção pelo vírus da Zika).

IV. Impacto indireto: representa a extensão de benefícios (efeitos secundários) que podem advir como consequência de um benefício direto alcançado pelo público-alvo original. Em geral, depende da participação de agentes externos à PG e de como é feito o uso pela sociedade (p. ex. uso de uma vacina contra o vírus da Zika proporciona maior longevidade e aumento da qualidade de vida).

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

5. Classe do Impacto

Poderão ser informadas duas classes do impacto, primário (direto) e secundário (indireto), e selecionadas opções de setores, conforme a listados a seguir:

I. Impacto acadêmico e científico: refere-se à influência que uma pesquisa, teoria, conceito ou descoberta têm dentro do contexto acadêmico e científico, incluindo a forma como ela contribui para o avanço do conhecimento em uma área específica, influencia outras pesquisas, ou é incorporada ao currículo e/ou aos métodos de ensino.

II. Impacto no ensino e aprendizagem: efeito ou benefício sob a forma de contribuições ao funcionamento dos diversos níveis dos sistemas de ensino, sob a forma de instrumentos e tecnologias sociais para melhoria da qualidade e da quantidade da oferta de serviços destinados ao ensino e à aprendizagem de novos conhecimentos.

III. Impacto econômico: efeito ou benefício sob a forma de geração de riqueza, ou de diminuição da desigualdade de renda.

IV. Impacto social: efeito ou benefício sob a forma de contribuições ao bem-estar social e à qualidade de vida de indivíduos ou coletividades.

V. Impacto político: efeito ou benefício sob a forma de contribuições à produção de marcos legais, jurisprudência e elaboração de políticas públicas.

VI. Impacto ambiental: efeito ou benefício sob a forma de contribuições à conservação e ao manejo da biodiversidade, a exemplo de gestão ambiental e de recursos naturais, ampliação da capacidade de compreensão do funcionamento do clima e das diversas dimensões da geomorfologia planetária, que possam trazer benefícios para o ecossistema ambiental.

VII. Impacto cultural: efeito ou benefício sob a forma de contribuições nas habilidades e atitudes societárias de indivíduos e coletividades, em termos de suas capacidades de compreensão e expressão comunicacional, sob diversas formas de linguagem (as artísticas e literárias inclusive).

VIII. Impacto na saúde e bem-estar: efeito ou benefício que levem a aumento da expectativa e da qualidade de vida de indivíduos e coletividades, bem como à ampliação das medidas de prevenção e tratamento de doenças.

IX. Impacto tecnológico: efeitos diretos e/ou indiretos de uma inovação, do desenvolvimento ou aplicação de uma

tecnologia, na sociedade e em diversas áreas do conhecimento.

X. Impacto artístico: O impacto artístico refere-se à influência que uma obra de arte, um movimento artístico ou uma prática criativa podem ter sobre pessoas, culturas, sociedades e até sobre outras formas de arte. Esse tipo de impacto pode ser visto em várias dimensões, como a transformação na percepção estética, a promoção de mudanças sociais, a reflexão sobre questões políticas ou até a inspiração para novas formas de expressão criativa.

6. Mecanismo de transferência

Refere-se ao conjunto de atividades e processos, organizados por meio de instrumentos ou protocolos formalizados, que permitem que os produtos e tecnologias desenvolvidos nos programas de pós-graduação sejam aplicados pela sociedade. Neste campo, deve ser descrito como esses produtos são transferidos para a sociedade e de que forma essa transferência contribui para gerar os impactos declarados.

[\(Veja a seção Inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento\).](#)

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

7. Pessoas do PPG envolvidas

Vincular as os participantes do PPG envolvidos no Caso de Impacto: docentes, discentes, egressos, pós-doutorandos e participantes externos.

8. Evidências

Demonstrar, por meio dos produtos e resultados do programa, as evidências que comprovem o alcance do impacto.

O programa poderá vincular, ao Caso de Impacto, produções intelectuais, teses e dissertações, inclusive de quadriênios anteriores, e anexar documentos comprobatórios.

9. Setor ou ator beneficiado

O impacto declarado deve ter clara identificação dos beneficiários do produto.

O setor da sociedade no qual o impacto foi gerado está relacionado às atividades definidas na lista Classificação

Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), sem subclasses, disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/>.

O campo é preenchido a partir de uma lista suspensa que contém as seguintes opções: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Indústrias Extrativas; Indústrias de Transformação; Eletricidade e Gás; Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Construção; Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Transporte, Armazenagem e Correio; Alojamento e Alimentação; Informação e Comunicação; Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados; Atividades Imobiliárias; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Atividades Administrativas e Serviços Complementares; Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Educação; Saúde Humana e Serviços Sociais; Artes, Cultura, Esporte e Recreação; Outras Atividades de Serviços; Serviços Domésticos e Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

Poderão ser anexados documentos comprobatórios.

10. Inovação gerada

Descrever se houve inovação.

(Veja a seção [Inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento](#)).

11. Maior abrangência territorial

Designa a maior abrangência territorial em que o impacto foi percebido pelo grupo ou população a qual o benefício se destina: se local, regional, nacional ou internacional.

12. Financiamento

Indicar se houve financiamento.

13. Disponibilidade

Indicar se o benefício é livre ou comercializado.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Estrutura do Caso de Impacto

A Plataforma Sucupira disponibilizará aos programas um módulo específico para preenchimento do Caso de Impacto, conforme descrito abaixo.

Descrição

O impacto deve ser perceptível extramuros à academia e passível de validação e auditoria durante o processo de avaliação dos programas.
 Demonstrar o vínculo com o Plano de Desenvolvimento Institucional.
 Campo de preenchimento livre.
 Número de caracteres (600).

Casualidade

Planejado
 Casual

Tipo de aplicação (Sigiloso)

Sim
 Não

Tipo de impacto

Potencial (Ano e duração previstos)	Direto
Real (Documento comprobatório)	Indireto

Classe do impacto

Classe de Impacto	Primário	Econômico Saúde e bem-estar Ensino e Aprendizagem Acadêmico e científico Cultural
	Secundário	Ambiental Social Político Tecnológico Artístico

Econômico: Benefícios monetários (economia de recursos ou geração de renda).
 Saúde e bem-estar: Melhoria da saúde de indivíduos ou da saúde pública, qualidade de vida.
 Ensino e Aprendizagem: Desenvolvimento de currículo, ferramentas pedagógicas, qualificações.
 Acadêmico e científico: Contribuição para o avanço do conhecimento, geração de conhecimento, métodos, teorias, aplicação.
 Cultural: Entendimento de ideias, realidades, valores, crenças.
 Ambiental: Gestão ambiental, recursos naturais, benefícios para o ecossistema ambiental.
 Social: Impacto para indivíduos, comunidades, organizações, melhorias de condições sociais.
 Político: Impacto em políticas públicas, gestão pública, ações não governamentais.
 Tecnológico: Geração de produtos e processos, serviços.
 Artístico: Expressão criativa.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Mecanismo de transferência

Descrever o mecanismo de transferência do produto à sociedade e que proporcionou a geração do impacto declarado.

Evidências

Demonstrar, por meio dos produtos e resultados do programa, evidências que comprovem a importância do impacto.

Setor ou ator beneficiado

Atividades definidas na lista CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), sem subclasses, disponível em (<https://concla.ibge.gov.br/>). O campo é preenchido a partir de uma lista suspensa que contém as seguintes opções: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Indústrias Extrativas; Indústrias de Transformação; Eletricidade e Gás; Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Construção; Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Transporte, Armazenagem e Correio; Alojamento e Alimentação; Informação e Comunicação; Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados; Atividades Imobiliárias; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Atividades Administrativas e Serviços Complementares; Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Educação; Saúde Humana e Serviços Sociais; Artes, Cultura, Esporte e Recreação; Outras Atividades de Serviços; Serviços Domésticos e Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

Anexar documentos comprobatórios.

Inovação gerada

Descrever se houve inovação.

53

Maior abrangência territorial

Local
Regional
Nacional
Internacional

Houve financiamento

Sim
Não

Disponibilidade

Livre
Comercializado

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

Como serão considerados os Casos de Impacto na avaliação

Os Casos de Impacto serão avaliados conforme parâmetros específicos das áreas, levando-se em consideração as particularidades de cada uma, a modalidade do programa (acadêmico ou profissional) e a sua identidade. Contudo, deve-se levar em conta alguns parâmetros comuns aprovados pelo CTC-ES, especificados a seguir:

- O Caso de Impacto apresentado deve estar relacionado às linhas de pesquisa e aos objetivos do programa, além de ter envolvimento de discentes ou egressos no seu desenvolvimento.
- A percepção do impacto deve ser no quadriênio vigente, mesmo que os produtos e resultados elencados como evidências tenham sido gerados em quadriênios anteriores.
- Todos os PPG deverão apresentar pelo menos um Caso de Impacto no quadriênio e dentro dos limites estabelecidos pela área de avaliação.
- O mesmo Caso de Impacto só pode ser repetido 2 vezes entre quadriênios diferentes.
- A área de avaliação deve definir como será o uso dos Casos de Impacto para a avaliação dos itens do Quesito 3 da Ficha de Avaliação.
- A área de avaliação deve deixar claro, em sua Ficha de Avaliação, quais serão os **Fatores** e a **metodologia qualitativa** a ser adotada para análise dos Casos de Impacto.

Quantidade de Casos de Impacto por PPG

- O número de Casos de Impacto a ser apresentado por PPG não terá uma pré-definição geral pela CAPES. Cada área de avaliação determinará, em sua Ficha de Avaliação ou Documento de Área, o número máximo de Casos de Impacto que poderão ser relatados pelo PPG.
- O número de Casos considerados para avaliação deve levar em conta o tamanho e o tempo de funcionamento do programa.

Vinculação de produção intelectual, pessoas e processos aos Casos de Impacto

- Será possível vincular pessoas (docentes, discentes, egressos e participantes externos) pertencentes ao programa, vincular produtos gerados e que são evidências do impacto e descrever processos, sem limite prévio.
- Pessoas, produtos e processos podem ser repetidos entre Casos de Impacto do programa.
- Os produtos devem ser considerados como evidências do impacto, não descritos como o impacto em si.
- Qualquer tipo de produção intelectual poderá ser associado ao Caso de Impacto (artigos, livros, produtos técnico-tecnológicos, produtos artísticos, teses e dissertações).

A data da realização e divulgação da produção intelectual associada ao Caso de Impacto não será pré-delimitada pela CAPES. Cada área de avaliação deverá definir a janela temporal, podendo incluir, inclusive, quadriênios anteriores.

1. PROGRAMAS

1.1 Identidade e funcionamento

1.2 Autoavaliação

1.3 Planejamento estratégico

2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Teses e dissertações

2.2 Egressos

2.3 Produção Intelectual de discentes e egressos

2.4 Pesquisa e produção intelectual dos docentes

3. IMPACTO

3.1 Inserção, visibilidade e popularização

3.2 Inovação, transferência e compartilhamento

3.3 Impactos

3. DIMENSÕES

Análise Multidimensional

A análise multidimensional de um programa de pós-graduação permite uma abordagem dos dados e informações de várias perspectivas, que são transversais aos Quesitos e Itens da Ficha de Avaliação. Essa análise é utilizada para explorar as relações entre diferentes fatores e permite entender a identidade do programa a partir de diferentes olhares.

Considerando essa perspectiva, apresentamos a matriz de relação entre Quesitos, Itens, possíveis Fatores e as Dimensões, que servirão de referência para a criação de indicadores quantitativos ou qualitativos pelas áreas de avaliação. Importante dizer que essa matriz não é exaustiva, ela representa alguns exemplos ilustrativos para facilitar o entendimento da análise multidimensional.

As dimensões previstas de serem avaliadas, em maior ou menor grau a depender da área, são:

- Processo e produtividade
- Resultados e Impacto
- Fomento
- Ações afirmativas, de inclusão, permanência e acessibilidade
- Solidariedade e Nucleação
- Interação com a sociedade (Extensão)
- Ciência aberta e boas práticas de formação, pesquisa e disseminação científica
- Interdisciplinaridade
- Internacionalização
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

			DIMENSÕES E POSSÍVEIS FATORES DE REFERÊNCIA PARA OS INDICADORES									
QUESITO	ITEM	FATORES	PROCESSO E PRODUTIVIDADE	RESULTADOS E IMPACTO	FOMENTO	<u>AÇÕES AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE</u>	<u>SOLIDARIEDADE E NUCLEAÇÃO</u>	<u>INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE (EXTENSÃO)</u>	<u>CIÊNCIA ABERTA E BOAS PRÁTICAS (2)</u>	<u>INTERDISCIPLINARIDADE</u>	<u>INTERNACIONALIZAÇÃO</u>	<u>OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</u>
1. PROGRAMA	1.1 Identidade e condições de funcionamento	Corpo docente (CD): Atuações no programa e outros; Distribuição de atividades; Formação e experiência	Distribuição equilibrada de atividades entre os docentes; Quantitativo de docentes por categoria; Estabilidade da categoria no ciclo avaliativo; Atuações docente	Compatibilidade e adequação do CD em relação a proposta do PPG e o perfil de egresso	Bolsistas PQ	Diversidade do corpo docente (representatividade de grupos historicamente sub representados)	Participação do corpo docente em cursos em consolidação	Participação do corpo docente nas atividades de extensão		Áreas de formação e de atividades dos docentes	participação de estrangeiros nas atividades do programa	Envolvimento dos docentes com pesquisas relacionadas aos ODS
		Estrutura curricular: Articulação, aderência e atualização	Número de disciplinas	Coerência e o dimensionamento da estrutura curricular em relação ao perfil de formação		Acessibilidade metodológica e instrumental	Oferta de disciplinas para cursos em consolidação	Presença de disciplinas que integrem teoria e prática envolvendo projetos de extensão	metodologia científica e práticas abertas e reprodutíveis	Áreas do conhecimento abordadas nas disciplinas	Disciplinas oferecidas em outros idiomas	Disciplinas e projetos de pesquisa que tratam dos ODS
		Infraestrutura: disponibilidade e pertinência	laboratórios, equipamentos, biblioteca, recursos humanos nos setores técnico e administrativo e acesso à internet	Coerência e o dimensionamento da infraestrutura em função da sua adequação aos objetivos do programa.	Recursos para laboratórios e infraestrutura	Acessibilidade arquitetônica e acessibilidade programática.	Infraestrutura compartilhada	A dimensão infraestrutura informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas.	Existência de repositórios de dados de pesquisa e produções	Infraestrutura compartilhada, propiciando integração de habilidades	Condições institucionais / Site em outros idiomas	
	1.2. Autoavaliação		Existência e consolidação do processo de autoavaliação do PPG	Qualidade no processo de autoavaliação a partir da coerência e dos elementos envolvidos nas etapas de planejamento, execução, controle, análise de resultados e processos de retroalimentação a partir dos resultados.	Autoavaliação do resultado do fomento	Autoavaliação da política institucional de acessibilidade, diversidade e cotas	Autoavaliação das ações de solidariedade e nucleação	Ações de extensão na vida acadêmica e se estas estão valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto dos professores, funcionários e estudantes	Autoavaliação das boas práticas de formação e pesquisa	Autoavaliação de políticas e ações de interdisciplinaridade	Autoavaliação de políticas e ações de internacionalização	Autoavaliação das ações relacionadas aos ODS
	1.3. Planejamento estratégico		Existência e consolidação do Planejamento Estratégico do PPG	Avaliação dos resultados surgidos pela implementação do planejamento estratégico	Ações estratégicas para fomento	Implementação, monitoramento e avaliação de uma política de acessibilidade e diversidade (considerar sistema de cotas e licença parental)	Planejamento da nucleação de novos programas em regiões de assimetrias	Presença da função extensionista no planejamento do PPG e na definição de suas finalidades e de seus objetivos, bem como de suas ações de fomento.	Valorizar a existência de políticas de integridade científica, gestão de dados e/ou ciência aberta no programa	Considerações a respeito da interdisciplinaridade no planejamento do PPG.	Existência de um Plano de Internacionalização no Planejamento Estratégico	Inclusão dos ODS no plano estratégico

			DIMENSÕES E POSSÍVEIS FATORES DE REFERÊNCIA PARA OS INDICADORES									
QUESITO	ITEM	FATORES	PROCESSO E PRODUTIVIDADE	RESULTADOS E IMPACTO	FOMENTO	<u>AÇÕES AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE</u>	<u>SOLIDARIEDADE E NUCLEAÇÃO</u>	<u>INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE (EXTENSÃO)</u>	<u>CIÊNCIA ABERTA E BOAS PRÁTICAS (2)</u>	<u>INTERDISCIPLINARIDADE</u>	<u>INTERNACIONALIZAÇÃO</u>	<u>OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</u>
2. FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL	2.1. Teses e dissertações	Qualidade intrínseca; Produtos resultantes; Banca examinadora	Quantitativo de trabalhos de conclusão; Qualidade direta dos trabalhos	Resultados das teses, produtos derivados, prêmios	Bolsas	Representatividade nas bancas de defesa	Formação de pessoas em regiões de assimetria	Envolvimento dos discentes nas atividades de extensão	Valorizar a disponibilização de artigos, teses e dissertações em acesso aberto. Boas práticas na formação. Combate ao Plágio	Diversidade de áreas, objetos de estudo com capacidade de resolver problemas complexos	Cotutela / coorientação / participação de estrangeiros nas bancas	Trabalhos de conclusão relacionados aos ODS
	2.2. Egressos	Desempenho; Atuação; Impacto da formação	Quantitativo de titulados	Grau de satisfação dos egressos / Destino e Empregabilidade / Impacto da titulação		Considerar licença parental					Dinamicidade do egresso para atuar em áreas diferentes de sua formação.	Atuação de egressos no exterior
	2.3. Produção intelectual de discentes e egressos	Qualidade intrínseca; Qualidade indireta; Aderência; Envolvimento de discentes e egressos	Quantitativo de produções por estrato; aderência dos temas; envolvimento de discentes e egressos	Impacto da produção (índices de citação e métricas alternativas). Produções em percentis mais elevados (Top10, etc)	Recursos atrelados a formação e pesquisa	Considerar licença parental	Redes de colaboração	A produção acadêmica trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido.	Valorizar a disponibilização de produções em acesso aberto. Uso responsável da IA	Áreas de publicação e de citação	Coautoria com estrangeiros / Publicação internacional	Produções e pesquisa relacionados aos ODS
	2.4. Pesquisa e produção intelectual de docentes	Qualidade intrínseca; Qualidade indireta; Aderência; Atividades de pesquisa	Quantitativo de linhas e projetos de pesquisa	Liderança; Cooperação institucional em P&D	Capacidade de captação de recursos para pesquisa	Considerar licença parental	Participação em projetos de pesquisa em cooperação com grupos em processo de consolidação	Participação em redes de pesquisa	compartilhamento de dados, materiais, códigos e outros produtos de pesquisa	Diversidade de membros das pesquisas em áreas distintas	Colaboração internacional na pesquisa; financiamento estrangeiro	

			DIMENSÕES E POSSÍVEIS FATORES DE REFERÊNCIA PARA OS INDICADORES									
QUESITO	ITEM	FATORES	PROCESSO E PRODUTIVIDADE	RESULTADOS E IMPACTO	FOMENTO	<u>AÇÕES AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE</u>	<u>SOLIDARIEDADE E NUCLEAÇÃO</u>	<u>INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE (EXTENSÃO)</u>	<u>CIÊNCIA ABERTA E BOAS PRÁTICAS (2)</u>	<u>INTERDISCIPLINARIDADE</u>	<u>INTERNACIONALIZAÇÃO</u>	<u>OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</u>
3. IMPACTO	3.1. Impactos para sociedade	Casualidade; tipo; classe; setor beneficiado, aplicação, disponibilidade, abrangência	Número de Casos de Impacto apresentados	Potencial transformador do impacto do PPG para a sociedade	Geração de recursos, emprego e renda	Ações que contribuem para o desenvolvimento social, econômico, e cultural dos públicos sub-representados	Resultados dos Projetos de Cooperação Institucional	A relação universidade-sociedade revela de que modo as ações de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage no sentido de transformações recíprocas	Impacto do acesso ao conhecimento	O impacto da pesquisa permite resolver problemas complexos da sociedade, navegando na fronteira do conhecimento	Abrangência territorial do impacto	Impacto no desenvolvimento sustentável
	3.2. Inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento											
	3.3. Inserção, visibilidade e popularização da ciência											

Ações afirmativas, de inclusão, permanência e acessibilidade

As ações afirmativas são fundamentais para garantir maior diversidade e equidade no acesso e na permanência na pós-graduação, visando promover a inclusão de grupos sub-representados. A inclusão na pós-graduação envolve não apenas a ampliação do acesso, mas também a criação de condições para que discentes de diferentes contextos possam se desenvolver acadêmica e profissionalmente.

A permanência é um desafio crucial, pois o ingresso na pós-graduação não garante, por si só, o sucesso acadêmico. É necessário ter condições institucionais para assegurar que os discentes consigam concluir seus cursos, provendo auxílios, suporte, acompanhamento e políticas internas.

A acessibilidade é outro aspecto essencial. Instituições de ensino devem garantir espaços físicos, materiais didáticos e recursos tecnológicos adaptados para pessoas com necessidades especiais.

Ao implementar essas políticas, a pós-graduação se torna mais diversa, inclusiva e justa, contribuindo para a formação de pesquisadores e profissionais com diferentes vivências e perspectivas, enriquecendo o ambiente acadêmico e a produção de conhecimento.

A CAPES instituiu, por meio da Portaria nº 67/2024, de 28/02/24, o Grupo de Trabalho (GT) [Equidade e Redução de Assimetrias na Pós-Graduação](#) para sugerir recomendações acerca de uma expansão mais equânime da pós-graduação *stricto sensu* no país e com maior equidade no acesso. Em relação à promoção da equidade na pós-graduação, o GT focou suas reflexões e recomendações em grupos sub-representados na pós-graduação e, em relação às assimetrias, o GT destacou o desenvolvimento desigual da pós-graduação, considerando as diferentes realidades das regiões do país.

Diante desse quadro, no que diz respeito ao item 1.3 da Ficha de Avaliação, buscando reduzir as assimetrias, o GT destaca que o Planejamento Estratégico do PPG deve contemplar ações voltadas para a aproximação entre pesquisadores e para a solidariedade entre programas localizados em grandes centros com aqueles em áreas de assimetria, por meio de associações ou fusão, intercâmbio de docentes e discentes, inserção de jovens doutores nos PPG e as estratégias para fixação de doutores em regiões assimétricas, bem como solidariedade entre grupos/núcleos de pesquisa, instituições e/ou programas com diferentes níveis de desempenho.

Em relação à promoção da equidade e políticas afirmativas, o GT indica que o Planejamento Estratégico do PPG deve, em consonância com o planejamento institucional,

prever o desenvolvimento de ações que objetivem o aumento da participação e da representação de mulheres, de pessoas LGBTQIAPN+, de pessoas com deficiência, dos povos e comunidades tradicionais e dos povos originários.

Dessa forma, o PPG deve buscar a criação de ações para apoiar mães e pais biológicos ou não (discentes e docentes) em licença parental, quanto à i) prorrogação de prazos (titulação e credenciamento no PPG); e ii) produtividade no período, dentre outros; o estabelecimento de regras que possam incentivar a inserção de docentes de grupos sub-representados na pós-graduação; a distribuição de bolsas considerando a diversidade na pós-graduação e situações de vulnerabilidade. No âmbito das instituições federais, a adoção de ações afirmativas para a inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, tal como preconizado pelo Art. 7B da lei 14.723 de 13 de novembro de 2023, que contemplem não somente aumento da sua presença na pós-graduação, mas também assegurem meios para a sua permanência, eliminando barreiras socioeconômicas.

Em relação às pessoas com deficiência, os PPG devem desenvolver ações concretas voltadas aos diversos tipos de acessibilidade. Entre elas, ações que promovam: a) a acessibilidade arquitetônica, por meio da adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais nos ambientes e espaços do PPG; b) a acessibilidade programática que consiste na sensibilização, conscientização e aplicação das normas estabelecidas para o tema, as quais podem consistir, por exemplo, na adoção de softwares de leitores de tela, quadros de comunicação aumentativa, engrossadores de pincéis, canetas, lápis, bancadas de laboratórios adaptadas seja para cadeirantes como para pessoas com baixa estatura; c) a acessibilidade digital que consiste na adaptação de seus sites e demais conteúdos em formato digital, com a adoção de tecnologias assistivas que tornem o mundo digital e seu conteúdo acessível a todos; e d) a adoção da acessibilidade atitudinal que diz respeito às ações individuais que buscam diminuir as barreiras entre as pessoas com deficiência e sem deficiência, nesse sentido o PPG deve realizar ações que sejam capazes de promover a conscientização de seus membros, docentes, discentes e técnicos acerca da necessidade de um mundo mais justo e inclusivo para todas as pessoas. Fonte: [\(Bertaglia, s.d.\)](#)

A CAPES possui o Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades (Portaria Capes 215, de 10 de julho de 2024). Esse comitê apresentou sugestões quanto a procedimentos e ações para aprimorar o processo de inclusão de pessoas diversas, que devem ser guias para as insti-

tuições, PPG e coordenações de Área. Parte das sugestões do Comitê complementam os procedimentos de avaliação e, quando pertinente, os indicadores dos Itens 1.3, 2.3, 2.4, e do Quesito 3 da Ficha de Avaliação devem considerar as orientações abaixo.

A avaliação do item 1.3 deve abordar as políticas de ações afirmativas com foco na promoção da equidade, diversidade e inclusão, políticas de apoio à maternidade/parentalidade e a valorização do cuidado, políticas de enfrentamento ao assédio e violência de gênero, notadamente contra mulheres e suas interseções e todo tipo de discriminação, contemplando os seguintes aspectos:

- **Descrição da Diversidade:** Relatar a composição do corpo docente e discente, destacando o esforço do programa para ampliar a representatividade e a permanência de grupos historicamente sub-representados, tais como mulheres, pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência (PcD), refugiadas e indivíduos transgêneros, transexuais ou travestis. Incluir iniciativas voltadas à conscientização e combate ao assédio, e à criação de ambientes acolhedores.
- **Implementação de Políticas:** Apresentar ações afirmativas para docentes e discentes direcionadas ao acesso e à permanência dos grupos sub-representados.
- **Políticas Voltadas à Maternidade/Parentalidade:** Relatar as políticas do programa voltadas ao apoio à maternidade e à parentalidade, incluindo a ampliação do tempo de avaliação dos currículos de docentes que estiveram em afastamento temporário, igual ou superior a 4 (quatro) meses, por motivo de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, tanto nos processos de credenciamento/recredenciamento quanto para discentes nos processos seletivos.
- **Flexibilização de Prazos:** Apresentar como os afastamentos temporários decorrentes da maternidade são considerados como justificativa legítima para ampliação de prazos relativos às atividades da pós-graduação, tanto para docentes quanto para discentes.
- **Apoio a Lactantes:** Detalhar as políticas implementadas para docentes e discentes lactantes nos processos seletivos e durante o desenvolvimento das atividades no PPG, assegurando suporte para a conciliação entre as responsabilidades acadêmicas e o cuidado.
- **Acompanhamento e Avaliação:** Demonstrar como o programa monitora a implementação e os resultados dessas políticas, promovendo ajustes constantes para fortalecer a inclusão, e considerando o impacto delas na permanência e no desempenho de docentes e discentes, mesmo que não haja demanda em determinados períodos.

No cálculo de indicadores de produção dos Itens 2.3 e 2.4 da Ficha de Avaliação devem ser considerados o período de maternidade/parentalidade e a valorização do cuidado. Portanto, é facultado aos programas que informem docentes e discentes que estiveram em afastamento temporário (igual ou superior a 4 meses) em virtude da ocorrência de parto, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção, e essas pessoas devem ser excluídas do denominador do cálculo dos indicadores (sem que ocorra exclusão do numerador e da lista de produção geral do PPG). Considerando a valorização do cuidado, podem ser excluídos do cálculo dos indicadores docentes e discentes com crianças na primeira infância (de 0 a 6 anos). Para nascimento ou adoção de crianças com deficiência, a exclusão do denominador para o cálculo dos indicadores pode ser solicitada independente da sua idade.

Na descrição das ações de interação com a sociedade, avaliadas no Quesito 3, o programa deve mencionar as suas ações que contribuem para o desenvolvimento social, econômico, e cultural dos públicos sub-representados, tais como comunidades indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência (PcD), estudantes de escolas públicas e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Solidariedade e Nucleação

Solidariedade e nucleação na pós-graduação desempenham um papel fundamental na construção de uma comunidade de pesquisa mais colaborativa, inclusiva e produtiva, especialmente em um ambiente acadêmico cada vez mais dinâmico e interconectado.

No âmbito do SNPG, as principais formas de solidariedade ou nucleação ocorre por meio dos [Projetos de Cooperação Interinstitucional \(PCI\)](#); dos grupos de pesquisa e ambientes colaborativos e das redes de colaboração acadêmica entre instituições para qualificação de profissionais de nível superior.

PCI

Os PCI são projetos nacionais ou internacionais que implementam turmas temporárias de **mestrado (Minter)** e/ou de doutorado (**Dinter**) podendo ser acadêmicos ou profissionais, conduzidas por uma instituição promotora com programa de pós-graduação *stricto sensu* (PPG) nacional, nas dependências de uma instituição receptora no Brasil ou no exterior.

São objetivos do PCI:

- viabilizar a formação de mestres e doutores fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa, com igual padrão de qualidade;
- subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu* para reduzir assimetrias regionais;
- auxiliar no fortalecimento de grupos de pesquisa;
- qualificar recursos humanos para atuação no mercado de trabalho;
- atender demandas sociais, profissionais, técnicas e tecnológicas das organizações públicas ou privadas;
- contribuir para o aumento da produtividade e competitividade das organizações brasileiras;
- promover a cooperação entre instituições acadêmicas e/ou não acadêmicas;
- promover a redução de desigualdades sociais e a inclusão de grupos em condições de vulnerabilidade ampliando o acesso à pós-graduação *stricto sensu*.

Grupos de pesquisa e ambientes colaborativos

- **Núcleos de excelência:** Instituições de ensino superior frequentemente incentivam a criação de núcleos de pesquisa focados em temas específicos. Estes núcleos podem reunir pesquisadores de diferentes níveis de formação (doutorandos, pós-doutorandos, docentes) e se tornam focos de inovação, produção científica e desenvolvimento acadêmico.
- **Laboratórios multidisciplinares:** Além de grupos de pesquisa temáticos, a nucleação pode ocorrer em torno de laboratórios e centros de pesquisa que reúnem conhecimentos de diferentes áreas, incentivando a interdisciplinaridade e a colaboração entre diferentes áreas do saber.
- **Centros de referência e hubs de inovação:** Em muitos programas de pós-graduação, a nucleação se dá na criação de centros de referência, onde novos conhecimentos são gerados e aplicados, e em hubs de inovação que conectam a academia com o setor privado e com as demandas sociais.

Redes de Colaboração Acadêmica

- **Colaborações interinstitucionais:** A nucleação também pode se referir à formação de redes de colaboração entre diferentes instituições de ensino, tanto dentro do país quanto internacionalmente. Essas redes podem compartilhar recursos, promover intercâmbio de discentes e pesquisadores e organizar eventos como congressos, simpósios e workshops.
- **Grandes projetos colaborativos:** As grandes colaborações de pesquisa, como os projetos de grande escala financiados por agências de fomento, muitas vezes têm um caráter de nucleação, pois reúnem diversos pesquisadores, grupos e universidades em torno de um objetivo comum, com financiamento, recursos e apoio organizacional.

Interação com a sociedade (Extensão)

Para se caracterizar como universidade, uma Instituição de Ensino Superior (IES) precisa obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988. A função precípua das atividades de extensão é o estabelecimento de diálogo com a comunidade não acadêmica, por meio de ações que possuam, como base, a pesquisa científica e, como foco, a qualificação do estudante universitário, a partir do atendimento de necessidades sociais (sociais, políticas, econômicas e culturais), bem como da oferta de bens e serviços que aprimorem a qualidade de vida dessa comunidade, dentro daquilo que a instituição promotora estabeleceu como sua missão institucional, em seus diferentes níveis de atuação.

Historicamente, a extensão esteve mais ligada à graduação, mesmo nas universidades, reservando as atividades de pesquisa à pós-graduação. A dimensão do ensino costuma ser transversal entre os dois níveis. Entretanto, não há como se falar em desenvolvimento nacional ou regional ou em “difusão do conhecimento, da tecnologia e da inovação” sem incluir a pesquisa como uma de suas dimensões promotoras. Também se mostra precária uma formação profissional de qualidade sem o devido aporte científico advindo da pesquisa e isso vale para todos os PPG nacionais. A extensão é, assim, por sua própria natureza, um dos principais elementos promotores do diálogo direto entre a pesquisa e a sociedade, em busca do aprimoramento das condições de vida de uma nação.

Destaca-se que o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 (PPA 2024-2027), estabelecido na Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, prevê o fortalecimento das atividades de extensão como meio para aproximar o ensino superior das demandas da sociedade, em especial nos programas “5112 – Educação Profissional e Tecnológica que Transforma” e “5113 – Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade”. A proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE), institucionalizada pelo Projeto de Lei nº 2614 de 2024, em seu Objetivo 15, estabelece que a ampliação da formação de mestres e doutores deve ter foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade.

No âmbito do Plano Nacional da Pós-Graduação - PNPG 2025-2029 (em fase de revisão), fica explícito o interesse e a necessidade apresentados pelas diferentes regiões em relação à implementação das experiências da extensão

na pós-graduação, particularmente, em seus Eixos 6 e 7. O Eixo 6, inclusive, dialoga em máxima proximidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) 2024 (Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024) apresenta como dois de seus Eixos Estratégicos (art. 7º) a necessária “difusão do conhecimento, da tecnologia e da inovação” e a importância da “educação e qualificação profissional”.

Nesse sentido, atendendo aos pressupostos dos documentos legais elencados, a extensão apresenta-se como um relevante instrumento para a pós-graduação brasileira interagir mais com a sociedade, ampliando os possíveis impactos sociais do PPG. Ao atender, diretamente, tais expectativas, a extensão pode fortalecer as estratégias de expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, por meio de sua legitimação societal, disseminando o conhecimento científico e contribuindo para o aprimoramento da qualidade de vida social, do auxílio acadêmico para a qualificação de políticas públicas e da maior inserção dos PPG na vida pública, o que beneficia a própria pesquisa científica.

Entretanto, esse nível de efetividade e compromisso exige a integração da extensão às políticas e diretrizes dos programas. Isso significa que a extensão deve ser vista como parte integrante da missão e dos objetivos dos programas, e não como uma atividade separada e desconectada. Além disso, ela deve constar da política institucional, com diretrizes claras sobre seu papel e sua importância. A integração da extensão dentro da instituição e dos PPG deve ser formalizada nos documentos internos, regimentos, sistemas informatizados de registro e demais instrumentos de planejamento. Sem isso, as ações continuarão esparsas e decorrentes de esforços individuais e pontuais, sem a devida valorização institucional, o que prejudica, inclusive, sua legitimação como atividade essencial dos PPG.

Sabe-se da dificuldade individual dos docentes de cobrir todas as dimensões do tripé ensino-pesquisa-extensão. A ideia é a distribuição de responsabilidades, a partir de projetos de ensino, pesquisa e extensão compartilhados por diferentes docentes, seja dentro de um mesmo PPG, com a inclusão da graduação, ou entre docentes de Programas distintos atuando em parceria. Esses projetos, além de consagrarem a parceria extensionista entre graduação e pós-graduação, com a articulação entre as diferentes Pró-Reitorias, abriria espaço para uma integração também entre as dimensões do ensino e da pes-

quisa. Esse compartilhamento de responsabilidades, surge como estratégia para redução da sobrecarga docente com o acúmulo de atividades do tripé, tornando suas dimensões mais fluidas e articuladas, mitigando as fronteiras entre elas e abrindo espaço para percepções recíprocas mais elaboradas entre a pós-graduação e a graduação, especialmente, em termos discentes, atraindo talentos.

Assim, entendendo-se a extensão como campo, produto e insumo de pesquisa e espaço de ensino, a equipe docente pode distribuir as responsabilidades de pesquisa e ensino, conectando-as com a extensão conforme o perfil e a disponibilidade de cada ator, elevando as possibilidades de engajamento e dedicação.

Nessa direção, o estudo apresentado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2017) avançou na construção de indicadores para avaliação da extensão nas instituições públicas de educação superior. A Figura 14 representa 5 dimensões, dentro das quais o PPG pode organizar seus critérios e indicadores de autoavaliação, um caminho que contribui para o desenvolvimento das atividades de extensão nas universidades.

- A política de gestão contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da universidade incorpora a função extensionista.
- A dimensão infraestrutura informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas.
- O plano acadêmico analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e estudantes).
- A relação universidade-sociedade revela de que modo as ações de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage no sentido de transformações recíprocas.
- A produção acadêmica trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido.



Figura 14. Dimensões da avaliação da extensão universitária

Fonte: FORPROEX, 2017. [Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária](#)

Para finalizar, as experiências de extensão representa uma oportunidade para conectar a academia com a sociedade, promovendo a resolução inovadora de problemas sociais, a legitimidade social e a inserção pública da IES, bem como possibilitando a melhoria da qualidade de vida da população e a atualização da instituição, da pesquisa e do ensino em relação a problemas concretos da sociedade. Ao superar os desafios, não apenas técnicos e financeiros, mas sobretudo conceituais, e aproveitar as oportunidades facilitadas pela relação rica e dinâmica entre a academia e a sociedade, a extensão pode se consolidar como um componente estratégico das instituições de ensino superior, na direção de uma melhor efetividade e relevância de seus resultados, bem como de maior eficácia e eficiência de seus processos, na medida em que, dialogando com a realidade e com os objetivos do PPG, os impactos sociais e científicos tenderão a obter maior êxito, com a consequente projeção do PPG no cenário regional, nacional e internacional.

Na perspectiva da avaliação, os Casos de Impacto naturalmente contemplam os aspectos da extensão na pós-graduação.

Ciência aberta e boas práticas de formação, pesquisa e disseminação científica

Diversas áreas do conhecimento, seja por meio de suas associações científicas, de Instituições de Ensino Superior, de Institutos de Pesquisa, de plataformas de publicações de revista científicas, tanto no Brasil quanto internacionalmente, têm desenvolvido e publicado guias de boas práticas para orientar a pesquisa científica com integridade e qualidade. Estes guias trazem as boas práticas de pesquisas específicas de suas áreas, entretanto, trazem também diretrizes comuns que buscam transformar as culturas de pesquisa de suas comunidades em direção a maior abertura, integridade e reprodutibilidade da pesquisa, incorporando igualmente os princípios de inclusão, diversidade, equidade e acesso.

As boas práticas de formação, pesquisa e disseminação científica são fundamentais para garantir a qualidade, a integridade e o impacto das atividades acadêmicas, especialmente no contexto da pós-graduação. Elas envolvem um conjunto de princípios e estratégias que ajudam na produção de conhecimento robusto, ético e relevante para a sociedade.

Ética na pesquisa

- Respeito aos princípios éticos: Assegurar que a pesquisa esteja em conformidade com os princípios éticos, especialmente no que diz respeito ao tratamento de dados, confidencialidade, consentimento informado e outros aspectos éticos relevantes.
- Prevenção de plágio e falsificação de dados: Adotar práticas rigorosas para garantir a originalidade do trabalho e evitar fraudes. Isso inclui a utilização de ferramentas de verificação de plágio e a transparência na coleta e análise dos dados.

Reprodutibilidade

- Uso de metodologias adequadas: Escolher as metodologias mais adequadas para responder às questões de pesquisa, sejam elas quantitativas, qualitativas ou mistas.
- Validação e reprodutibilidade: Buscar garantir que os resultados da pesquisa sejam replicáveis e que os métodos utilizados sejam transparentes e bem descritos, permitindo a reprodutibilidade por outros pesquisadores.

Publicações

Promover a integridade na pesquisa e na sua publicação, seguindo boas práticas autorais e editoriais.

O Comitê sobre Ética na Publicação (na sigla em

inglês *COPE, Committee on Publication Ethics*) lista uma série de pontos fundamentais para o sucesso editorial na produção e divulgação do conhecimento científico.

Ciência aberta

A ciência aberta se caracteriza pela abertura de conteúdos, ferramentas e processos científicos envolvendo não apenas a comunidade científica tradicional, mas também atores sociais diversos com o objetivo de beneficiar a ciência e a sociedade. Esse modelo apoia-se em pilares como o conhecimento científico aberto, infraestruturas científicas abertas e o diálogo aberto com diferentes sistemas de conhecimento, facilitando assim uma participação mais ampla e democratizada no processo científico.

- Publicação em acesso aberto: sempre que possível, publicar os resultados da pesquisa em periódicos de acesso aberto ou em repositórios institucionais, garantindo que o conhecimento produzido esteja disponível para um público maior, incluindo aqueles sem acesso a periódicos pagos.
- Depósito de dados e materiais de pesquisa: compartilhar dados, códigos, e materiais de pesquisa de maneira transparente, para que outros pesquisadores possam reutilizar, validar ou replicar os resultados da pesquisa.
- Políticas e gestão: valorizar a existência de políticas de integridade científica, gestão de dados e/ou ciência aberta no programa.

Uso da Inteligência Artificial

O uso da Inteligência Artificial (IA) tem se expandido rapidamente em diversas áreas, trazendo oportunidades de avanço do conhecimento e melhorias nos processos, mas também desafios para o uso responsável na pesquisa científica e na inovação tecnológica. Para garantir que a IA seja utilizada de maneira benéfica e segura, é fundamental adotar boas práticas relacionadas à ética, segurança, transparência e responsabilidade.

Referências complementares para leitura:

GT Classificações da produção Intelectual e Qualis Periódicos. Qualidade editorial, ética e acesso aberto. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/22012025_Relatorio_2529780_20.01.2025__DOI__GT_Qualis.pdf

Rede Brasileira de Reprodutibilidade. Disponível em <https://www.reprodutibilidade.org/>

Brasil, André. A inteligência artificial na pesquisa e no fomento: desafios e oportunidades. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23042025_Relatorio_2575649_A_inteligencia_artificial_na_pesquisa_e_no_fomento.pdf

COPE (Committee on Publication Ethics) <https://publicationethics.org/>

Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade na pós-graduação é um conceito central, especialmente em programas que buscam integrar saberes de diferentes áreas do conhecimento para enfrentar questões complexas que não podem ser adequadamente compreendidas ou resolvidas por uma única disciplina. A interdisciplinaridade se manifesta de diversas maneiras nos programas de pós-graduação, tanto em termos de estrutura acadêmica quanto de práticas pedagógicas e de pesquisa.

A CAPES possui a área de avaliação Interdisciplinar desde 1999. Sua criação decorreu dos problemas que emergem no mundo contemporâneo, de diferentes naturezas e com variados níveis de complexidade, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos. A [página da Área Interdisciplinar](#) traz elementos importantes não só para avaliação dos programas nessa área, mas também para qualquer tipo de avaliação da interdisciplinaridade.

Os critérios qualitativos de avaliação interdisciplinar levam em conta as características de: projetos de pesquisa, ensino, publicações e colaboração. Nesse universo, são considerados: colaboração entre grupos de pesquisa e departamentos, criação de unidades de pesquisa compartilhadas, ensino compartilhado entre departamentos, disciplinas envolvendo professores com conhecimento diverso e complementar, fontes de financiamento diversas, publicações em áreas diversas.

Em geral, os critérios de avaliação interdisciplinar observam:

- I. A identificação de um problema complexo abordado pelo programa, que se reflete no seu objetivo principal e nos seus principais temas de pesquisa;
- II. Os métodos, as técnicas e os procedimentos utilizados pelo programa para abordar o problema, intrínsecos às disciplinas, aos projetos de pesquisa e às formas de disseminação do conhecimento;
- III. As formas de interação: colaborações entre grupos de pesquisa, tanto interdepartamentais quanto interinstitucionais, compartilhamento de laboratórios; disciplinas envolvendo pesquisadores com conhecimento diverso e complementar; financiamento de projetos e publicações em áreas diversas da original do programa.

Os diferentes níveis de interação entre disciplinas e a natureza dos atores envolvidos direciona para os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, conforme demonstrado na Figura 15.

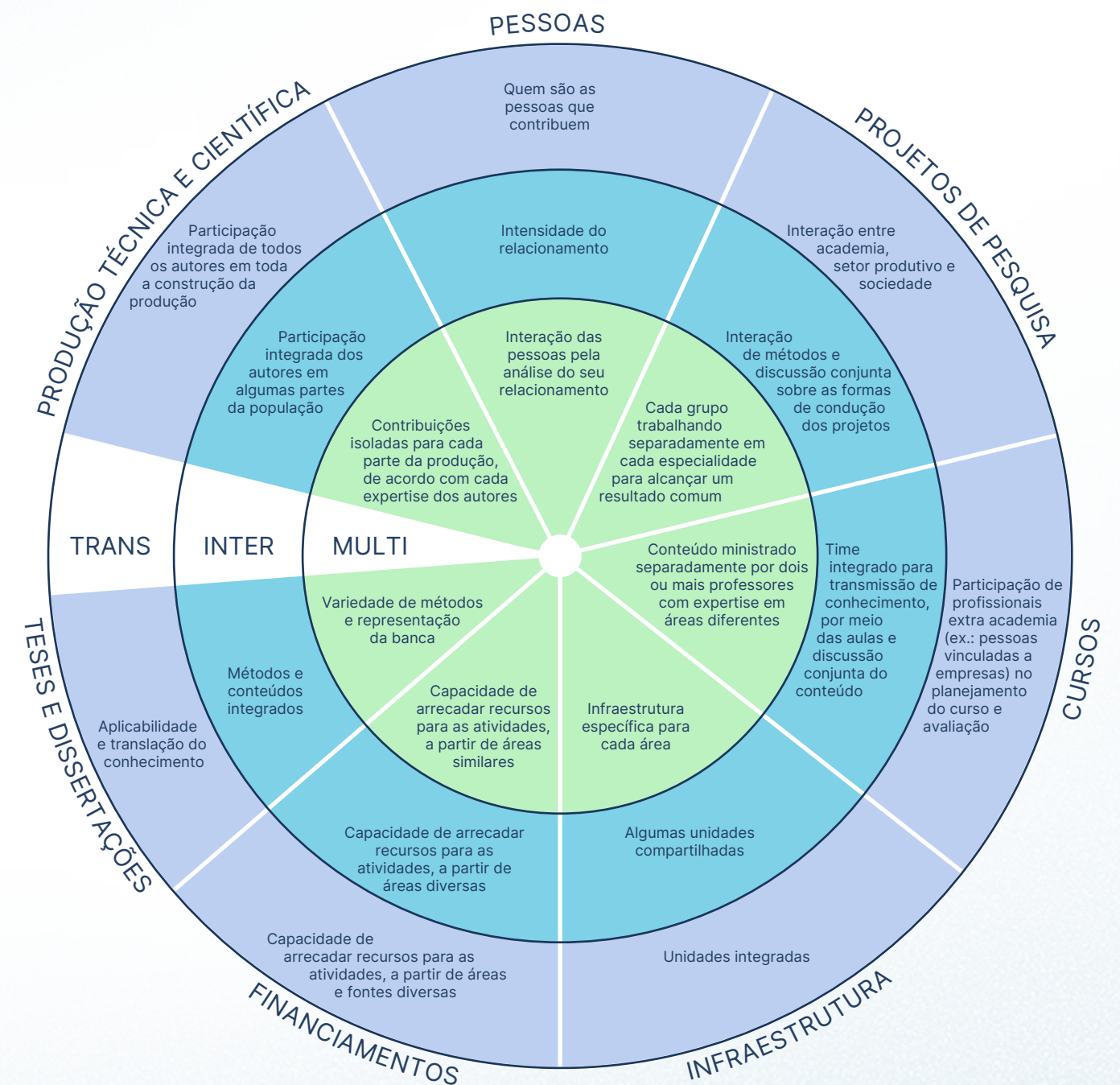


Figura 15. Análise multidimensional da multi, inter e transdisciplinaridade em diferentes ações e resultados do PPG.

Fonte: Oliveira, Amaral, Pacheco (2019). Tradução própria

Outros aspectos podem ser observados dentro do contexto do PPG na perspectiva da interdisciplinaridade:

Estrutura Curricular

- **Disciplinas interdisciplinares:** Muitos programas de pós-graduação oferecem ou incentivam a matrícula em cursos que não pertencem à área de formação original do aluno, mas que são relevantes para a pesquisa que ele está desenvolvendo. Por exemplo, um aluno de sociologia pode fazer cursos de estatística ou de biologia, caso sua pesquisa envolva questões ambientais ou de saúde pública.
- **Módulos ou seminários de integração:** Alguns programas estruturam seminários ou módulos temáticos que integram múltiplas disciplinas, permitindo que os alunos possam discutir temas de forma mais holística, com a presença de docentes de diferentes áreas.

Pesquisa Interdisciplinar

- **Projetos de pesquisa colaborativos:** Os discentes podem ser incentivados a participar de projetos de pesquisa que envolvem várias áreas do conhecimento. Por exemplo, um estudo sobre as mudanças climáticas pode envolver cientistas ambientais, economistas, sociólogos, engenheiros e especialistas em políticas públicas.
- **Orientação múltipla:** Em alguns casos, os discentes podem ter coorientadores de diferentes áreas, facilitando a troca de saberes e incentivando perspectivas diferentes sobre um mesmo problema de pesquisa.

Práticas de Colaboração Acadêmica

- **Grupos de pesquisa multidisciplinares:** Muitas universidades promovem a formação de grupos de pesquisa que englobam pesquisadores de várias áreas. Isso permite que os alunos de pós-graduação desenvolvam suas dissertações ou teses em colaboração com outros discentes e pesquisadores de diferentes campos, criando uma abordagem mais integrada e abrangente.
- **Conferências e simpósios interdisciplinares:** Eventos acadêmicos promovem o encontro de pesquisadores de diversas áreas, oferecendo aos alunos de pós-graduação a oportunidade de expor seus trabalhos e de aprender com abordagens e métodos de pesquisa de outras disciplinas.

Métodos de Ensino e Avaliação

- **Métodos de ensino flexíveis e colaborativos:** Algumas universidades utilizam metodologias que incentivam a troca de conhecimento entre alunos de diferentes áreas. Isso pode incluir, por exemplo, a realização de estudos de caso multidisciplinares ou a organização de workshops que estimulam a colaboração entre disciplinas.
- **Avaliações interdisciplinares:** Além das avaliações tradicionais, como provas e trabalhos individuais, muitos programas de pós-graduação adotam formatos de avaliação mais colaborativos, como elaboração de projetos ou estudos de caso que exigem a colaboração entre alunos de áreas diferentes.

Abordagem Crítica e Reflexiva

- **Desafios do mundo real:** A interdisciplinaridade na pós-graduação é, muitas vezes, uma resposta ao desafio de enfrentar questões complexas e multifacetadas, como mudanças climáticas, crises econômicas, saúde global, migrações, entre outras. Esses problemas exigem uma abordagem que vá além dos limites de uma disciplina, incorporando diferentes perspectivas e métodos de investigação.
- **Pensamento crítico e síntese de saberes:** A interdisciplinaridade também estimula os alunos a refletirem criticamente sobre as fronteiras do conhecimento e sobre como integrar diferentes abordagens teóricas, metodológicas e empíricas. Isso exige não apenas o domínio de múltiplas disciplinas, mas também a capacidade de sintetizar e articular diferentes lógicas e paradigmas.

Inovação e Criatividade

- **Novos campos de estudo:** A interdisciplinaridade pode levar à criação de novos campos de estudo, como a neurociência social, a bioética, a economia ambiental, entre outros, que surgem da interseção de áreas distintas do conhecimento.
- **Inovação tecnológica e social:** Em muitos casos, a combinação de diferentes campos de saber leva ao desenvolvimento de inovações, sejam elas tecnológicas, sociais ou culturais. Por exemplo, a junção de áreas como informática e biologia tem gerado avanços significativos em áreas como biotecnologia e inteligência artificial.

Internacionalização

Em 2019, o Grupo de Trabalho Internacionalização definiu conceitualmente internacionalização voltada para o processo de avaliação: A avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio ([GT Internacionalização](#)).

A internacionalização pode ser percebida e avaliada em diferentes perspectivas, conforme detalhadas a seguir:



Figura 16. Perspectivas da internacionalização

Perspectiva 1: Governança e compromisso institucional com a internacionalização

A governança institucional é um fator crucial no desenvolvimento da internacionalização, pois demonstra o comprometimento da instituição com políticas e práticas globais. O compromisso institucional se caracteriza pelo apoio institucional para a realização e para a institucionalização das ações de internacionalização, tais como planos estratégicos de internacionalização, regulamentos e documentos referenciais alinhadas às ações institucionais no âmbito do programa de pós-graduação, bem como a alocação de recursos para o suporte administrativo e físico das iniciativas. Refere-se, portanto, à criação de uma cultura organizacional que promova a integração de atividades internacionais em todos os níveis, bem como a todas as necessidades administrativas para que as ações de internacionalização ocorram.

A relação a seguir apresenta uma lista não exaustiva. Os PPG não precisam cobrir todos os itens, mas também não precisam se limitar a eles.

- Alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- Desenvolvimento de Planos Estratégicos de Internacionalização (PEI)
- Elaboração de documentos para apoiar a regulamentação e a institucionalização da internacionalização
- Elaboração de material informativo (guias, manuais, formulários) para as ações de internacionalização
- Desenvolvimento e manutenção de canais de comunicação e visibilidade para as ações de internacionalização
- Elaboração de políticas de acolhimento para a comunidade internacional
- Serviço de tradução de documentos brasileiros para idiomas estrangeiros
- Serviço de tradução de documentos em idiomas estrangeiros para a Língua portuguesa
- Elaboração de indicadores para monitorar processo de internacionalização
- Monitoramento e avaliação das atividades de internacionalização

Perspectiva 2: Cooperação e visibilidade internacional

A cooperação internacional visa fortalecer parcerias entre instituições de diferentes países, contribuindo para o avanço do conhecimento, para o intercâmbio de boas práticas e para o aumento do protagonismo da pós-graduação brasileira no cenário internacional. Essa dimensão destaca a relevância da formalização de acordos de cooperação, mas se concretiza também pelo desenvolvimento de projetos conjuntos, pela participação em redes de pesquisa internacionais, pelos intercâmbios acadêmicos, pela participação internacionalizada em bancas de teses e dissertações, e pela participação em eventos internacionais de pós-graduandos, pesquisadores, professores, gestores e corpo técnico, tanto no Brasil, quanto no exterior.

A relação a seguir apresenta uma lista não exaustiva. Os PPG não precisam cobrir todos os itens, mas também não precisam se limitar a eles.

- Participação em redes de cooperação internacional com liderança brasileira
- Participação em redes de cooperação internacional com liderança estrangeira
- Captação de recursos junto a agências de fomento públicas e privadas nacionais e internacionais
- Parcerias com instituições de educação superior na busca de cooperação e fomento nacional e estrangeiro
- Ações de educação no exterior e outras formas de colaboração curricular (salas de aula com metodologia COIL - *Colaborative Online International Learning* - etc).
- Colaborações de pesquisa e projetos conjuntos para ações de desenvolvimento e capacitação (*capacity building*)
- Aprofundamento do conhecimento de diferentes estruturas culturais, nacionais e acadêmicas dos países parceiros
- Captação de recursos para a cooperação internacional
- Desenvolvimento de projetos com financiamento nacional
- Desenvolvimento de projetos com financiamento internacional
- Projetos em parcerias diversas
- Desenvolvimento de projetos para cooperação técnica
- Desenvolvimento de projetos para cooperação científica
- Desenvolvimento de projetos para transferência de conhecimento
- Desenvolvimento de projetos para transferência de tecnologia
- Jovens brasileiros pós-doc com emprego nas IES onde atuaram ou em empresas no país anfitrião

Perspectiva 3: Mobilidade acadêmica internacional

A mobilidade acadêmica é um dos pilares mais visíveis da internacionalização. Ela engloba ações que promovem o intercâmbio de pós-graduandos, professores, pesquisadores, gestores e corpo técnico entre diferentes países, promovendo uma maior conexão entre os sistemas de ensino. Os programas de mobilidade, tanto de entrada quanto de saída, reforçam a integração global e permitem que as instituições atraiam talentos estrangeiros. Refere-se à circulação de pessoas entre instituições nacionais e estrangeiras, tanto presencial quanto virtualmente.

A relação a seguir apresenta uma lista não exaustiva. Os PPG não precisam cobrir todos os itens, mas também não precisam se limitar a eles.

- Mobilidade presencial de discentes brasileiros para o exterior
- Mobilidade presencial de discentes internacionais para o Brasil
- Mobilidade virtual de discentes brasileiros em instituições estrangeiras
- Mobilidade virtual de discentes internacionais em instituições brasileiras
- Mobilidade presencial de professores brasileiros para o exterior
- Mobilidade presencial de professores internacionais para o Brasil
- Mobilidade presencial de pesquisadores brasileiros para o exterior
- Mobilidade presencial de pesquisadores internacionais para o Brasil
- Mobilidade presencial de gestores brasileiros para o exterior
- Mobilidade presencial de gestores internacionais para o Brasil
- Programas de intercâmbio internacional de curta duração
- Mobilidade no âmbito dos programas de Dupla Titulação coordenado por brasileiros
- Mobilidade no âmbito dos programas de Dupla Titulação coordenado por estrangeiros
- Mobilidade no âmbito dos programas de Cotutela coordenado por brasileiros
- Mobilidade no âmbito dos programas de Cotutela coordenado por estrangeiros
- Pesquisadores brasileiros no Exterior para:
 - Atividades de pesquisa conjunta
 - Participação em grupos de pesquisa
 - Participação em associações de pesquisadores
 - Participação em bancas de avaliação
 - Participação em mentorias no Exterior
- Pesquisadores estrangeiros para o Brasil para:
 - Atividades de pesquisa conjunta
 - Participação em grupos de pesquisa
 - Participação em associações de pesquisadores
 - Participação em bancas de avaliação
 - Participação em mentorias no Brasil
- Mobilidade acadêmica com Países do Sul Global e do BRICS

Perspectiva 4: Produção intelectual internacionalizada

Esta dimensão se manifesta por meio de produção intelectual (tais como, artigos em periódicos ou em anais de eventos científicos, livros e capítulos de livros, produção técnica/tecnológica e produção artístico-cultural) em veículos internacionais ou em coautoria com pesquisadores estrangeiros.

- Publicação de pesquisadores brasileiros em periódicos internacionais
- Publicação de pesquisadores internacionais, com coautoria brasileira do PPG, em periódicos brasileiros
- Citação de pesquisadores brasileiros em periódicos internacionais
- Apresentações culturais de brasileiros no exterior
- Apresentações culturais de estrangeiros no Brasil
- Mostras fotográficas de brasileiros no exterior
- Mostras fotográficas de estrangeiros no Brasil
- Participação em podcasts e entrevistas por brasileiros no exterior
- Participação em podcasts e entrevistas por estrangeiros no Brasil
- Atividades de extensão no Brasil com presença internacional
- Atividades de extensão com a participação de brasileiros no exterior
- Registro de patentes no Brasil com a participação de pesquisadores internacionais
- Registro de patentes no exterior com a participação de pesquisadores brasileiros
- Palestras e conferências presenciais ministradas por professores e pesquisadores brasileiros no exterior
- Palestras e conferências presenciais ministradas por professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil
- Palestras e conferências virtuais ministradas por professores e pesquisadores brasileiros no exterior
- Palestras e conferências virtuais ministradas por professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil
- Edição de periódicos científicos por brasileiros no exterior
- Edição de periódicos científicos por estrangeiros no Brasil
- Participação de brasileiros em comitês editoriais no exterior
- Premiações para pesquisadores, professores ou discentes internacionais no Brasil
- Premiações para pesquisadores, professores ou discentes brasileiros no Exterior
- Criação e desenvolvimento de softwares, plataformas ou apps por brasileiros no exterior
- Criação e desenvolvimento de softwares, plataformas ou apps por estrangeiros em parceria com brasileiros do PPG
- Publicação de livros por brasileiros no Exterior
- Publicação de livros por estrangeiros no Brasil
- Publicação de capítulos de livros por brasileiros no Exterior
- Publicação de capítulos de livros por estrangeiros no Brasil
- Organização de livros por brasileiros no Exterior
- Organização de livros por estrangeiros no Brasil
- Assessoria de brasileiros no Exterior
- Consultoria de brasileiros no Exterior
- Assessoria de estrangeiros no Brasil
- Consultoria de estrangeiros no Brasil
- Orientação de dissertações ou de teses por brasileiros no exterior
- Orientações de dissertações ou teses por estrangeiros no Brasil
- Obtenção de credenciações nacionais
- Obtenção de credenciações no exterior
- Produção intelectual com Países do Sul Global e do BRICS

Perspectiva 5: Internacionalização do currículo (IoC)

As ações de IoC visam integrar a dimensão internacional, intercultural e global nos currículos dos programas de pós-graduação, preparando os pós-graduandos para atuar em contextos globais, fornecendo habilidades interculturais e conhecimento internacional. Inclui atividades desenvolvidas em língua estrangeira, oferta de cursos de português para estrangeiros, a integração de perspectivas globais nas matrizes curriculares e a internacionalização do currículo por disciplina, por programa ou por curso. O foco está no processo ensino-aprendizagem, nos conteúdos, no sistema de avaliação e demais atividades relacionadas a esse processo.

- Atividades eletivas presenciais de pós-graduação ministradas por professores internacionais em português, tais como disciplinas, seminários, trabalho em grupo, atividades interdisciplinares, estudo de caso etc.
- Atividades eletivas presenciais de pós-graduação ministradas por professores internacionais em outros idiomas, tais como disciplinas, seminários, trabalho em grupo, atividades interdisciplinares, estudo de caso etc.
- Atividades eletivas presenciais de pós-graduação ministradas por professores brasileiros em outros idiomas, tais como disciplinas, seminários, trabalho em grupo, atividades interdisciplinares, estudo de caso etc.
- Disciplinas virtuais de pós-graduação ministradas por professores internacionais em português
- Disciplinas virtuais de pós-graduação ministradas por professores internacionais em outros idiomas
- Disciplinas virtuais de pós-graduação ministradas por professores brasileiros em outros idiomas
- Programas de Dupla Titulação coordenado por brasileiros
- Programas de Dupla Titulação coordenado por estrangeiros
- Programas de Cotutela coordenado por brasileiros
- Programas de Cotutela coordenado por estrangeiros
- Internacionalização do currículo por disciplina
- Internacionalização do currículo por programa
- Internacionalização do currículo por curso
- Cursos de português para estrangeiros
- Cursos de idiomas para brasileiros
- Inclusão de conteúdo internacional nos currículos
- Inclusão de literatura, estudos de caso e exemplos de diferentes países e culturas nas disciplinas
- Oferta de atividades em línguas estrangeiras
- Estimular programas de intercâmbio, estágios internacionais ou viagens de estudo
- Oferta de cursos com diplomas ou certificações válidas em mais de um país
- Desenvolvimento de competências interculturais por meio de atividades, workshops e cursos específicos
- Integração de projetos colaborativos com discentes e instituições de outros países nos currículos
- Uso de plataformas digitais para atividades internacionais e interculturais
- Uso de plataformas digitais para conectar discentes e professores de diferentes partes do mundo em atividades conjuntas

Perspectiva 6: Internacionalização em casa

A Internacionalização em Casa envolve a criação de um ambiente acadêmico internacionalizado. Essa dimensão refere-se a todas as atividades de internacionalização que ocorrem no campus das instituições (seminários, congressos, conferências, reuniões das redes, aulas magnas, colóquios, acolhimento de estrangeiros e promoção de atividades internacionais no campus). As ações de Internacionalização em Casa não envolvem a mobilidade de saída. O ambiente de internacionalização em casa é essencial para alcançar aqueles que não podem participar de mobilidade física para o exterior, promovendo a inclusão e a diversidade.

- Participação presencial de professores e pesquisadores estrangeiros em bancas de qualificação ou de defesa de dissertações e teses no Brasil
- Participação virtual de professores e pesquisadores estrangeiros em bancas de qualificação ou de defesa de dissertações e teses no Brasil
- Participação de estrangeiros em comissões julgadoras presenciais no Brasil
- Participação de estrangeiros em comissões julgadoras virtuais no Brasil
- Participação de estrangeiros em comitês de assessoramento no Brasil
- Organização de eventos com palestrantes internacionais para discutir temas globais e promover debates interculturais
- Criação de clubes e grupos de estudo focados em culturas e idiomas específicos
- Mentorias internacionais
- Organização de eventos multiculturais
- Promoção de festivais, feiras e exposições que celebrem a diversidade cultural com a participação de alunos e professores de diferentes nacionalidades

Perspectiva 7: Ações de Internacionalização com setor não acadêmico

Esta dimensão se refere à colaboração com entidades da sociedade civil organizada e segmentos não acadêmicos, visando ampliar a relevância institucional em seu contexto. Engloba, por exemplo, ações de internacionalização com setor não acadêmico com foco no ensino, pesquisa, extensão, inovação, liderança, empreendedorismo, economia criativa, sustentabilidade econômica, consciência social e ambiental.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

O termo Desenvolvimento Sustentável surgiu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Ele se refere a um modelo de desenvolvimento que busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprirem suas próprias necessidades. Passados vinte anos, realizou-se a Rio 92, na qual se origina a Agenda 21, concebida como instrumento de planejamento para o desenvolvimento sustentável. Em 2000, criam-se os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável.

Aprimorou-se esse plano adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, a partir da declaração assinada por 193 países, incluindo o Brasil, que se comprometeram a tomar medidas para deixar o mundo em que vivemos mais sustentável e resiliente até 2030. Denominado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015), a declaração foi traduzida em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, por sua vez, se desdobraram em 169 metas e em 232 indicadores, que podem ser agrupados, conforme Figura 17, nas dimensões social, ambiental, econômica e institucional.

Esses elementos servem de guia para ações de governos, empresas, universidades e sociedade ao redor do mundo. A Agenda 2030 e os seus ODS organizam um caminho para buscar respostas a preocupações globais, até então, de longa data, como o crescimento demográfico, a produção de alimentos, a industrialização, o consumo de bens e serviços da natureza, questões envolvendo justiça social e assimetrias, desafios de gestão hídrica e acesso à água potável e aqueles ligados à segurança alimentar e às mudanças climáticas, entre outros.



Figura 17: Dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Fonte: UNSDSN (2017).

Apesar de ser esta uma agenda global, a ONU abre a possibilidade de territorialização dos ODS, por meio de escalas sociogeográficas mais concretas, como os municípios, onde as pessoas vivem. No caso brasileiro, instituições da sociedade civil articulam-se em torno de um movimento de universidades brasileiras, denominada Guia Agenda 2030, na qual se criam propostas de três ODS complementares, ODS 18 Igualdade Étnico-racial, ODS 19 Cultura, Arte e Comunicação e ODS 20 Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, conforme ilustra Figura 18. Em novembro de 2024, o Brasil tornou o ODS 18 voluntário, apresentando-o na Cúpula de Líderes do Grupo dos 20 (G20), passando a constituir na Agenda 2030 Brasileira.



Figura 18: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos para o Brasil
Fonte: www.guiaagenda2030.org.

O Brasil possui condições para liderar um projeto de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)*, que promova a formação de talentos humanos e o papel da pós-graduação é fundamental neste sentido, uma vez que a pesquisa científica e a geração de novos conhecimentos e tecnologias são fundamentais para o alcance do conjunto dos ODS.

Em 2025, a CAPES lançará um livro que apresenta experiências de destaques da pós-graduação brasileira, por meio de atividades de ensino, pesquisa & inovação que resultam na extensão, no que se refere ao alcance dos ODS, que foram selecionados de todas as nove Grandes Áreas que compõem os três Colégios. Na ocasião da concepção desta obra, houve uma ação indutora que oportunizou que os documentos que regem as 50 áreas de avaliação, para o período da avaliação de permanência dos anos 2025, 2026, 2027 e 2028, pudessem incluir recomendações explícitas, ou mesmo implícitas, quanto ao atendimento dos ODS, respeitando a diversidade e singularidade de cada área.

Além disso, a obra inova quando apresenta uma correlação, sobretudo de teses, dissertações e demais trabalhos de conclusão de curso da pós-graduação *stricto sensu* com os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU, mais o 18º ODS da Agenda 2030 Brasileira, além de considerar as propostas do 19º ODS e do 20º ODS. A obra conclui elencando 32 Políticas Públicas e 48 Ações de Ensino, Pesquisa & Inovação e Extensão relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

O principal desafio é desenvolver a capacidade de, em um futuro próximo, estabelecer uma relação direta que vá além da benéfica tríade entre os indicadores — tempo de escolaridade, expectativa de vida e geração de renda — incorporando um quarto ele-

mento: a pegada ecológica. Isso significa reduzir tanto o uso de materiais para atender à demanda doméstica quanto as emissões de dióxido de carbono, formando uma tétrede sustentável, conforme destacado no último Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado em 2024. Em outras palavras, a educação, expressa em anos de escolaridade, deve ir além de proporcionar melhores condições de saúde e renda para a geração atual, mas também assegurar um meio ambiente sustentável para as futuras gerações.

Enfim, a CAPES desempenha um papel incontestável como indutora de políticas públicas educacionais, tanto na educação básica quanto no ensino superior. É fundamental estabelecer, de forma definitiva, como evidenciado pelos quase 2.000 destaques enviados por mais de 1.000 programas (22% dos existentes), representando 251 instituições (54% das que oferecem PPG), que, no contexto das atividades da pós-graduação, a interação com a sociedade constitui o último elo da cadeia de geração de conhecimento.

Em uma sociedade marcada por desigualdades e pelo aumento das emergências climáticas, a extensão desempenha um papel essencial. Mais do que uma simples transferência de conhecimento, ela representa um compartilhamento efetivo de saberes, funcionando como uma via de mão dupla que conecta a produção científica às necessidades da sociedade.

* Designação atribuída pela UNESCO

4. EXCELÊNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Introdução

A excelência na pós-graduação deve ser percebida por uma perspectiva multidimensional, buscando integrar diferentes aspectos, principalmente aqueles relacionados à formação de pessoas, mas também observando-se a qualidade acadêmica e científica, os resultados da pesquisa, as condições institucionais e os impactos na sociedade.

O conceito de excelência expresso na avaliação dos programas é utilizado para a atribuição das notas 6 e 7. Historicamente, eram elegíveis para essas notas os programas com claro desempenho superior aos programas nota 5, ressaltados os indicadores de impacto e padrão de atuação internacional. Em 2024, um [Grupo de Trabalho](#) foi instituído para estudar o tema da excelência dos PPG, com o objetivo de subsidiar decisões e aprimorar o processo da avaliação.

Cabe ressaltar os principais aspectos abordados pelo GT, quanto à excelência dos PPG:

“O desempenho diferenciado dos programas de excelência deve ocorrer em perspectiva multidimensional em um ambiente promotor da formação de recursos humanos e da geração de produção intelectual altamente qualificados, bem como do desenvolvimento de ações capazes de gerar impactos de forma alinhada e comprometida com os desafios enfrentados pela sociedade, tendo os discentes e egressos como os principais protagonistas. Esses elementos, na perspectiva multidimensional, devem coexistir de forma recorrente e sistêmica, sendo incorporados nas rotinas coletivas e buscando reproduzir-se de maneira sustentada ao longo da atuação dos programas de pós-graduação de excelência. Ainda, no contexto mais atual, a excelência na pós-graduação deve abranger qualidade, integridade, diversidade e impacto na sociedade das atividades de pesquisa e formação.”

Algumas premissas foram consideradas pelo grupo, a saber:

Os programas devem conseguir vincular a excelência com o perfil e o planejamento estratégico, de forma atrelada e com o suporte do planejamento institucional como indutor no contexto mais ampliado da Instituição sede.

O reconhecimento de que programas com perfis diferenciados (impacto local/regional/nacional e atuação/impacto internacional) não apenas teriam condições de alcançar a excelência, mas também deveriam ser avaliados de maneiras distintas, a partir de parâmetros de excelência condizentes com suas identidades. Isso também vale para programas em diferentes modalidades (acadêmicos versus profissionais).

As práticas e os processos que revelam a excelência do programa não devem estar concentrados em um número restrito de docentes permanentes e/ou de linhas de pesquisa. A excelência do programa em determinada dimensão precisa demonstrar engajamento coletivo do seu corpo docente, inclusive com o protagonismo dos discentes/egressos. Caso contrário, a situação caracteriza-se apenas como ações individuais de pesquisadores com excelência acadêmica e não do programa em seu conjunto.

A excelência não se refere a ações esporádicas e pontuais, que se expressam em um ou outro projeto, produto ou impacto. A noção de excelência como hábito se relaciona diretamente ao fato de que tal processo precisa ser incorporado nas rotinas coletivas e reproduzir-se de maneira sustentada ao longo do tempo. Por conseguinte, a excelência não deve refletir uma fotografia momentânea de programas melhor ranqueados segundo determinados indicadores em um intervalo temporal isolado. Trata-se, ao invés disso, de uma avaliação sistêmica para a consistente evolução diacrônica das múltiplas dimensões de excelência no contexto de um programa de pós-graduação.

Historicamente, os indicadores de internacionalização sempre constituíram um dos pilares centrais da definição de excelência na pós-graduação. Contudo, devem ser consideradas práticas que denotem também a liderança, nucleação e solidariedade.

Atribuição das Notas 6 e 7

Notas 6 e 7 são consideradas de excelência, por meio de análise do desempenho superior e destacado aos [programas nota 5](#), em uma perspectiva multidimensional.

Requisitos de desempenho superior

A comissão de avaliação deverá considerar, ainda, que, para receber tais notas, os programas deverão:

- I. no Quesito 2 (Formação e produção intelectual): apresentar clara distinção dos demais programas que receberam nota 5, considerando nível de desempenho superior dos indicadores de formação e produção intelectual da Área;
- II. no Quesito 3 (Impacto): apresentar notória demonstração de excelência nos indicadores de impacto na sociedade; clara liderança em indicadores que mensuram inserção, visibilidade e popularização da ciência, inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento.

Requisitos formais

Serão elegíveis para notas 6 e 7 os programas nota 5 que cumprirem os seguintes requisitos formais:

- I. será elegível para nota 6 o programa que contar com curso de doutorado que tenha funcionado nos dois últimos quadriênios completos. Deve receber conceitos "Muito Bom" nos três Quesitos de avaliação, podendo ter recebido até dois conceitos "Bom" em qualquer um dos Itens da Ficha, contudo apenas um conceito "Bom" nos Itens do Quesito 2;
- II. será elegível para nota 7 o programa que contar com curso de doutorado que tenha funcionado nos dois últimos quadriênios completos e que tiver recebido conceitos "Muito Bom" nos três Quesitos de avaliação e em todos os Itens dos Quesitos 1 a 3.

Análise multidimensional para os programas de excelência

A análise multidimensional permite uma visão mais abrangente da qualidade do PPG, com olhares diferenciados para características próprias e desempenho destacado em diferentes dimensões, que são transversais aos três Quesitos e Itens da Ficha de Avaliação.

Para classificar os programas como de excelência, atribuindo a eles notas 6 ou 7, todas as áreas devem considerar as seguintes dimensões comuns:

- [Impacto na sociedade](#)
- [Internacionalização](#)
- [Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)
- [Solidariedade e Nucleação de grupos de pesquisa e oferta de pós-graduação](#)
- [Interdisciplinaridade](#)
- [Ciência Aberta e boas práticas de formação, pesquisa e disseminação científica](#)

A área poderá considerar outras dimensões, que devem ser especificadas em seus Documentos de Área.

As notas de excelência 6 e 7 devem ser atribuídas para os programas que apresentam distinta e notória demonstração de excelência no conjunto de indicadores relacionado a cada dimensão, seguindo as diretrizes comuns:

- I. Para a nota 7, o programa deve apresentar excelência em todas as dimensões, incluindo obrigatoriamente a dimensão de Internacionalização com referenciais nos cenários institucionais de excelência mundial de cada área de avaliação;
- II. Para a nota 6, o programa deve apresentar excelência na maioria das dimensões, podendo incluir ou não a dimensão de Internacionalização.

Caso a área inclua a dimensão de Internacionalização como critério para as duas notas (6 e 7), deve haver clara distinção dos indicadores entre os dois níveis.

REFERÊNCIAS

ANAND, A.; MUSKAT, B.; CREED, A.; ZUTSHI, A.; CSEPREGI, A. Knowledge sharing, knowledge transfer and SMEs: evolution, antecedents, outcomes and directions. *Personnel Review*, [s.l.], v. 50, n. 9, p. 1873-1893, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/PR-05-2020-0372>. Acesso em: 12/03/2025.

BERTAGLIA, R. Acessibilidade: exemplos, tipos e como se enquadrar às normas? *Hand Talk*. Disponível em: <https://handtalk.me/acessibilidade-exemplos-tipos-e-como-se-enquadrar-as-normas/>. Acesso em: 12/03/2025.

COMISSÃO EUROPEIA. A composite indicator for knowledge transfer: report from the European Commission's Expert Group on Knowledge Transfer Indicators. 2011. Disponível em: https://meri.belspo.be/site/docs/papers/ERAC%20Report_2011_A%20Composite%20Indicator%20for%20Knowledge%20Transfer.pdf. Acesso em 30/04/25.

COMISSÃO EUROPEIA. Knowledge transfer metrics – exploration of composite indicators for knowledge transfer: phase 2. 2011. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d3260d80-5e59-11ed-92ed-01aa75ed71a1/language-en>. Acesso em: 12/03/2025.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS. Disponível em: <https://publicationethics.org/>. Acesso em: 12/03/2025

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Indicadores brasileiros de extensão universitária: relatório de pesquisa. 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf. Acesso em 30/04/25.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Conheça 7 tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva. Fundação Dorina Nowill para Cegos. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/#>. Acesso em 30/04/2025.

GODIN, B.; DORÉ, C. Measuring the impacts of science: beyond the economic dimension. 2005. Disponível em: <https://sta.uwi.edu/sites/all/themes/rdifund/documents/GodinDoreImpacts.pdf>. Acesso em: 12/03/2025.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. Tipos de acessibilidade. Instituto Inclusão Brasil, 04 jun. 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 12/03/2025.

KELLOGG FOUNDATION, W. K. Logic model development guide. Michigan: W. K. Kellogg Foundation, 2004. Disponível em: <https://wkkf.issuelab.org/resource/logic-model-development-guide.html>. Acesso em: 08/03/2025.

OLIVEIRA, T. M.; AMARAL, L.; PACHECO, R. C. S. Multi/inter/transdisciplinary assessment: a systemic framework proposal to evaluate graduate courses and research teams. *Research Evaluation*, v. 28, n. 1, p. 23–36, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/reseval/rvy013>. Acesso em: 12/03/2025.

TANGARAJA, G.; MOHD RASDI, R.; ABU SAMAH, B.; ISMAIL, M. Knowledge sharing is knowledge transfer: a misconception in the literature. *Journal of Knowledge Management*, v. 20, n. 4, p. 653-670, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JKM-11-2015-0427>. Acesso em: 12/03/2025.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

